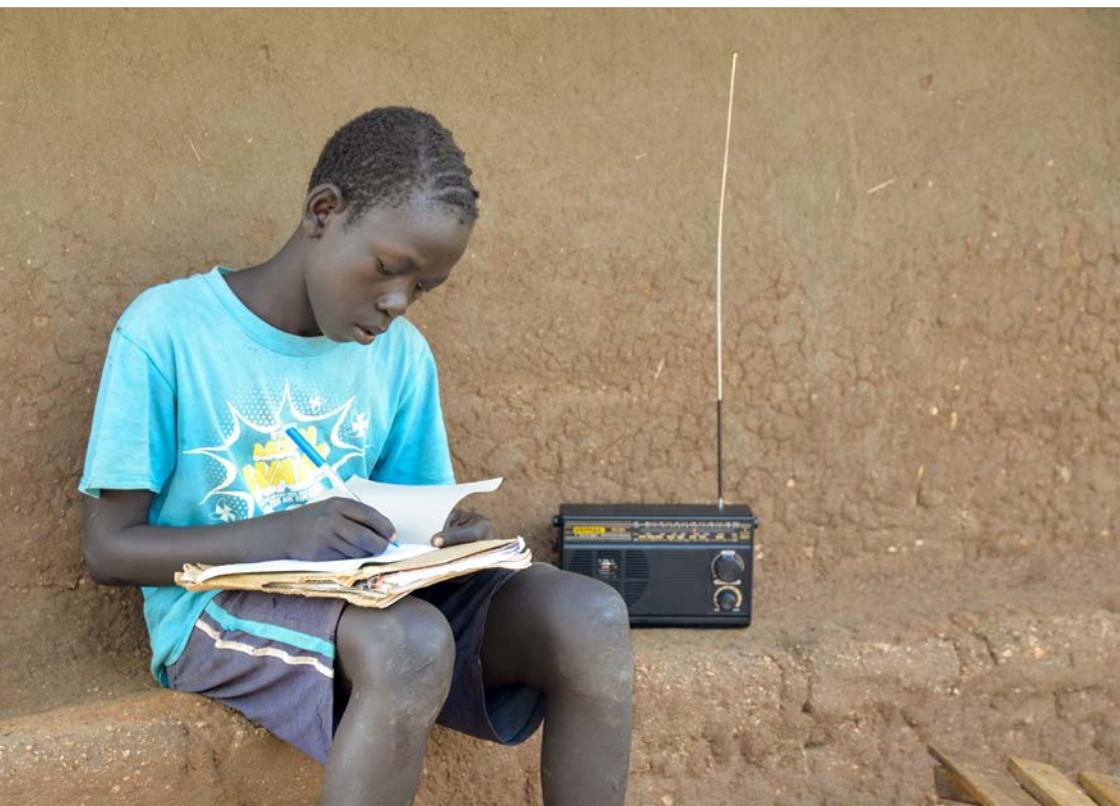


Documento de Evidências

SEM EDUCAÇÃO, SEM PROTEÇÃO

O que o encerramento das escolas no âmbito da COVID-19 significa para as crianças e jovens em contextos afetados por crises



THE ALLIANCE
FOR CHILD PROTECTION
IN HUMANITARIAN ACTION



**Rede Interinstitucional
para a Educação em
Situações de Emergência**

Agradecimentos:

Este relatório foi desenvolvido e elaborado principalmente pela Dra. Leanne M. Cameron, com contribuições de Nidhi Kapur e Nidia Aviles Nunez, e apoio técnico da Fundação Proteknôn, incluindo Brisna Mantilla e Mohammed Alrozzi.

A INEE e A Aliança desejam agradecer especialmente a todos aqueles que cederam o seu tempo e experiência para informar os estudos de caso. O seu conhecimento sobre educação e/ou proteção da criança, juntamente com o seu conhecimento sobre os contextos nacionais específicos, possibilitaram as ricas descrições e análises contidas neste relatório.

Também agradecemos a Mark Chapple, a Hani Mansourian e à Dra. Kate Moriarty, que forneceram valiosas contribuições e feedback, com agradecimentos adicionais a Dean Brooks e Audrey Bollier.

Agradecimentos especiais à Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação pelo seu apoio financeiro a este trabalho.

Edição de cópia: Dody Riggs. Design: 2D Studio Ltd

Esta tradução foi feita em colaboração entre a organização Tradutores sem Fronteiras (Translators without Borders) e a INEE.

Editora:

Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE)
a/c Comité Internacional de Resgate
122 East 42nd Street,
12th floor, Nova Iorque, NY 1016
Estados Unidos da América

A Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (A Aliança)
a/c UNICEF
3 UN Plaza
Nova Iorque, New York 10017
Estados Unidos da América

INEE e a Aliança © 2021

Sugestão de citação:

Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) e A Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (2021). Sem Educação, Sem Proteção: O que o encerramento das escolas no âmbito da COVID-19 significa para as crianças e jovens em contextos afetados por crises. Nova Iorque, NY.

Licença:

Este documento está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0. É atribuída à Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) e à Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária.



Imagem de Capa:

Uganda, 2020. Aggrey Nyondwa. Visão Mundial

Sobre os Editores

A Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) é uma rede internacional e aberta com uma comunidade de membros que trabalham em conjunto no âmbito de um quadro humanitário e de desenvolvimento, para assegurar que todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade, segura, relevante e equitativa. O trabalho da INEE baseia-se no direito fundamental à educação.

A Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (Aliança) é uma rede global de organizações de implementação, instituições académicas, decisores políticos, entidades doadoras e profissionais. A Aliança apoia os esforços dos atores humanitários no sentido de garantir que as intervenções de proteção à criança sejam de alta qualidade e eficazes, em todos os contextos humanitários. A Aliança consegue isto sobretudo através da facilitação da colaboração técnica interinstitucional, incluindo a produção de requisitos, definição de normas e o desenvolvimento de ferramentas técnicas sobre a proteção da criança em todos os contextos humanitários.

Ambas as redes estão a trabalhar ativamente em conjunto para promover a colaboração e resposta integrada no âmbito da Educação em Situações de Emergência e no âmbito da Proteção da Criança na Ação Humanitária.

Índice

Acrónimos	6
Sumário Executivo	7
Introdução: O impulso de encerrar as escolas	11
1.1 Uma breve nota sobre a metodologia	13
Encerramento das Escolas: Obstruindo a qualidade educativa	14
2.1 Perda de oportunidades de aprendizagem social e emocional e acadêmica	15
2.2 Perda de serviços sociais formais disponíveis através das escolas	19
2.3 Perda de comodidades e proteções sociais informais	20
2.3.1 Aumento da desigualdade na disponibilidade de recursos de educação	21
Riscos de Proteção da Criança: Escalada da exposição a danos	23
3.1 Crianças e jovens em casa: Efeitos psicossociais	24
3.2 Violência contra crianças e jovens em casa	25
3.3 Riscos online	26
3.4 Trabalho infantil	26
3.5 Populações em risco	27
3.5.1 Riscos que as raparigas e as jovens mulheres enfrentam	27
3.5.2 Riscos enfrentados pelas crianças e jovens com deficiências	29
3.5.3 Riscos enfrentados pela juventude LGBTQI	30
3.5.4 Riscos enfrentados pelas crianças e jovens migrantes	30
3.5.5 Crianças associadas a forças e grupos armados	31
Secção 4: Estudos de Caso: Destaques específicos de países de todo o mundo	32
4.1 Estudo de caso: Colômbia	32
4.1.1 Contexto nacional	32
4.1.2 Educação durante a COVID-19	33
4.1.3 Proteção da criança: Riscos e resposta	34
4.1.4 Avançando: Foco na prevenção	35

4.2 Estudo de Caso: Estudo de caso: República Democrática do Congo	36
4.2.1 Contexto do país	36
4.2.2 Impacto na educação	36
4.2.3 Riscos de proteção da criança e resposta	37
4.2.4 Seguindo adiante: Capitalizar as oportunidades criadas pela crise	39
4.3 Estudo de caso: Líbano	39
4.3.1 Contexto do país	39
4.3.2 A educação em confinamento	40
4.3.3 Proteção da criança	41
4.3.4 Avançar: Encontrar uma estrutura	42
4.4 Estudo de caso: Ruanda	43
4.4.1 Contexto do país	43
4.4.2 Impacto na educação	44
4.4.3 Impacto na proteção da criança	45
4.4.4 Seguindo em frente: A COVID-19 como catalisador para a mudança em Ruanda	46
4.5 Estudo de caso: Seri Lanca	47
4.5.1 Contexto do país	47
4.5.2 A educação durante a COVID-19	47
4.5.3 Impacto sobre a proteção da criança	48
4.5.4 Olhando em frente: A necessidade de liderança e evidências	49
Passos em Direção ao Futuro	50
5.1 Observações finais: Regressar - ou não - à escola	50
5.2 Os próximos passos recomendados:	
No futuro próximo e a longo prazo	51
5.2.1 Recomendações de Resposta e Recuperação	51
5.2.2 Recomendações para a Construção de Resiliência	53
Referências	55

Acrónimos

ACPHA	Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária
CIPF	Casamento infantil, precoce e forçado
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas
RDC	República Democrática do Congo
DVE	Doença por Vírus Ébola
MGF/C	Mutilação Genital Feminina / Corte
VBG	Violência Baseada no Género
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
HRW	Observatório dos Direitos Humanos
PDI	Pessoa deslocada internamente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
INEE	Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência
OING	Organização Internacional Não-Governamental
IRC	Comité Internacional de Resgate
LGBTQI	Lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros, queer e intersexuais
PRBM	Países de rendimento baixo e médio
SMAPS	Saúde mental e apoio psicossocial
MINEDUC	Ministério da Educação da República de Ruanda
ONG	Organização Não Governamental
NRC, na sigla em inglês	Conselho Norueguês de Refugiados
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
AP	Apoio Psicossocial
PSPT	Perturbação de Stress Pós-Traumático
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
ASE	Aprendizagem Social e Emocional
VSBG	Violência Sexual e Baseada no Género
ONU	Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ASH	Água, Saneamento e Higiene
OMS	Organização Mundial de Saúde
PFTI	Piores Formas de Trabalho Infantil
PAM	Programa Alimentar Mundial

Sumário Executivo

As escolas em todo o mundo oferecem serviços interligados, formais e informais, a crianças e jovens. Estes serviços concentram-se não só no desempenho académico, mas também na saúde e bem-estar social, emocional, psicológico e físico. Ao oferecer proteção física, supervisão, rotinas diárias e estabilidade, além de serviços de saúde, nutrição, saneamento e outras necessidades mais especializadas, os serviços de educação podem sustentar e salvar vidas, particularmente em países em crise, pós-crise, ou países que acolhem pessoas refugiadas. O acesso à educação em contextos afetados por crises oferece esperança num futuro melhor ao preparar as crianças e jovens com as ferramentas de que precisam para alcançarem o seu pleno potencial e vivenciarem um sucesso duradouro. Com o rápido encerramento das escolas em todo o mundo, em resposta à pandemia de COVID-19, as crianças e jovens, especialmente aqueles e aquelas em contextos afetados por crises, perderam um espaço importante que lhes oferecia estabilidade, precisamente quando o ambiente à sua volta se tornou cada vez mais incerto. Os choques económicos provocados pela COVID-19 já tinham tido consequências devastadoras ao agravar a pobreza e a insegurança alimentar que muitas famílias já enfrentavam, incluindo aquelas que estavam em contextos em que já persistiam desafios pré-existentes. A saúde mental quer de pessoas adultas como a de crianças deteriorou-se à medida que estiveram confinados em casa; as agências governamentais e não-governamentais apuraram um aumento significativo da violência e de outras ameaças que atingem especificamente crianças e jovens.

Partindo da investigação e experiência com surtos de anteriores de doenças infecciosas e do crescente corpo de conhecimento sobre a atual pandemia de COVID-19, este relatório destaca os efeitos predominantemente negativos que resultam da combinação do encerramento repentino das escolas e das súbitas restrições ao acesso e à disponibilidade de serviços, redes sociais e outros recursos de proteção destinados a crianças e jovens que vivem em contextos afetados por crises. As consequências do encerramento das escolas sobre a educação e a proteção da criança podem ser categorizadas em três áreas principais.

PERDA DE APRENDIZAGEM E IMPEDIMENTOS NO ÂMBITO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO EQUITATIVA, INCLUSIVA E DE QUALIDADE

O encerramento das escolas está a ter uma influência negativa significativa no desempenho académico e na aprendizagem social e emocional (ASE). Para mitigar a perda da instrução presencial, as partes interessadas da educação têm tentado difundir rapidamente recursos de aprendizagem **online e à distância**, incluindo aulas através da Internet, televisão e rádio, bem como materiais de estudo impressos. A análise destes esforços globais produziu diversas conclusões importantes:

- **O conteúdo e a qualidade da educação à distância varia largamente**, mesmo dentro de um mesmo país, e a capacidade das crianças se envolverem na aprendizagem depende fortemente dos recursos e do apoio disponível nas suas respetivas casas.
- Muitos alunos e alunas estão a ter dificuldade em ter acesso a opções de aprendizagem à distância, devido a **barreiras relativas** à tecnologia de informação e comunicação, infraestrutura e literacia digital.
- **Os desafios no acesso e na disponibilidade de educação** têm sido amplificados no caso das crianças e jovens que vivem em contextos afetados por crises ou que se encontram em pós-crise, bem como para aqueles e aquelas que têm origens socioeconómicas mais baixas.
- **No caso de crianças e jovens portadores de deficiências, a acessibilidade** a todas as plataformas de aprendizagem à distância disponíveis tem sido extremamente limitada, muitas das quais não foram planeadas para a inclusão.
- Outros grupos de crianças e jovens também foram marginalizados; **as raparigas, em especial, são as que têm menos possibilidade de participar na educação à distância, devido às tarefas domésticas de que estão incumbidas.**
- Em diferentes contextos, o **envolvimento parental** - incluindo a disponibilidade dos pais/mães, o seu nível educativo, capacidade ou disposição para apoiar a aprendizagem das crianças em casa, enquanto mantém múltiplas prioridades em equilíbrio - é um fator significativo no sucesso ou fracasso das modalidades de aprendizagem remota.
- Sem o contacto presencial com os professores/ professoras, as crianças e jovens perdem não só a **experiência pedagógica dos seus professores/as na facilitação da participação e do envolvimento com o conteúdo**, incluindo a ASE, como também perdem as **rotinas de confiança e a supervisão protetora.**

IMPACTO NEGATIVO NO BEM-ESTAR DA CRIANÇA E NO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL

As escolas são núcleos que oferecem **serviços sociais** além da aprendizagem académica, muitos dos quais incentivam a matrícula e retenção de crianças e jovens que poderiam, de outra forma, ser excluídos da educação. Serviços cruciais restringidos ou perdidos devido ao encerramento das escolas incluem os seguintes:

- No auge do encerramento de escolas, estimava-se que **396 milhões de crianças e jovens em todo o mundo não tinham acesso à nutrição escolar e programas de complemento nutricional**, que tanto combatem quer a subnutrição como incentivam os pais/mães a matricularem os filhos/filhas na escola, especialmente as raparigas.
- **As crianças e jovens com deficiências perderam o acesso a cuidados especializados ou de reabilitação.** Isto engloba apoio académico diferenciado e serviços clínicos, dos quais estas crianças e jovens necessitam desproporcionalmente. Fora das escolas, estes serviços estão fora do alcance das famílias que vivem na pobreza.
- As crianças e jovens não tem acesso aos serviços formais de **saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS)** frequentemente oferecidos nas escolas; a integração destes serviços na rotina escolar previne a estigmatização daqueles e daquelas com problemas a nível da saúde mental e “normaliza” o processo de recuperação, particularmente para crianças e jovens refugiados/as.

- O encerramento das escolas significa que as crianças e jovens perderam importantes **comodidades e proteções sociais informais**, muitas das quais são difíceis de quantificar e, no entanto, são cruciais para assegurar o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças e jovens. Os relacionamentos com os pares e professores/as podem promover a saúde mental positiva, e as escolas oferecem pontos de entrada em redes sociais tanto aos alunos/as como aos pais/mães. Isto é particularmente importante para grupos marginalizados, como jovens lésbicas, gays, transgéneros, queers e/ou intersexuais (LGBTQI).

AMPLIFICAÇÃO DOS RISCOS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DANOS VIVENCIADOS PELAS CRIANÇAS E JOVENS

As escolas visam oferecer **segurança física e emocional e rotinas estáveis** às crianças, jovens e respetivas famílias, especialmente em países afetados por crises. Durante o horário escolar, as crianças estão ocupadas de forma produtiva, e são supervisionadas por professores/as e administradores/as da escola que têm a responsabilidade de **proteção**. Durante os confinamentos, a casa ou a comunidade não têm sido locais de segurança para muitas crianças e jovens, multiplicando-se assim os **riscos de proteção da criança**, amplificados pela crescente incerteza económica, problemas de saúde e outros encargos domésticos:

- Há cada vez mais evidências de que a falta de uma rotina e das atividades estruturadas que a escola oferece gera sentimentos negativos entre crianças e jovens, incluindo a sensação de isolamento, sendo que todos estes têm **efeitos graves na sua saúde mental**, particularmente para aqueles/as que já se debatam com necessidades a nível de SMAPS.
- A investigação em organizações de proteção da criança de todo o mundo demonstra uma redução significativa na disponibilidade de serviços de apoio social, mesmo quando as linhas de apoio registam crescentes casos **de violência sexual e baseada no género (VSBG), abuso infantil, trabalho infantil, e outras formas de exploração e negligência**.
- Em situações de conflito armado, a ausência de escolas privou crianças e jovens dos incentivos que os ajudam a evitar alistarem-se nas forças armadas. Isto cria um risco acrescido de **recrutamento e uso de crianças e jovens por partes de forças armadas e grupos armados**, que atinge desproporcionalmente os rapazes.
- À medida que as famílias sofrem choques económicos relacionados com a pandemia, crianças e jovens ficam mais vulneráveis ao envolvimento em **trabalhos perigosos e em que haja exploração**.
- **As crianças e os/as jovens refugiados/as** são frequentemente, os mais desfavorecidos a nível económico e educativo. Isto inclui um acesso limitado à educação formal, menos oportunidades de aprendizagem remota e um maior risco de abandonar a educação para entrar num local de trabalho.
- As evidências sugerem que têm ocorrido retrocessos significativos no recente progresso em direção à igualdade de género, especialmente para raparigas, que são mais suscetíveis a relatar que as tarefas domésticas as impedem de participarem na aprendizagem remota. Confrontadas com o confinamento num contexto de incerteza económica, as raparigas - especialmente as adolescentes - correm um risco acrescido de **casamento infantil forçado e/ou precoce (CIFP)** e outras formas de **VSBG**. Além disso, devido ao encerramento das escolas, o que limita o monitorização e a denúncia,

os casos de **mutilação genital feminina / corte (MGF/C)** estão a aumentar desde o início da pandemia.

- Com as escolas encerradas, as crianças e jovens com deficiência enfrentam graves riscos. A sua necessidade de cuidados em casa pode exercer um stress acrescido sobre os pais/mães ou cuidadores/as habituados ao apoio oferecido pelas escolas, e os especialistas alertam a respeito do crescente **abuso e negligência de crianças e jovens com deficiência**.
- Em todos os grupos, os abusos sofridos durante o encerramento das escolas provavelmente terão **consequências de longo prazo**: além de causar problemas de saúde mental significativos, o abuso sexual pode levar a infeções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e complicações com risco de morte durante o parto.

Em suma, o encerramento de escolas mostrou ter um imenso impacto extremamente negativo em crianças e jovens, seja de imediato ou a longo prazo.

Olhando para o futuro, a situação das crianças e jovens vulneráveis de todo o mundo mantém-se frágil. Antes da pandemia, 127 milhões de crianças e jovens com idade para frequentar a escola básica e secundária já estavam fora da escola. O surto de COVID-19 coloca um stress adicional sobre os sistemas educativos já excessivamente sobrecarregados e subfinanciados em todo o mundo. Os riscos específicos deste contexto podem impedir ou atrasar a reabertura de algumas escolas, em particular aquelas que foram alvo de ataques ou usadas como alojamentos temporários durante a crise. Contudo, mesmo com a reabertura das escolas, há o risco de crianças e jovens de algumas populações marginalizadas serem **excluídos/as da reinscrição** ou desistirem de frequentar a escola por precisarem trabalhar, por se terem casado e/ou engravidado. Outros e outras terão dificuldades em voltar a participar na escolaridade à medida que lidam com os efeitos a longo prazo da violência, abuso, negligência e exploração.

RECOMENDAÇÕES

Quando confrontados com os efeitos contínuos da pandemia de COVID-19 e de futuros surtos de doenças infecciosas ou outras emergências, os legisladores/as devem assegurar-se de que as crianças e os/as jovens permanecem diretamente no centro de sua tomada de decisões. Antes que ocorram futuros encerramentos escolares, os e as responsáveis devem esforçar-se por compreender e pesar os múltiplos riscos que as crianças e jovens podem e vão enfrentar, a par com as prerrogativas mais amplas a nível da saúde pública.

As seguintes recomendações descrevem como melhor responder e recuperar do encerramento das escolas devido à COVID-19 e como nos prepararmos para choques futuros:

- Priorizar a **identificação dos grupos mais marginalizados de crianças e jovens** em cada contexto, abordando depois as barreiras sistémicas que impedem a sua participação na educação e o seu acesso a serviços de proteção.
- Para prevenir que crianças e jovens “se percam por entre as lacunas” do sistema, há que **fortalecer a proteção da criança e os sistemas de educação, e melhorar a colaboração entre as partes interessadas**, priorizando o apoio às crianças e jovens que já estão fora da escola.
- Conforme as escolas reabrem, há que **enfatizar a assistência às crianças e jovens de**

grupos marginalizados e com menos visibilidade, que estão em maior risco de não regressarem ou que já estavam fora da escola.¹

- À medida que as escolas reabrem, há que dar prioridade ao **acesso e bem-estar**, em vez de priorizar a rápida recuperação académica.
- Seguindo adiante, há que oferecer formação **contínua e fortalecer a capacidade dos professores/as e administradores/as da escola**, assim como dos pais/mães e cuidadores/as, de apoiar as crianças e jovens com a sua aprendizagem em casa e com as suas necessidades de SMAPS mais abrangentes.
- Há que oferecer mais **aprendizagem remota equitativa** através do fortalecimento dos sistemas de educação, revendo materiais e meios de comunicação existentes, e desenvolvendo novos materiais que sejam apropriados, centrados no aluno/a e úteis para a aprendizagem em casa.
- Há que garantir que os materiais escolares e as modalidades de aprendizagem à distância oferecem **opções inclusivas para as crianças e jovens com diversas deficiências**.
- Há que participar no **planeamento e preparação em curso** para futuros encerramentos escolares em situações de emergência, incluindo melhorar serviços de água, saneamento e higiene (ASH), reduzir o tamanho das turmas para possibilitar o distanciamento social e melhorar a resiliência e prontidão para mudar para modalidades à distância.
- Há que **aumentar o financiamento previsível para a educação e proteção da criança**, incluindo ajuda humanitária e de desenvolvimento.

1 Este relatório não faz recomendações sobre como reabrir as escolas em segurança; para isso, os governos, as autoridades educativas locais e a liderança escolar devem seguir as orientações globais fornecidas pela ONU em https://www.unicef.org/documents/framework-reopening-schools_e/ou_em_https://educationcluster.app.box.com/v/Safeback2schoolGuide.

1. Introdução:

O impulso de encerrar as escolas

No início de 2020, os governos de todo o mundo tentaram mitigar a propagação do novo coronavírus, COVID-19, ao impor confinamentos nacionais e restrições de viagem, ambos sem precedentes. Como sucede com outras comodidades e espaços sociais, as escolas foram encerradas para limitar a propagação do vírus. Em abril de 2020, a UNESCO (2020f) estimava que 90% dos e das estudantes em todo o mundo, cerca de 1,6 mil milhões de crianças e jovens, tinham sido afetados pelo encerramento das escolas e universidades. Em muitos países, a decisão de encerrar as escolas foi tomada de forma rápida e reflexiva, sem a adoção de medidas para assegurar que a aprendizagem poderia continuar ou que os recursos e serviços escolares alcançariam aqueles e aquelas que mais necessitavam dos mesmos.

A escala e a velocidade da decisão de encerrar escolas foi fortemente contestada pelos atores humanitários. A Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência e a Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (INEE e ACPHA, 2020) tinham argumentado anteriormente que as decisões tanto de encerrar como de reabrir as escolas precisavam de equilibrar os riscos de saúde pública com os efeitos negativos sobre o progresso académico e o bem-estar geral das crianças e jovens. As escolas oferecem mais do que aprendizagem académica; também fornecem estabilidade, rotina e importantes funções de proteção. Os serviços localizados dentro das escolas, tanto formais como informais, atendem a todos os aspetos do bem-estar e do desenvolvimento das crianças e jovens. Em contextos afetados por crises, fizeram-se muitos progressos nas últimas duas décadas para assegurar que a educação é priorizada como um aspeto necessário e crucial da resposta em situações de emergência, de modo que o encerramento das escolas e a consequente falta de acesso a uma educação de qualidade são retrocessos no âmbito dos esforços de incorporar a educação na resposta humanitária (INEE, 2010).

Para quem se encontra em contextos afetados por crises, o encerramento das escolas adensou os desafios e crises humanitárias já existentes, e os recursos das famílias com dificuldades foram esticados mais do que nunca. Como as crianças e jovens ficaram subitamente confinados nas suas casas, os pais/mães e cuidadores/as não estavam preparados para equilibrar a escolaridade a tempo inteiro e as necessidades a nível de cuidados com as suas outras responsabilidades. Algumas famílias lidaram com perda generalizada de empregos, subempregos e a resultante diminuição do rendimento do agregado familiar (OIT, 2020c). Num inquérito de larga escala realizado em 46 países de rendimentos baixos a médios (PRBM), incluindo contextos frágeis e contextos afetados por crises, 77% dos agregados familiares relataram perdas de rendimento desde o início da pandemia, com 30% a perder "a maior parte" e 19% a perder "todo" o seu rendimento; a perda de empregos e de rendimento foi vivenciada de forma mais aguda pelas

mulheres, e por agregados familiares chefiados por pessoas portadoras de deficiências (Loperfido & Burgess, 2020). Conforme enfrentavam a crescente pobreza, as famílias cortaram gastos na qualidade e quantidade de alimentos; além dos 135 milhões de pessoas que já estavam a passar fome aguda, contava-se que mais 130 milhões fossem adicionados a este número no final de 2020 (Anthem, 2020). Para pais/mães e outros cuidadores/as primários em todo o mundo não é, portanto, surpreendente que o jornal *The Lancet Infectious Diseases* (“A Interseção da COVID-19”, 2020) relatou que a COVID-19 teria um impacto “monumental” (pág. 1217) na saúde mental e bem-estar, com efeitos negativos contínuos nas crianças e jovens. O artigo declarava que isto agravaria o impacto sobre as pessoas que já sofriam de perturbação de stress pós-traumático (PSPT) e outros problemas de saúde mental e psicossocial relacionados com a crise.

Dentro do atual ambiente de crescentes incertezas, este relatório examina os efeitos que o encerramento das escolas está a ter na educação e nos resultados da proteção da criança nos casos das crianças e jovens em países afetados por crises e em PRBM que acolhem pessoas refugiadas. O encerramento das escolas tem, claramente, travancado o progresso académico (UNESCO, 2020a), mas, talvez mais significativamente, representa um risco grave para a saúde mental, física e emocional das crianças e jovens, bem como para a proteção das mesmas (INEE e ACPHA, 2020). Sem a estabilidade de um ambiente escolar e sem acesso aos recursos sociais e governamentais que o acompanham, os riscos são ainda maiores para as crianças e jovens que vivem em contextos afetados por crises e que são membros de grupos já marginalizados, como migrantes, refugiados/as e outras pessoas deslocadas à força; raparigas e jovens mulheres; minorias étnicas/outras; jovens LGBTQI; crianças e jovens que vivem na rua, que são portadores/as de deficiências e/ou vivem em instituições; crianças que vivem em agregados familiares monoparentais ou chefiados por crianças, e/ou famílias cujo chefe do agregado familiar é portador de uma deficiência. As crianças e jovens que já se encontram fora da escola - atualmente estimados em 127 milhões nos países afetados por crises, ou metade de todas as crianças e jovens fora da escola em todo o mundo (INEE, 2020a) - foram ainda mais marginalizados/as. Em todo o mundo, entre graves interrupções dos serviços de proteção da criança (UNICEF, 2020e), as organizações têm relatado um aumento significativo de chamadas para linhas diretas e linhas de apoio - um aumento de 80% na Venezuela (Save the Children, 2020f), 40% no Seri Lanca (UNICEF, 2020a), e “às centenas” no Ruanda (Iliza, 2020). O Comité Internacional de Resgate (IRC, 2020a) tem alertado que diversos casos não estão a ser denunciados; nalguns países afetados por conflitos, o confinamento domiciliar e a falta de privacidade podem dissuadir as vítimas e sobreviventes de denunciarem os seus abusos.

Este relatório fornece uma análise abrangente das evidências emergentes e reforça a necessidade de abordar as crescentes desigualdades e riscos que as crianças e jovens marginalizados em contextos afetados por crises estão a enfrentar por causa do encerramento das escolas devido à COVID-19. Tendo em conta os dados apresentados neste relatório, é evidente que os encerramentos das escolas têm atrasado significativamente o progresso na execução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4; nomeadamente, assegurar “uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos,” incluindo “a educação primária e secundária completa, gratuita, equitativa e de qualidade” (PNUD, 2015). Os dados aqui apresentados corroboram o argumento apresentado pela INEE

e pela Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (2020): que o encerramento das escolas deve ser baseado em decisões contextualizadas e equilibradas, centradas no bem-estar das crianças e jovens. Este relatório procura fornecer uma análise acessível que informará a política e práticas dos governos, entidades doadoras e da comunidade educativa em geral e das partes interessadas na proteção de crianças à medida que respondem e recuperam dos efeitos da pandemia, e no planeamento para responder a futuros surtos de doenças infecciosas.

1.1 UMA BREVE NOTA SOBRE A METODOLOGIA

Este relatório foi investigado e escrito entre outubro e dezembro de 2020. Na altura em que foi escrito, existia pouca investigação científica sobre a pandemia e encerramentos de escola relacionados com a pandemia, em grande parte devido às restrições em torno do contacto social e às metodologias convencionais de investigação presencial (Berman, 2020; INEE, 2020b). A investigação de surtos anteriores, tais como a epidemia da doença por vírus Ébola (DVE) entre 2014-2016 na África Ocidental, que desencadeou extensos encerramentos de escolas e quarentenas, fornece alguns dados empíricos sobre o impacto que uma epidemia pode ter nas crianças e jovens e identifica grupos que estão particularmente em risco.

A literatura analisada para o relatório incluía principalmente relatórios existentes, avaliações de necessidades, documentos informativos, e outra documentação disponível em inglês de fontes internacionais e locais dos media, agências governamentais e organizações internacionais, complementada por relatórios em espanhol, francês e árabe.

A revisão documental foi complementada por estudos de caso em cinco contextos: Colômbia, República Democrática do Congo (RDC), Líbano, Ruanda e Seri Lanca. Para cada contexto, foram realizadas consultas com três a sete intervenientes-chave. Estas pessoas foram recrutadas através de amostragem propositada das redes da INEE e da Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária e consistiam em representantes que trabalhavam na educação e proteção da criança nas agências da ONU, organizações não-governamentais nacionais e internacionais (ONG e OING) e organizações locais das sociedades civis.

2. Encerramento das Escolas: Obstruindo a qualidade educativa

As escolas são um ponto focal para a prestação de uma educação de qualidade, que a INEE (2010) define como “financeiramente acessível, acessível, sensível ao género e [responsiva] à diversidade” (pág. 126). Contudo, uma educação de qualidade envolve mais do que apenas aprendizagem académica; presta atenção a todos os aspetos da saúde e bem-estar social, emocional, psicológico e físico das crianças e jovens. Em contextos afetados por crises, as escolas fornecem serviços essenciais adicionais, tais como proteger os e as estudantes dos perigos físicos dentro do ambiente de crise, estabelecer rotinas de confiança e fornecer estabilidade para apoiar a recuperação psicossocial, bem como funcionar como ponto de entrada para o acesso à saúde, nutrição, saneamento e outros serviços de apoio especializados - sendo que todos estes contribuem, em última análise, para a estabilidade de sociedades que, de outra forma, seriam incertas. Todos estes elementos interagem para sustentar e reforçar a aprendizagem e o crescimento social e emocional que tem lugar na sala de aula.

A INEE (2010, pág. 126) enumera sete aspetos da qualidade da educação:

1. Um ambiente seguro e inclusivo para o/a aluno/a
2. Professores/as competentes e devidamente formados com conhecimentos sobre a sua disciplina e pedagogia
3. Um currículo apropriado e específico do contexto que seja compreensível e relevante para os/as alunos/as em termos culturais, linguísticos e sociais
4. Materiais de ensino e aprendizagem adequados e relevantes;
5. Métodos participativos de instrução e processos de aprendizagem que respeitem a dignidade do aluno/a;
6. Turmas de tamanho adequado e um rácio de professor/a-estudantes adequado; e
7. Uma ênfase nas atividades recreativas, lúdicas, desportivas e criativas para além de áreas como a literacia, numeracia e competências para a vida.

A INEE (2010, pág. 5) nota ainda que a educação proporciona um valor crucial intangível: “As escolas e outros espaços de aprendizagem estão frequentemente no centro da comunidade e simbolizam oportunidades para as gerações futuras e a esperança de uma vida melhor.” Para as crianças e jovens em contextos afetados por crises, a educação proporciona esperança num futuro melhor e acesso a oportunidades que podem quebrar o ciclo de pobreza intergeracional. Com as escolas fechadas, todos estes aspetos da qualidade da educação - os tangíveis e os intangíveis, os serviços formais e informais - estão perdidos.

2.1 PERDA DE OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM SOCIAL E EMOCIONAL E ACADÊMICA

À medida que as escolas à volta do mundo começaram a encerrar, as autoridades educativas trabalharam para proporcionar só um aspeto da experiência educativa - a aprendizagem académica - sem dar muita atenção ao envolvimento social e emocional que o ambiente escolar proporciona. O Banco Mundial (Azevedo et al., 2020) e a UNESCO (2020a) concentraram-se nos efeitos devastadores que o encerramento das escolas tem sobre a aprendizagem e o progresso académico das crianças e jovens. Após a realização de um inquérito aos ministérios da educação, a UNESCO, a UNICEF e o Banco Mundial (2020) descobriram que as crianças perderam, em média, 47 dias de instrução presencial. Dados recentes mostram um efeito preocupante da perda de instrução sobre as competências básicas das crianças dos 9-11 anos: as crianças fora da escola tinham 11%-43% mais probabilidade de perder as competências de leitura básica do que as que ainda frequentavam as aulas presenciais durante a pandemia (Conto et al., 2020). As perdas de aprendizagem não afetam só a capacidade de uma criança ou jovem progredir na escola e atingir o seu pleno potencial, como também têm consequências económicas a longo prazo. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Busso & Munoz, 2020) relatou em investigações anteriores que as pessoas adultas que foram sujeitas a uma greve de professores/as de 88 dias, quando eram crianças, sofreram uma redução subsequente de 2,99% nos rendimentos do mercado de trabalho e um declínio nos seus salários por hora enquanto adultos/as.

Com as escolas encerradas, as crianças e as/os jovens perderam um envolvimento educativo presencial consistente. O acesso permanente à aprendizagem depende de múltiplos fatores, incluindo as modalidades à distância oferecidas pelo sistema escolar, a disponibilidade e literacia em tecnologias de comunicação e informação, e o envolvimento de pais/mães. Num inquérito da Save the Children (2020) a 31 683 pais/mães e cuidadores/as e 13 477 crianças e jovens com idades compreendidas entre 11 e 17 anos em 46 países, 96% dos/as adultos/as e crianças inquiridos declararam que as suas escolas estavam completamente encerradas, sem qualquer aprendizagem presencial ou remota; 2% declararam ter acesso à aprendizagem à distância; e outros 2% indicaram que a escolaridade presencial tinha continuado (Gordon et al., 2020). Para muitas e muitos estudantes, a escolarização passou de aulas formais, em sequência e orientadas por professores/as para um esforço altamente individualizado que dependia dos recursos disponíveis em cada agregado familiar.

Há uma grande variação entre os contextos em termos dos materiais de aprendizagem que foram disponibilizados às crianças e jovens, e quando. A UNICEF informa que, dos 127 países inquiridos, 73% mantiveram plataformas online para a prestação de educação (Dreesen et al., 2020). A qualidade e natureza destas ofertas online variavam: algumas envolviam aulas em tempo real para pequenas turmas (utilizando plataformas como o Zoom para ensino à distância), e outras remetiam os alunos e alunas para um repositório e material estático onde podiam ter acesso a fichas de trabalho, leituras e hiperligações para sites. A mudança que muitos ministérios da educação tiveram de fazer para as plataformas online foi rápida e desorganizada, especialmente porque os confinamentos generalizados começaram em março de 2020, o que evidencia a sua falta de preparação para uma emergência desta escala. Dada a carga de banda larga

necessária para alojar ou enviar ficheiros de vídeo, os e as profissionais da educação dos PRBMs utilizaram emissões de televisão e rádio para dar aulas. Além disso, metade dos países inquiridos tinham distribuído material em papel aos alunos/as (Dreesen et al., 2020). A qualidade deste conteúdo e a sua adequação a cada nível de ensino não tem sido amplamente analisada. A aparente intenção destas medidas provisórias era fornecer algum conteúdo educativo e envolver as crianças e jovens na aprendizagem informal e extracurricular, mas o conteúdo não estava necessariamente alinhado com as diretrizes curriculares nacionais.²

Nesta abordagem, perde-se o envolvimento que ocorre na sala de aula e no campus da escola. Fazer progressos em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.7, por exemplo, exige que as e os estudantes adquiram os conhecimentos e competências necessários para o seu “desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e apreciação da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” (PNUD, 2015). Adquirir tais formas ativas e corporizadas de conhecimento e competência requer interação e envolvimento com os outros. Da mesma forma, a ASE informal ocorre através de interações de sala de aula e fora da sala de aula. Chabbott e Sinclair (2020) indicam que os manuais escolares, tal como os utilizados para o estudo em casa durante o encerramento das escolas, não estão concebidos para encorajar e promover as competências de ASE, pelo que este aspeto do desenvolvimento global dos e das estudantes também pode sofrer um revés.

Existe outra componente significativa da educação de qualidade que se perde com esta abordagem isolada e individualizada da aprendizagem: os professores/as. Os professores e as professoras proporcionam uma experiência de aprendizagem consistente e têm formação para diferenciar a sua instrução de modo a chegar à variedade de níveis de capacidades dentro da turma. Na sala de aula, os professores/as interpretam os materiais de aprendizagem e utilizam-nos de acordo com os seus conhecimentos pedagógicos e de conteúdo, e encorajam as crianças e os e as jovens a participarem e a envolverem-se e a trabalharem com os seus pares. Com o encerramento das escolas, 67% das pessoas inquiridas do inquérito da Save the Children declararam não ter qualquer contacto com os seus professores/as (Ritz et al., 2020). Sem professores/as para mediar a utilização de materiais de aprendizagem, a qualidade e quantidade da aprendizagem das crianças e jovens depende muito dos recursos de tempo, dinheiro e atenção disponíveis nas suas casas. Para os alunos e alunas do ensino pré-primário, a perda do contacto com professores/as e do tempo na sala de aula é especialmente preocupante: 90% do desenvolvimento cerebral ocorre antes dos cinco anos de idade de uma criança, portanto, a falta de educação pré-primária de qualidade, combinada com possíveis danos causados pelo stress tóxico, aumenta o risco de uma limitação cognitiva permanente (cf. Zubairi & Rose, 2017).

Disparidade no acesso à tecnologia. Embora alguns sistemas de educação tenham oferecido plataformas online, os alunos/as em países em crise ou de baixos rendimentos ficaram, em geral, sem acesso; no inquérito da Save the Children, só 2% dos/as inquiridos/as nos 46 países da amostra tiveram acesso a opções de aprendizagem online (Ritz et al., 2020). Plataformas baseadas na Internet requerem que tanto o prestador

² Está disponível uma lista completa de modalidades de aprendizagem à distância elaborada pela UNESCO em <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/nationalresponses>.

de serviços de aprendizagem (como o/a professor/a) e o/a aluno/a tenham uma fonte de energia consistente, uma ligação à Internet de confiança e um dispositivo para se ligarem à Internet. Devem também ter literacia digital para utilizar estas plataformas, além de tempo e apoio por parte de um/a cuidador/a. Estes três elementos acarretam custos significativos e, à medida que as taxas de pobreza aumentam, tornam-se barreiras relevantes ao acesso às plataformas. Numa boa parte da África central e do sul da Ásia, por exemplo, menos de um quarto da população tem acesso consistente à Internet (Dreesen et al., 2020); muitos não têm acesso devido aos custos do acesso à Internet e dos planos de dados (Amnistia Internacional, 2020; UNESCO, 2020g). Na República Democrática do Congo, por exemplo, só 8% dos agregados familiares têm acesso à Internet (ACAPS, 2020b). Os agregados familiares que têm acesso podem ter só um dispositivo com ligação à Internet, e a competição por esta única ligação à Internet pode ser uma barreira à aprendizagem (UNESCO et al., 2020).

Outras modalidades de aprendizagem à distância, como a televisão e a rádio, oferecem opções adicionais para o envolvimento contínuo com a aprendizagem, mas a maioria das populações marginalizadas têm um acesso limitado a estas tecnologias. Por exemplo, em 2018, 85% do Burundi, do Burquina Fasso e do Chade careciam de acesso consistente a fontes de energia (UNESCO, 2020c). Devido à falta de eletricidade, o governo e a Save the Children distribuíram rádios movidos a energia solar pelas famílias vulneráveis do Ruanda (Banco Mundial, 2020c) e, no Zimbabué, a UNICEF forneceu baterias para dispositivos (Mokwetsi, 2020). As crianças e jovens refugiados/as ou migrantes em especial, que podem já ter sido excluídos/as dos sistemas de educação formal no respetivo país de acolhimento, não sabem usar a Internet e, portanto, não têm acesso a oportunidades de aprendizagem à distância, como relatado por pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas na Colômbia (UNESCO, 2020h) e por famílias sírias e palestinas refugiadas no Líbano (Save the Children, 2020e). Partindo de inquéritos realizados com 1400 participantes de populações de pessoas refugiadas e pessoas deslocadas internamente (PDI) e inquéritos adicionais em 14 países afetados por crises, o Conselho Norueguês de Refugiados (NRC, 2020) indicou desafios em aceder ao ensino remoto. Por exemplo, em seis províncias do Afeganistão, só 23% dos/as inquiridos/as tinham acesso a uma televisão, e nenhum/a dos participantes tinha conhecimento dos canais educativos disponíveis. Também há exemplos de populações inteiras de pessoas refugiadas a ser propositadamente impedidas de aceder à Internet, como sucede com o milhão de refugiados/as rohingya a viver em 34 dos campos da cidade de Cox's Bazar, no Bangladesh. A proibição dos cartões SIM e dos serviços móveis nestes campos foi instituída em setembro de 2019 pelo governo do Bangladesh, que citou motivos de “segurança” (McVeigh, 2019). O IRC (2020b) estimou que 300 000 das crianças e jovens rohingya refugiados/as não tinham acesso ao ensino remoto devido à proibição da Internet, afetando ainda mais as suas perspetivas futuras e expondo-os a um risco acrescido de tráfico, trabalho infantil e CIFP.

Também há evidências de que tanto as opções digitais como não-digitais carecem de boas características de acessibilidade para as crianças e jovens com deficiências (McClain-Nhlapo, 2020). Nos resultados do inquérito da Save the Children, 90% dos cuidadores/as de crianças e jovens com deficiências relataram encontrar obstáculos à aprendizagem (Gordon et al., 2020), e num inquérito do Banco Mundial (2020c) os e as participantes ressaltaram que as plataformas de educação, muitas vezes, carecem de

recursos como transcrições e legendas, leitores de tela e lupas de leitura. Além disso, as plataformas que só podem ser utilizadas com o apoio de um cuidador/a foram consideradas muito trabalhosas. As opções não digitais ofereciam acessibilidade limitada para os alunos e as alunas com deficiências sensoriais; só 18% das crianças e jovens com deficiências auditivas tiveram acesso à interpretação da língua gestual e 12% dos que eram portadores/as de deficiências visuais tiveram acesso a materiais em braille.

Os cuidadores e cuidadoras tentaram superar estas barreiras ao acesso e cobrir custos adicionais de educação. Isto costuma ser feito através de fontes não regulamentadas, o que pode expô-los/las a dificuldades financeiras adicionais. Num inquérito realizado a 1400 pessoas em oito países afetados por conflitos, 41% dos e das participantes, no Afeganistão e na Colômbia, indicaram que aceitaram dinheiro emprestado para cobrir as despesas, incluindo custos relativos à educação (NRC, 2020). A Amnistia Internacional (2020) relatou que alguns pais/mães do Seri Lanca tinham voltado a hipotecar as suas casas ou feito empréstimos a taxas predatórias para puderem pagar o acesso à Internet e à tecnologia da qual os filhos/as necessitavam para continuar a seu escolaridade durante a pandemia.

Apoio familiar à aprendizagem em casa. Mesmo as crianças e jovens que têm acesso a materiais de aprendizagem necessitam frequentemente de assistência aquando do uso destes materiais e para manter a sua motivação para aprender. Em muitos contextos, esperava-se que os confinamentos fossem intervenções a curto prazo, mas à medida que o “temporário” se foi tornando o “novo normal”, a reação dos pais/mães às suas responsabilidades acrescidas mudou. No Ruanda, por exemplo, o encerramento temporário das escolas acaba por durar meses, e algumas crianças e jovens de lá não voltarão às salas de aula até meados de 2021. Pouca investigação tem captado a mudança na motivação parental ao longo do confinamento, ou como a responsabilidade pela aprendizagem foi transferida dos/as professores/as para os pais/mães e cuidadores/as. Um/a informador-chave no Ruanda falou sobre a “mudança cultural” necessária para que as crianças encarassem a TV ou o rádio como um meio de aprendizagem, em vez de um meio de entretenimento. As crianças mais jovens colocam exigências adicionais sobre os pais/mães e cuidadores/as, visto que precisam de mais apoio na aprendizagem à distância, como seja a supervisão e assistência no uso e cuidado com dispositivos, e podem precisar de supervisão mais próxima para se manterem focadas, especialmente ao ouvirem instruções no rádio.

Portanto, uma variável individual significativa na aprendizagem das crianças e jovens em casa é o apoio dos membros do agregado familiar. Os próprios cuidadores/as podem carecer da confiança e das competências necessárias para dar assistência, devido à sua própria falta de literacia ou escolaridade (Chabbott & Sinclair, 2020) ou ao seu desconforto com ferramentas de aprendizagem à distância (Banco Mundial, 2020c). Outros/as carecem de tempo, devido a compromissos de trabalho ou responsabilidades domésticas, como cuidar de várias crianças.

No caso das crianças e jovens em geral, e das crianças e jovens portadores de deficiências em particular, os cuidadores/as são frequentemente incapazes de prestar o apoio de que os filhos/as precisam para concluírem os trabalhos da escola, especialmente os cuidadores/as que estão a conciliar o trabalho e outras responsabilidades parentais (Gordon et al., 2020). As crianças e jovens portadores de deficiências são, mais uma vez,

duplamente afetados; como relatado acima, os materiais educativos são largamente inacessíveis aqueles e aquelas que são portadores/as de deficiências e, portanto, estes e estas estudantes precisam da ajuda de cuidadores/as para navegar por páginas da Internet, ler textos em voz alta ou fazer a interpretação de língua gestual.

Os fatores contextuais também dificultam o envolvimento da família na aprendizagem em casa. No Líbano, especialmente entre famílias de pessoas refugiadas já sob o stress da crise económica, da instabilidade política e da explosão em Beirute, de agosto de 2020, os pais/mães relataram não ser capazes de ajudar os filhos/as com os trabalhos da escola (Save the Children, 2020e). A pobreza é mais um fator decisivo no apoio que as crianças e jovens recebem: utilizando dados dos seus Inquéritos de Múltiplos Indicadores do Cluster, a UNICEF (Mishra et al., 2020) relatou que a riqueza do agregado familiar é um fator determinante para que uma criança receba apoio na realização dos trabalhos de casa/ tarefas escolares; as crianças e jovens de grupos de baixos rendimentos recebem menos apoio do que os seus pares mais abastados. Durante os encerramentos escolares devido à DVE na Libéria, houve relatos de que estavam a ser ministradas aulas particulares em casa (Rothe, 2014), portanto as crianças e jovens cujos pais/mães pudessem pagar continuaram a receber aulas de elevada qualidade, orientadas por professores/as. É necessária investigação para compreender até que ponto este tipo de tutoria particular e educação paralela (“shadow education”), já prevaiente antes da pandemia (UNESCO, 2017), continuou durante a COVID-19, e se e como agravou as desigualdades existentes nos casos das e dos estudantes que dependem só dos pais/mães e de materiais distribuídos pelo governo.³

O apoio familiar à aprendizagem também é evidenciado pela forma como os pais/mães e cuidadores/as encaram a aprendizagem em casa e priorizam o tempo, como seja a quantidade de tempo que permitem que os filhos/ filhas lhes tomem de outras tarefas domésticas. No inquérito da Save the Children, mais de metade das crianças inquiridas indicaram que agora tinham mais tarefas e deveres a nível de cuidados do que antes do surto de COVID-19, o que as impede de continuar a sua aprendizagem em casa (Ritz et al., 2020). Bastantes mais raparigas (63%) do que rapazes (43%) relataram um aumento das tarefas domésticas, incluindo cuidar de irmãos e de outras crianças no lar; dados do inquérito no Líbano mostram resultados semelhantes (Save the Children, 2020e). Com menos tempo para os trabalhos da escola, as raparigas estão especialmente em risco de ficar para trás em relação aos rapazes.

2.2 PERDA DE SERVIÇOS SOCIAIS FORMAIS DISPONÍVEIS ATRAVÉS DAS ESCOLAS

Saúde e SMAPS. A UNESCO (2020c) relatou que 89% dos países em todo mundo oferecem serviços escolares de nutrição e saúde, incluindo serviços diretos ou encaminhamentos para serviços de saúde, sociais e de serviços de SMAPS (ACPHA, 2020c). No caso das crianças e jovens portadores de deficiências, as escolas inclusivas e que fornecem apoio académico e serviços de saúde, como terapia, podem ajudar os pais/mães a manter as crianças e jovens dentro de casa e fora de instituições (Barriga et al.,

³ A UNESCO (2017) define o ensino paralelo, ou “tutoria complementar privada”, como “atividades que espelham o conteúdo da escolaridade regular, bem como atividades que complementam a escolaridade, nomeadamente a cobertura aprofundada de disciplinas, formação noutras línguas e atividades extracurriculares” (pág. 108).

2017). De facto, a par com o medo de perder tempo de aprendizagem, os pais/mães e cuidadores/as de crianças e jovens com deficiências estão principalmente preocupados com a perda da terapia e de outros serviços geralmente disponíveis através das escolas (Banco Mundial, 2020c).

As escolas também são frequentemente locais de prestação de intervenções formais de SMAPS (ver Save the Children, 2018). Uma revisão da investigação empírica sobre a prestação de SMAPS a mulheres e crianças em áreas de conflito (Kamali et al., 2020) concluiu que as intervenções baseadas na escola são eficazes para melhorar os resultados a nível da saúde mental. Os/as investigadores/as observaram que as intervenções de SMAPS baseadas nas escolas ajudaram a criar um ambiente não-estigmatizante no qual as crianças e jovens puderam participar sem que as suas rotinas diárias fossem interrompidas. Com as escolas encerradas, as crianças e jovens também perderam oportunidades de ASE, o que envolve o desenvolvimento dos processos emocionais, sociais, interpessoais e cognitivos (INEE, 2016). Na investigação exploratória em torno dos programas das Salas de Aula de Cura do IRC no Líbano, os alunos/as refugiados/as sírios demonstraram um progresso provisório a nível da ASE (3EA, 2017), o que indica o potencial de tais iniciativas e os subsequentes danos que a sua ausência, devido ao encerramento de escolas, poderia acelerar.

Alimentação e nutrição escolar. A perda de refeições e outros serviços nutricionais escolares é particularmente preocupante, especialmente com o atual ambiente de desemprego generalizado, aumento dos preços dos alimentos e aumento da insegurança alimentar (OIT & UNICEF, 2020). A maioria dos agregados familiares do conjunto de dados da Save the Children relatou ter sofrido insegurança alimentar, havendo 43% a dizer que estavam “stressados” e 36% “em crise” (Loperfido & Burgess, 2020). No inquérito do NRC, (2020) com populações refugiadas e migrantes de oito países, uma média de 73% dos agregados familiares indicou que reduziram o número de refeições diárias desde o início da pandemia, incluindo 81% no Afeganistão, 86% na Colômbia e 76% na Venezuela. Na América Latina, o encerramento das escolas deixou cerca de 85 milhões de crianças e jovens que acediam regularmente às refeições na escola sem este serviço (CEPAL & UNESCO, 2020).

Com o encerramento das escolas, também se perde o local de reunião conveniente e centralizado que as escolas fornecem para a distribuição de alimentos e para o registo e acompanhamento do progresso da saúde das crianças em risco de várias formas de desnutrição, incluindo peso insuficiente e obesidade, desnutrição aguda e deficiências nutricionais. No auge do encerramento das escolas, o Programa Alimentar Mundial (PAM, 2020b, 2020d) estimou que 396 milhões de crianças (47% das quais eram meninas) não tinham acesso às refeições escolares; à data em que foi escrito, este número era de 260 milhões.⁴ O risco de ficar abaixo do peso e/ou sofrer de desnutrição aguda, e o potencial para o abandono escolar, é acentuadamente vivenciado por raparigas, cujos pais/mães se veem motivados a matriculá-las na escola por causa da alimentação fornecida (Save the Children, 2020a). Os programas de distribuição de suplementos nutricionais também foram interrompidos pelo encerramento das escolas: no Butão, por exemplo, prevê-se um aumento no número de crianças com anemia, já que os programas de distribuição de suplementos de ferro e ácido fólico foram reduzidos (UNICEF, 2020d). Por outro lado, algumas crianças e jovens correm o risco de ganhar um peso que não é saudável (Fore et al., 2020), já que há opções

4 Veja o rastreador em tempo real do PAM em <https://cdn.wfp.org/2020/school-feeding-map/index.html>.

alimentares baratas, com baixo teor de nutrientes, mas com alto teor calórico, a substituir as refeições nutritivas oferecidas na escola. O risco de obesidade aumenta com o confinamento, pois há menos oportunidades para as crianças praticarem exercício; nos estágios iniciais do confinamento devido à COVID-19 na China, os investigadores/as observaram um aumento de peso e uma perda da aptidão cardiovascular entre as crianças habituadas a fazer exercício ao ar livre e a brincar na escola (Wang et al., 2020).

ASH. Sendo um lugar onde as crianças e jovens passam um número significativo de horas por dia, as escolas também são um ponto focal para o acesso à ASH. A pandemia da COVID-19 destacou a importância de lavar das mãos e da higiene para prevenir a propagação de vírus. O uso acrescido de água no Ruanda significa que as crianças têm de ir buscar água com mais frequência, o que as impede de se envolverem na aprendizagem (Children's Voice Today/Save the Children, 2020). As Nações Unidas de Ruanda (2020a) prevê o aumento dos custos de água e saneamento; as famílias empobrecidas que não têm condições de arcar com os aumentos, provavelmente, dependerão de fontes de água que não são seguras. Além disso, as escolas desempenham um papel fundamental na divulgação de informações corretas sobre a prevenção de doenças (Banco Mundial, 2020c). Um/a informador-chave na RDC observou que este era um serviço adicional que os professores/as poderiam oferecer durante os de DVE, já que as comunidades confiavam mais prontamente nos professores/as do que nas autoridades de saúde, especialmente nas áreas rurais.

É necessária uma investigação a mais longo prazo sobre a interseção da escolaridade, os serviços formais e informais disponíveis na escola e os fatores de risco para os grupos apresentados neste relatório. Por exemplo, foi constatado que o encerramento de escolas leva a deficiências nutricionais acrescidas (UNICEF, 2020d). A literatura sobre normas de género demonstra que, em tempos de escassez de alimentos, as mulheres e raparigas em alguns contextos são as últimas a comer e as primeiras a adotar mecanismos negativos de sobrevivência (Mitra & Rao, 2017). Há estudos a longo prazo sobre desnutrição e fome que destacaram os seus efeitos negativos destas sobre os resultados gerais de saúde e sobre a capacidade das crianças e jovens de aprender (Matrins et al., 2011).

2.3 PERDA DE COMODIDADES E PROTEÇÕES SOCIAIS INFORMAIS

Além das ofertas formais descritas acima, as escolas oferecem uma variedade de comodidades informais e serviços de apoio social que são mais difíceis de quantificar ou de captar. Por exemplo, as escolas são frequentemente canais para a prestação de apoio psicossocial (AP) menos formal. O AP não estruturado, que difere das intervenções formais de saúde mental informadas pelo trauma, pode oferecer tratamento e assistência no âmbito do stress causado pela migrações contínuas, e pode ser prestado por outras pessoas além dos profissionais da saúde mental, tais como professores/as ou auxiliares de sala de aula. Em países que recebem refugiados/as sírios/as, o Save the Children (2018) tem trabalhado para integrar o AP nos currículos escolares e nas práticas de formação de professores/as. Nas escolas, os professores/as incorporam conhecimentos pedagógicos e de disciplinas, mas também proporcionam rotinas de confiança e estabilidade, o que promove a estabilidade psicossocial das crianças e jovens, particularmente em contextos afetados por conflitos (Mattingly, 2017).

Com o encerramento das escolas, também se perdem as redes sociais informais e de socialização presencial que ocorrem durante e à volta do horário escolar. No amplo inquérito da Save the Children (Gordon et al., 2020), as crianças e jovens relataram que sentem falta dos amigos e colegas de escola, relacionamentos que são vitais para o seu bem-estar e desenvolvimento (Fischer et al., 2018). Aqueles que não puderam estar em contacto com os/as amigos/as tinham taxas mais elevadas de preocupação (54%) e insegurança (58%) do que aqueles/as que puderam (Ritz et al., 2020); estes resultados alinham-se com os relatórios dos inquéritos realizados durante a epidemia de DVE na Serra Leoa (Risso-Gill & Finnegan, 2015). Os sistemas informais de apoio são especialmente importantes para as e os jovens LGBTQI, em particular aqueles/as que estão confinados com membros do agregado familiar que não aceitam a sua identidade e podem tratá-los/as com hostilidade (UNESCO, 2020j). O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2020) prevê que isto causará um aumento da depressão e da ansiedade entre jovens LGBTQI.

2.3.1 AUMENTO DA DESIGUALDADE NA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DE EDUCAÇÃO

Com o impacto económico da recessão global causada pelos confinamentos da COVID-19, os e as especialistas preveem que haverá um défice de US\$77 mil milhões no financiamento global da educação (Save the Children, 2020g). Com a reabertura das escolas, a implementação de medidas de distanciamento social colocará os recursos sob pressão. A capacidade física da escola foi um fator significativo e relevante durante os encerramento devido à DVE na Serra Leoa e na Libéria; com as medidas de prevenção e de controlo de infeções a colocar limites à sua capacidade, as escolas debateram-se para acomodar todas as crianças e jovens anteriormente matriculados/as (Santos & Novelli, 2017). Em 2020, com as escolas públicas com poucos recursos e sobrecarregadas, já com dificuldades a nível de capacidade, incluindo turmas excessivamente grandes, um/a informador-chave no Ruanda indicou (ver secção 1.1. sobre metodologia) que se tomou a decisão de reabrir primeiro as salas de aula para o exame e último ano das “turmas candidatas.” As escolas privadas apoiadas por pais/mães ricos, atores não governamentais ou interesses privados, que estavam equipadas para acomodar os novos requisitos de distanciamento social e higiene, reabriram rapidamente. O informador falou do sentimento de injustiça e angústia emocional que as crianças da escola pública sentiram quando observavam os vizinhos da escola privada frequentarem a escola, enquanto ainda estavam confinados nas suas casas.

Existe o risco de que as crianças e jovens, que já estavam fora da escola antes da COVID-19, sejam negligenciados/as enquanto as escolas se debatem para reabrir para os e as estudantes já matriculados. Os dados de 2019 indicam que, antes do surto de COVID-19, 127 milhões de crianças e jovens em países afetados pela crise estavam fora da escola; isto representa metade da população mundial fora da escola (INEE, 2020a). Estes dados indicam que é mais provável que as raparigas sejam afetadas: 31% das raparigas e 27% dos rapazes em contextos afetados pela crise estavam fora da escola. Prevê-se agora que estes números aumentem.

No Líbano, em 2018-2019, quase 48% das crianças e jovens refugiados/as sírios/as e palestinos/as já estavam fora da escola (Haddad et al., 2020). A multiplicação de crises no Líbano já está a afetar a sua capacidade de voltarem a matricular, e há ainda menos vagas de matrícula disponíveis em Beirute, onde as autoridades estão a debater-se para reparar escolas danificadas na explosão de agosto de 2020, enquanto lidam com o encerramento

de escolas privadas subsidiadas pelo governo. As vagas disponíveis nas escolas públicas são dadas aos e às estudantes libaneses, pelo que as crianças e jovens refugiados sírios e palestinos são impedidos de regressar à escola, por não se conseguirem garantir a matrícula.

Também se espera que os ataques às escolas e os danos às instalações escolares tenham um impacto negativo nos esforços de reabertura. No leste da RDC, os edifícios escolares foram danificados por atos violentos ou outros usos durante o confinamento, e muitas escolas não dispõem de recursos para fazer reparações ou substituir materiais e móveis (ACAPS, 2020b). Há relatórios semelhantes do Observatório dos Direitos Humanos (HRW, 2020c) que indicam que as escolas são consideradas epicentros de violência, com mais de 85 ataques contra a educação em Burquina Fasso, Mali e República do Níger entre março e maio de 2020, incluindo incêndios, pilhagens, ameaças e rapto e assassinato de alunos/as e professores/as. Ataques específicos na RDC (ACAPS, 2020b) e no Mali (HRW, 2020c) tiveram como alvo crianças e jovens que estavam a fazer exames. No Líbano, estima-se que 20% das escolas ficaram inutilizadas após anos de conflito; 380 escolas foram atacadas nos últimos cinco anos, e outras foram reaproveitadas como centros de isolamento para pacientes da COVID-19 (Karasapan, 2020).

Professores/as. O Grupo Atlantis (2020) alertou para as “crescentes clivagens” entre os professores/as e responsáveis da educação quanto às decisões tomadas relativamente ao encerramento das escolas. Após os encerramentos durante o surto de DVE, a oferta de professores/as passou por constrangimentos, uma vez que alguns/algumas tinham entrado noutras profissões. Algumas professoras e professores, especialmente aquelas/es que trabalhavam no controlo de doenças, foram estigmatizados e suspensos do ensino por receio de propagarem a doença (ACAPS, 2016). Em todos os contextos do estudo de caso, os/as informadores/as relataram que, conforme trabalhavam para se adaptarem às modalidades de distância enquanto cuidavam dos seus próprios agregados familiares, os professores/as estavam exaustos e esgotados.

Com a rápida mudança para as modalidades online e à distância, havia poucas opções para dar formação aos professores/as para se atualizarem em relação às pedagogias digitais, e esta responsabilidade acrescida foi transferida para os professores/as individualmente. Os professores/as no Ruanda foram orientados para uma plataforma de aprendizagem online com unidades de desenvolvimento profissional autónomo. A investigação anterior sobre materiais focados nos professores/as oferecidos nesta plataforma concluiu que estes utilizavam inglês complexo e não forneciam muito apoio, além da simples transmissão diretas políticas (Cameron, 2020). Um/a informador-chave no Ruanda deu exemplos de professores/as respeitados, especialmente os que ensinavam os níveis mais baixos do ensino básico e pré-primário, que tiveram dificuldades com a transição para plataformas online e decidiram abandonar totalmente a profissão.

Há também exemplos de professores/as que não receberam remuneração antes e durante a crise; assim, há um risco elevado de que os professores/as, para sobreviverem, abandonem a profissão e procurem outro emprego. No Chade, 60% dos professores/as da comunidade viram os seus salários estagnados, e os professores/as da República Centro Africana não foram pagos desde que os bancos foram encerrados devido à COVID-19 (Banco Mundial, 2020c). Os professores/as do leste da RDC não foram remunerados em agosto de 2020, o que levou a marchas de protesto de professores/as (ACAPS, 2020b). No Líbano, os/as informadores-chave relataram que foram preocupações semelhantes quanto aos salários interrompidos que levaram a protestos de professores/as, e no Líbano, pelo menos metade dos professores/as não tem recebido o seu salário regularmente desde 2016 (Karasapan, 2020).

3. Riscos de Proteção da Criança:

Escalada da exposição a danos

O papel preventivo desempenhado pela educação e pela frequência da escola não pode ser subestimado. Embora as escolas nem sempre sejam espaços seguros, os professores/as e o pessoal escolar fornecem um nível básico de supervisão e uma primeira linha de defesa para as crianças e jovens em risco de abuso, negligência, exploração e violência.⁵ Ao abordar as causas que estão na origem dos danos e ao detetar precocemente problemas de abuso, as escolas desempenham um importante papel no que toca a prevenir o aparecimento ou da recorrência de danos graves a crianças e jovens. Embora estar na escola não seja o mesmo que aprender ou ter uma proteção infalível contra danos, possibilita que as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade e que tomem medidas para alcançar o bem-estar. Isto melhora a sua capacidade de aprender e crescer, e, por conseguinte, o seu potencial económico e, mais tarde, a sua capacidade de contribuir económica, social e politicamente para as respetivas sociedades (INEE, 2010).

Com as escolas encerradas, as crianças e jovens enfrentam riscos acrescidos. O confinamento em casa tem os seus desafios, uma vez que as crianças e jovens que estão presos em casa estão expostos a mais riscos. Além disso, devido às medidas de distanciamento social e outras restrições, os serviços e a supervisão protetora foram reduzidos, o que nega às crianças e aos/as jovens o acesso tanto à proteção formal como a importantes redes informais de apoio (UNICEF, 2020e).

Estes riscos acrescidos sobrecarregam outras situações de emergência e crises de segurança existentes, especialmente em contextos afetados por crises. No Burquina Fasso, por exemplo, que viveu um conflito armado contínuo e inundações generalizadas, o número de PDIs passou de um milhão em setembro de 2020 (ReliefWeb, 2020). O encerramento das escolas no âmbito da COVID-19 trouxeram mais um choque ao seu sistema educativo conturbado; a situação de segurança já tinha perturbado o calendário escolar e o tempo de ensino. Existe a preocupação de que o encerramento das escolas em curso faça com que pais/mães e filhos/as percam a motivação para continuar a sua educação (Coordination du Cluster Education, 2020). Além disso, ficou demonstrado que a violência sexual aumenta nas zonas de conflito, onde as habituais proteções legais e vias de acesso à justiça são frequentemente reduzidos e os criminosos têm pouco a temer (Sidebotham et al., 2016). No Mali, com a confluência do conflito armado e a pandemia, o tráfico de crianças aumentou (ACNUR, 2020).

⁵ Reconhecemos que as escolas podem ser espaços onde as crianças e jovens sofrem abusos e que os professores/as e outros funcionários/as escolares podem ser os perpetradores (ver UNESCO, 2009).

Como as crianças e as/os jovens se tornam invisíveis devido ao confinamento domicílio e ao encerramento das escolas, há poucos dados abrangentes que apresentem um quadro completo dos abusos e injustiças sofridos nos países onde há crises humanitárias pré-existentes. Nesta secção, o foco está em várias áreas de risco distintas e que se interseccionam: os efeitos psicossociais do abuso sobre as crianças e jovens, a violência que as crianças e jovens vivenciam em casa, os riscos que surgem online e, estando as crianças e jovens fora da escola, aumenta o risco de trabalho infantil.

Os grupos que estão particularmente em risco incluem as raparigas, as crianças e jovens com deficiências, as crianças e jovens em movimento, jovens LGBTQI e as crianças associadas a forças armadas ou grupos armados. Os riscos e injustiças enfrentados por estes grupos são exacerbados pelo encerramento das escolas e pela perda da estabilidade, do apoio material e da supervisão protetora aí prestados. Outros grupos marginalizados, tais como crianças em instituições ou que vivem na rua, agregados familiares chefiados por crianças, crianças em famílias de acolhimento, ou as que estão ao cuidado de cuidadores/as com deficiências ou por tutores/as idosos, geralmente não aparecem neste relatório, mas são uma população que requer um foco e atenção específicos para compreender o encerramento das escolas, como também observaram outros investigadores/as (por exemplo, Bakrania et al., 2020).

3.1 CRIANÇAS E JOVENS EM CASA: EFEITOS PSICOSSOCIAIS

As crianças e jovens que estão afastados da escola e da companhia de pessoas de fora da sua casa também perdem o acesso aos vários serviços e comodidades acima descritos. Os pais/mães e cuidadores/as não estão geralmente preparados para ajudar as crianças e os/as jovens a lidar com a falta de estrutura e atividades de rotina, sentimentos negativos, sensação de isolamento e outras formas de angústia psicológica provocadas pela COVID-19, especialmente quando já estão a equilibrar a prestação de cuidados, a insegurança financeira e outros fatores de stress.

Saúde mental e saúde e bem-estar psicossocial. As crianças e os/as jovens confinados em casas têm acesso limitado a jogos, poucas atividades recreativas e pouca interação com os seus pares, o que tem um efeito significativo na sua saúde mental e psicossocial e bem-estar. Wang et al. (2020), que estudaram o encerramento das escolas na China, no âmbito da COVID-19, no fim de 2019, afirmam que as crianças experimentaram medo, stress, frustração, aborrecimento e sentimentos de isolamento quando confinadas em casa.

Há tendências semelhantes que são evidentes nos dados emergentes. Um inquérito da Save the Children indicou que 83% das crianças e jovens e 89% dos cuidadores/as referiram um aumento dos sentimentos negativos, que aumentaram à medida que as escolas permaneceram encerradas durante períodos de 17 a 19 semanas (Ritz et al., 2020). Quase metade dos pais/mães inquiridos (46%) relataram ver sinais de angústia psicológica nos seus filhos/as, incluindo mudanças no sono e no apetite e na forma como lidavam com as suas emoções, e comportamentos agressivos mais frequentes, sendo que todos tinham aumentando nas semanas que se seguiram ao encerramento das escolas. No Sul da Ásia, 35% dos pais/mães no Paquistão e Afeganistão que participaram numa rápida avaliação comportamental e sentimental da UNICEF relataram igualmente que as suas crianças e jovens estavam a mostrar sinais de angústia mental, e que tinham conseguido ter acesso

aos serviços de cuidados de saúde (Hikmah, 2020). Finalmente, 63% dos pais/mães inquiridos por Viamo (2020) em toda a África francófona concordaram que a pandemia estava a ter repercussões negativas significativas na saúde mental dos seus filhos/as.

A anterior investigação estabeleceu que as crianças e jovens em quarentena sofreram com sentimentos de isolamento e PSPT (OCDE, 2020). Numa análise comparativa de estudos sobre saúde mental durante períodos de quarentena, tais como durante a epidemia da síndrome respiratória aguda grave em 2003 e a pandemia de gripe H1N1 de 2009, os/as investigadores/as observaram que quase todos os estudos relataram efeitos psicológicos negativos tanto entre adultos como entre crianças (Brooks et al., 2020). Por exemplo, um estudo relatou que as crianças que foram colocadas em quarentena obtiveram quatro vezes mais pontos do que os seus pais não colocados em quarentena nos marcadores de PSPT, e um quarto dos seus pais/mães tinha sintomas suficientes para justificar um diagnóstico de PSPT (Sprang & Silman, 2020). Não existe investigação suficiente para estabelecer a prevalência da PSPT e dos desafios da saúde mental entre as crianças de hoje, mas há relatos preocupantes de um aumento recente de tentativas de suicídio por parte de crianças e adultos/as. A UNICEF (2020d), que relatou intervenções em casos de tentativa de suicídio infantil no Bangladesh, também relatou um aumento de 40% de suicídios no Nepal, principalmente entre raparigas, tal como relatado pela polícia.

As crianças e jovens como um “encargo” acrescido. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2020) descreveu a casa durante o confinamento no âmbito da COVID-19, onde todos os fatores acima referidos se juntam, como uma “panela de pressão” na qual pais/mães e cuidadores/as se debatem para satisfazer as necessidades académicas dos seus filhos/as. Isto inclui a cobertura dos custos acrescidos de materiais de aprendizagem e alimentos adicionais para os seus filhos/as, que perderam o acesso aos programas de refeições oferecidos na escola. Tudo isto ocorre enquanto os pais/mães estão a equilibrar a possível perda de emprego, insegurança financeira, agravamento da saúde mental (“The Intersection of COVID-19,” 2020), e sentimentos de isolamento e impotência. A literatura mostra claramente que os pais/mães foram apanhados de surpresa e não tinham qualquer plano para lidar com o aumento das suas funções parentais quando as escolas encerraram e os seus filhos/as ficaram confinados em casa. As diferenças em termos de recursos disponíveis e de tempo e atenção dispensados pelos cuidadores/as são outra das facetas da desigualdade social crescente.

Alguns pais/mães e cuidadores/as sucumbiram a estratégias parentais negativas e a abuso; outros deixaram os filhos/as sem vigilância ou com vigilância insuficiente. Alguns pais/mães e cuidadores/as cujos filhos/as têm acesso limitado a opções de aprendizagem durante o confinamento podem ter a perceção de que estes não estão envolvidos de forma produtiva. Este é outro motivo de preocupação, já que as crianças e jovens desocupados se veem frequentemente cada vez mais atraídos ou empurrados para uma série de situações que provocam danos, incluindo trabalho infantil, CIPF e tráfico infantil, bem como recrutamento e utilização por parte de forças armadas ou grupos de militantes.

3.2 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E JOVENS EM CASA

Os maus tratos a crianças e jovens em casa tem vindo a aumentar em todo o mundo desde o início dos confinamentos da COVID-19. Os fatores ambientais que afetam os cuidadores/as - como o aumento das preocupações financeiras e do stress resultante das responsabilidades adicionais de prestação de cuidados às crianças fora da escola - podem desencadear estratégias de sobrevivência parentais prejudiciais. Por exemplo, foi relatado um aumento do castigo físico na Serra Leoa durante a crise do Ébola (Fischer et al., 2018). Registou-se igualmente uma violência generalizada contra crianças e jovens na RDC (World Vision Internacional, 2020a) e noutros países afetados pelo Ébola, incluindo um aumento da exploração sexual e de outras formas de abuso (Hallgarten, 2020).

Continuam a existir lacunas consideráveis na denúncia de abusos a crianças e jovens, os quais se pensa estarem a aumentar com o encerramento das escolas e o confinamento em casa (Peterman & O'Donnell, 2020). Como anteriormente referido, as linhas de apoio à proteção da criança registaram um número mais elevado de chamadas por todo o mundo e as organizações de proteção da criança têm tido dificuldade em oferecer uma resposta adequada. Um/a informador-chave do Líbano referiu que o pessoal técnico de proteção da criança está a levar a cabo uma monitorização dos dados recebidos numa base mensal ou “em tempo real”, para terem uma noção clara das tendências atuais e determinarem quais os serviços que as organizações estão a solicitar com mais frequência, em vez de esperarem pelos resultados dos inquéritos longitudinais. Os dados do inquérito da Save the Children comprovam um aumento dos métodos parentais negativos ou violentos, conforme indicado por 22% dos cuidadores/as inquiridos; 32% de todos/as os/as participantes declararam que ocorreram abusos físicos e/ou verbais em casa e as crianças e jovens fora da escola declararam estar a sofrer taxas mais elevadas de abuso (Ritz et al., 2020).

3.3 RISCOS ONLINE

No caso de algumas crianças e alguns jovens, o confinamento em casa implicou passarem mais tempo em plataformas online, tanto para o aprendizagem à distância como para recreação. Sobrecarregados com outras obrigações, os pais/mães podem não ter tempo para assegurar uma supervisão adequada e, conforme relatado por uma parte interessada do Ruanda, podem igualmente não ter conhecimento das ferramentas de proteção incorporadas nos dispositivos e nas aplicações. A Sociedade Nacional para a Prevenção da Crueldade contra as Crianças (NSPCC) do Reino Unido classificou a situação como “uma tempestade perfeita” para o aumento da exploração e abuso sexual online (Grierson, 2020). As crianças e jovens fora da escola em todo o mundo, que podem estar a sofrer de solidão, ansiedade ou depressão devido ao isolamento do confinamento, passam mais tempo inadequadamente supervisionados na Internet, o que os torna especialmente vulneráveis ao cyberbullying e aos predadores online. A pobreza e o aumento da insegurança financeira podem igualmente conduzir a um aumento do trabalho e da exploração sexual comercial online, especialmente dado que a Internet remove as barreiras físicas da distância e das fronteiras nacionais. Em 2018, o jornal The Guardian publicou informações sobre pedófilos britânicos que tinham especificamente como alvo

crianças e jovens em contextos empobrecidos e afetados por crises, tais como as Filipinas, o Quênia, e o Camboja - todos estes países com elevado uso de smartphones e plataformas de transferência de dinheiro rápidas e anónimas (Kelly, 2018). Porém, mesmo dentro das suas próprias redes, o aumento da troca de mensagens direta entre crianças e adultos de confiança, tais como professores/as, abre a possibilidade de aliciamento (“grooming”) e exploração (Save the Children, 2020a).

3.4 TRABALHO INFANTIL

A Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (2020b) identificou o encerramento das escolas como um fator contributivo para o aumento do trabalho infantil, incluindo as piores formas de trabalho infantil (PFTI) em contextos de crescente pobreza e insegurança alimentar. Isto “envolve crianças serem escravizadas, separadas das suas famílias, expostas a graves perigos e doenças e/ou deixadas entregues a si próprias nas ruas de grandes cidades - muitas vezes, numa idade muito precoce” (OIT, n.d., para. 5). Não existem dados exaustivos para fornecer um quadro completo e preciso do trabalho infantil em 2020, mas a OIT (2020a) estima que mais 66 milhões de crianças serão envolvidas em trabalho durante a crise da COVID-19 enquanto os seus agregados familiares tentam sobreviver. Durante as crises económicas anteriores, verificou-se uma relação entre a diminuição do rendimento do agregado familiar e o aumento do trabalho infantil. A crise económica da Costa do Marfim de 1990, por exemplo, causou uma queda de 10% no rendimento, que esteve relacionada com um aumento de 5% do trabalho infantil e uma diminuição de 10% do progresso educativo (OIT & UNICEF, 2020, pág. 8).

O trabalho infantil é complexo e multifacetado. No passado, muitas famílias dependiam do trabalho dos seus filhos durante as férias escolares, mas, à medida que o desespero da situação económica atual exige que muitas crianças e jovens contribuam para as finanças familiares, há cada vez mais evidências de um aumento do trabalho infantil entre as populações vulneráveis a nível mundial. Foi registado um aumento de 21,5% do trabalho infantil nos campos de cacau da Costa do Marfim de março a maio de 2020; este aumento foi atribuído ao “choque” dos encerramentos provocados pela COVID-19 (Fundação ICI, 2020). As partes interessadas do Líbano e da Jordânia apuraram igualmente um aumento do trabalho infantil entre as famílias de pessoas refugiadas que sofrem de pobreza extrema (Plan Internacional, 2020). Alguns relatos do Mali indicam que o encerramento das escolas devido a conflito e à COVID-19, bem como as greves de professores/as que ocorrem em simultâneo, impelem as crianças e jovens a trabalhar em minas de ouro informais em zonas controladas por grupos armados (Cluster de Proteção Global, 2020). O ACNUR (2020) também relata que os grupos armados no Mali estão a traficar crianças e jovens para trabalhar nas minas de ouro.

Os agregados familiares nos quais um pai/mãe ou cuidador/a é portador de deficiência sofreram, de forma desproporcional, com a perda de empregos e de rendimento (World Vision Internacional -Lanca, 2020). Consequentemente, as crianças e jovens desses agregados familiares relatam taxas de emprego mais elevadas do que aqueles/as de agregados familiares em que o principal ganha-pão não é portador de uma deficiência (Ritz et al., 2020). A anterior investigação realizada no Nepal indicou que as crianças e jovens cujo pai/mãe é portador de uma deficiência ou aqueles/as que perderam a mãe ou o pai corriam um risco mais elevado de envolvimento nas PFTI (Edmonds, 2010).

3.5 POPULAÇÕES EM RISCO

3.5.1 RISCOS QUE AS RAPARIGAS E AS JOVENS MULHERES ENFRENTAM

O encerramento das escolas tem causado riscos de proteção de menores específicos para as raparigas e jovens mulheres. Em situações de crise, as raparigas são duas vezes mais suscetíveis a ficar fora da escola do que os rapazes e os riscos com que se deparam aumentam a sua probabilidade de não regressarem à escola quando a crise passar; para as raparigas portadoras de deficiências, o risco é ainda maior (Gordon et al., 2020). O Fundo Malala (2020) estimou que mais 20 milhões de raparigas com idade para frequentar o ensino secundário abandonarão a escola devido aos efeitos da COVID-19.

Os riscos que as raparigas enfrentam são muitos e variados e o encerramento das escolas devido à DVE servem, mais uma vez, de guia. De 2014 a 2016, as organizações de ajuda de toda a África Ocidental registaram um aumento da violência e do abuso na Serra Leoa (Bandiera et al., 2018) e na RDC (World Vision Internacional, 2020a) tendo raparigas como alvo específico (Hallgarten, 2020), incluindo um aumento brusco do sexo transacional (Risso-Gill & Finnegan, 2015), do CIPF e das gravidezes. Quando as escolas começaram a reabrir, as raparigas tiveram dificuldade em regressar; muitas tinham assumido responsabilidades de prestação de cuidados quando os outros membros da família adoeceram ou faleceram, pelo que não tinham possibilidade de regressar à escola (CARE, 2020). As barreiras estruturais impediram igualmente as raparigas grávidas de continuar os estudos: na Serra Leoa, os rapazes que engravidavam raparigas eram autorizados a continuar os estudos, enquanto as raparigas visivelmente grávidas eram excluídas da escola e não podiam comparecer aos exames (Denney et al., 2015). Além disso, após darem à luz, as mães menores não podiam, na sua maioria, regressar à escola, devido às suas obrigações parentais. Importa referir que a lei que proíbe as raparigas grávidas de frequentar a escola foi revogada no início da pandemia da COVID-19.

As raparigas estão particularmente expostas ao risco de sofrer mais VSBG, violência nas relações íntimas e exploração e abuso sexual durante o atual confinamento em casa (Peterman & O'Donnell, 2020), o que ameaça reverter quase três décadas de progresso na luta contra a desigualdade de género (Save the Children, 2020d). Com as escolas encerradas e outros mecanismos de proteção inacessíveis devido à pandemia, prevê-se que a violência contra as raparigas e jovens mulheres aumente, especialmente em contextos de conflito (Kapur, 2020b). As raparigas portadoras de deficiências são suscetíveis de sofrer alguns dos piores abusos, incluindo um aumento maior, relativamente aos seus pares, de abuso e exploração de ordem física, sexual e emocional (Save the Children, 2020d). As raparigas que trabalham enfrentam também o risco secundário de VSBG (OIT & UNICEF, 2020) e exploração e abuso sexual, o que pode conduzir a gravidezes indesejadas e, especialmente para as mães menores, riscos acrescidos para a saúde, tais como fístula (Kapur, 2020b).

Embora possa haver falta de dados empíricos mundiais específicos relativamente à COVID-19, a correlação entre crise e casamento infantil tem sido bem documentada (Masheka, 2020). A World Vision Internacional (2020b) estima que, nos próximos dois anos, mais quatro milhões de raparigas serão forçadas a casar devido ao encerra-

mento das escolas por causa da COVID-19; o CIPF está já a ser reportado no leste da RDC (ACAPS, 2020b) e no Quênia (AMREF Health África, 2020). No assentamento de refugiados de Bidibidi no Uganda, as autoridades apuraram seis casos de casamento infantil, dois de casamento forçado e 19 de gravidez na adolescência; também referiram que a maioria destes casos não são denunciados (World Vision Internacional, 2020c). A World Vision Internacional (2020c) também relata que o encerramento das escolas pode aumentar os casos de gravidez na adolescência em até 65%, e estima-se que, depois da pandemia, um milhão de raparigas em idade escolar da África subsariana podem não voltar à escola devido a gravidez.

A Save the Children (2020a) prevê um aumento global de casos de MGF/C em casa, que está frequentemente ligada ao casamento infantil (Kapur, 2020b). Já foram relatados casos de MGF/C na Somália (Brown, 2020), enquanto no Quênia, 58% dos participantes de inquéritos da comunidade realizados pela AMREF Health África (2020) indicam que os casos de MGF/C aumentaram durante a COVID-19. O risco correlaciona-se diretamente com o encerramento das escolas, demonstrando assim o dano direto que as raparigas experimentam quando não podem comparecer à escola (Kapur, 2020b). A MGF/C “porta a porta”, onde o procedimento é realizado dentro de casa, ocorreu no norte do Quênia e Somália, precisamente porque as escolas estavam encerradas; como as raparigas precisam de tempo para que os cortes infligidos saiam, a sua ausência das escolas, estivessem estas abertas, teria levantado preocupações. Os efeitos a longo prazo da MGF/C na saúde são terríveis e podem incluir complicações de saúde mental e física que podem pôr a vida em risco. Com as crianças e jovens confinadas nas suas casas e afastados da supervisão da escola, este tipo de abuso pode passar despercebido.

A nível de saúde, de uma forma mais geral, as raparigas, crianças e jovens em geral, perderam acesso imediato a medicação e a check-ups médicos consistentes, visto que os sistemas de saúde priorizaram a resposta à COVID-19 (ILGA Europa, 2020). No Seri Lanca, 30% das participantes dos inquéritos não conseguiram ter acesso a serviços de saúde; 47%, que tinham crianças menores de cinco anos, não tiveram acesso a serviços de maternidade / infância, porque ou não tinham transporte disponível ou é demasiado caro (World Vision Internacional - Lanca, 2020). Além disso, muitas vezes, as escolas davam às raparigas informação e materiais de apoio sobre menstruação e higiene (OMS / UNICEF, 2020) e sobre saúde sexual e reprodutiva, especialmente relativos a prevenir a gravidez. No assentamento de Bidibidi, onde as crianças grávidas são estigmatizadas, as famílias, muitas vezes, mostram-se relutantes em comunicar a gravidez e aceder ao cuidado pré-natal, o que poderia resultar em recém-nascidos abaixo do peso normal (World Vision Internacional, 2020c). Com os surtos da DVE, Fisher et al. (2018) relataram um aumento dos comportamentos sexuais de risco entre os/as jovens que tiveram um acesso reduzido a informação de saúde relevante.

3.5.2 RISCOS ENFRENTADOS PELAS CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIAS

Como foi indicado nas secções anteriores, a perda da escolaridade presencial foi fortemente sentida pelas crianças e jovens com deficiências. Mesmo antes da COVID-19, estas crianças e jovens sofreram algumas das maiores taxas de exclusão; em alguns países, só 1% das crianças e jovens com deficiências foram matriculados na escolaridade formal (ACPHA, 2020a). Aqueles e aquelas que, atualmente, não têm acesso a plataformas digitais inclusivas e outras opções de aprendizagem à distância precisam de apoio de uma pessoa adulta para aprender, que pode não estar disponível. Previu-se, globalmente, uma grave perda a nível dos resultados educativos e sociais para as crianças e jovens com deficiências (Loperfido & Burgess, 2020).

Durante o confinamento, as crianças e jovens com deficiências enfrentam outros graves riscos de proteção. As raparigas com deficiências têm três vezes mais propensão a vivenciar violência sexual do que os seus pares sem deficiências (Hughes et al., 2012). Os rapazes e raparigas com deficiências têm maior probabilidade de sofrer abusos em casa e por parte de cuidadores/as externos do que os seus pares sem deficiências (Able Child África, 2020). As normas de género contribuem para o risco acrescido que as raparigas com deficiências enfrentam, visto que, muitas vezes, são impedidas de participar na recreação no exterior, algo que não se verifica no caso dos rapazes com deficiências. A investigação realizada em todo o mundo concluiu que 90% das crianças e jovens com deficiências cognitivas têm sido vítimas de alguma forma de violência sexual. As raparigas com deficiências sensoriais estão quatro vezes mais em risco de passar por violência sexual do que os seus pares sem deficiências (Kapur, 2020b). Como se não bastasse, existem importantes interseções entre deficiência, VSBG e a prevalência do vírus da imunodeficiência humana (VIH) e outras doenças sexualmente transmissíveis. Os efeitos indiretos da violência sexual incluem o aumento das taxas de infeção por VIH e gravidez. Mac-Seing e Boggs (2014), por exemplo, notaram casos de mulheres portadoras de deficiências que têm VIH e ficaram grávidas na sequência de relações sexuais coercivas ou de risco e foram depois deixadas em “situações monoparentais e precárias.”

Quando as crianças e jovens portadores/as de deficiências são retirados/as da escola e confinados em casa, os seus cuidadores/as estão em melhores condições de ocultar abusos, devido à falta de supervisão escolar e ao acesso limitado a opções de cuidados de saúde, o que deixa poucas vias para que se detete ou denuncie sinais de abuso (Able Child África; 2020; UNESCO, 2020j). O Banco Mundial (2020c) relata que, com as quarentenas da COVID-19, as crianças e jovens que estão ao cuidado de instituições foram enviados de volta para suas casas, onde as famílias tiveram pouco tempo para se preparar para cuidar dos mesmos. Estas crianças e jovens que vivem num ambiente doméstico pesado são especialmente vulneráveis a negligência e abuso, já que os cuidadores/as podem não ser capazes de prover às suas necessidades especiais.

À medida que as escolas começam a reabrir, existem preocupações específicas no que toca às crianças e jovens com deficiências. Enquanto população que se encontra, em larga medida, fora da escola em tempos normais, estes podem ser os “mais difíceis de alcançar” (UNESCO, 2020c, pág. 72) e, portanto, podem não ser reinscritos, o que os colocará em maior risco de exclusão e abandono escolar. Na África Ocidental, os pais/mães estavam relutantes em permitir que as crianças e jovens com deficiências voltassem à escola depois da crise do Ébola, temendo que corresse um elevado risco de infeção (Hall-

garten, 2020c). A discriminação e crenças arraigadas sobre a deficiência também podem reduzir a reinscrição quando os recursos de educação estão esgotados. A Humanity and Inclusion (2020b) indica que, durante a crise da DVE, foi particularmente difícil superar a premissa de que educar crianças e jovens com deficiências era uma “perda de recursos”.

3.5.3 RISCOS ENFRENTADOS PELA JUVENTUDE LGBTQI

Em todo o mundo, as pessoas que são percebidas ou que se identificam como LGBTQI têm sido culpadas pela pandemia da COVID-19. O Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU cita “um aumento da retórica homofóbica e transfóbica” (International Bar Association’s Human Rights Institute, 2020, pág. 5). Sabe-se que os jovens LGBTQI passam por abusos e zombaria dentro de suas casas, e estão entre os mais vulneráveis durante desastres (UN Women, 2020). Existem algumas evidências sobre o aumento da VBG, abuso sexual e exploração da juventude queer (UNESCO, 2020j) durante o encerramento das escolas devido à COVID-19. Porém, como refere um/a informador-chave no Seri Lanca, muitas vezes, é difícil representar o risco enfrentado pela população dos/as jovens LGBTQI, visto que o confinamento em casa lhes dá outra razão para esconder ou reprimir a sua identidade. Em vez disso, os investigadores/as poderão concentrar-se noutros grupos de risco mais visível dentro da população LGBTQI, como jovens envolvidos em trabalho sexual, que relataram um aumento nos casos de abuso durante o confinamento no Seri Lanca (Phakathi, 2020).

3.5.4 RISCOS ENFRENTADOS PELAS CRIANÇAS E JOVENS MIGRANTES

No caso das pessoas refugiadas, migrantes e PDIs em todo o mundo, os fatores de stress da pandemia exacerbaram a precariedade existente. As pessoas refugiadas e as PDI são particularmente afetadas pela crise económica; numa avaliação de necessidades do NRC (2020), 77% das pessoas inquiridas relataram perder os seus trabalhos ou rendimentos; dos que estavam dependentes de transferência de fundos por parte da família e amigos a viver noutros países, 62% disseram que receberam menos dinheiro do que antes. Muitos não têm uma rede de segurança social, pelo que adotam estratégias de sobrevivência negativas para mitigar a pobreza. A Plan Internacional Líbano (2020), por exemplo, relatou que as famílias de refugiados sírios que estão a passar por uma precariedade económica extrema recorreram ao trabalho infantil, o que incluiu mandar as crianças e jovens trabalhar na agricultura até dez horas por dia. Um/a informador-chave do Líbano assinalou que, por estes atraírem menos atenção negativa das autoridades, que impedem as pessoas refugiadas de trabalhar, as crianças e jovens estão em menor risco do que as pessoas adultas quando se trata de trabalhar para sustentar as suas famílias.

Em zonas afetadas por conflitos, as crianças e jovens deslocadas internamente estão particularmente em risco de passar por violência. No Líbano, onde oito em cada dez pessoas já precisavam de ajuda humanitária antes da pandemia, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) relatou que as PDI tinham sido alvo de campanhas de desinformação, com “xenofobia e ataques xenofóbicos a ser direcionados às pessoas deslocadas” (UN News, 2020). Karaspan (2020) relatou os extremos prejuízos a nível mental e emocional que os anos de guerra, doença e pobreza causaram às crianças e jovens do Líbano, sendo que mais de metade destes estava a lutar contra a depressão.

Antes da pandemia, 2 milhões de crianças e jovens iemenitas estavam fora da escola, havendo mais 3,7 milhões em risco de a abandonar. Na Somália, as crianças e jovens internamente deslocados estavam em “elevado risco” de serem expostos às PFTI e ao recrutamento para o grupo terrorista Al-Shabaab, ao passo que, em Níger, as comunidades que se recusaram a entregar os filhos aos grupos armados foram deslocados à força (Cluster de Proteção Global, 2020). Na RDC, as crianças e jovens da província Ituri estão a ter dificuldades em aceder a alojamento adequado, e a pressão existente sobre os recursos das escolas, que estão já em esforço - mesmo a nível da disponibilidade de mesas - impede as escolas de receber de acomodar alunos/as que são PDIs (ACAPS, 2020b).

Sem a estrutura e estabilidade que as escolas oferecem, e devido ao corte nos serviços de proteção, as raparigas refugiadas e deslocadas internamente de idade pré-adolescente e adolescente, em particular, estão em risco acrescido de sofrer abusos. A UNICEF (2020d) relatou sobre o aumento de abusos a raparigas no campo de refugiados rohingya no Bangladesh, e a Plan Internacional (2020) relatou crescentes evidências do aumento de CIPF, especialmente entre as raparigas sírias refugiadas no Líbano, visto que as famílias vão ficando cada vez mais desesperadas.

3.5.5 CRIANÇAS ASSOCIADAS A FORÇAS E GRUPOS ARMADOS

Em contextos afetados por conflitos, dado o clima de agitação política e a insegurança económica, a Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (2020c) alerta que é provável que as taxas de crianças associadas a forças e grupos armados aumentem. Historicamente, os rapazes adolescentes têm sido desproporcionalmente o alvo de recrutamento e uso a nível mundial, portanto o seu género e idade torna-os especialmente vulneráveis durante uma crise como a atual pandemia (Kapur, 2020b). Tal como sucede com o trabalho infantil, os fatores de atração-repulsão que levam as crianças e jovens a aderir a estes grupos são complexos, e vão além do recrutamento forçado. Alguns podem aderir por causa das oportunidades económicas percebidas; um/a informador-chave observou que as crianças no leste da RDC aderiram voluntariamente a grupos armados devido aos incentivos económicos oferecidos. Com as escolas encerradas e poucas possibilidades de trabalho disponíveis, alguns juntam-se porque lhes dá “algo para fazer.” Kapur (2020b) também destaca que os recrutados são “por vezes, motivados pela radicalização religiosa ou atos de vingança, outros são atraídos pelas armas, uniformes e sentimentos de poder” (pág. 34).

Surgiram relatos sobre o aumento da presença de crianças e jovens em grupos armados, e da ocorrência de recrutamento forçado e raptos no leste da RDC (ACAPS, 2020b). Relatos da Colômbia também indicam um aumento dos recrutamentos (Notimérica, 2020; “¿Quién es el Responsable?” 2020) e, no Mali, foram relatados tantos casos de crianças recrutadas nos primeiros seis meses de 2020 como em todo o ano 2019 (ACNUR, 2020). Com as restrições de movimentos, os mecanismos de monitorização e denúncia de violações graves contra crianças têm sido limitados; as equipas de trabalho nacionais são incapazes de levar a cabo missões de verificação presencial e tiveram de depender de modalidades remotas (ACPHA, 2020c; Kapur 2020b).

Com as crescentes evidências de recrutamentos e uso de crianças e jovens por parte dos grupos armados, o papel das escolas em reprimir estas atividades é fundamental. Quando estão abertas, as escolas oferecem uma estrutura e estabilidade importante e

ocupam o tempo dos alunos/as. Com as escolas encerradas, perde-se a monitorização informal fornecida pelos professores/as e outros funcionários/as da escola, aumentando assim o risco de que as crianças e jovens escapam por entre as lacunas (Save the Children, 2008). Isto é especialmente verdade na Colômbia, onde os professores/as têm experiência em “identificar os sinais reveladores de aliciamento” por parte de recrutadores de grupos armados ilegais (Taylor, 2020). Em tempos normais, os líderes de grupos de jovens nas escolas da República Centro-Africana ajudam a identificar crianças e jovens em risco, de acordo com a Plan Internacional (2017). Frequentar a escola também oferece uma motivação para reintegrar as crianças e jovens na sociedade, pois representa uma alternativa viável a ser-se usado por grupos ou forças armadas. As escolas também podem funcionar como locais para disponibilizar programas e serviços de libertação e reintegração, como foi feito no Nepal (UNICEF, 2008).

4. Estudos de Caso:

Destaques específicos de países de todo o mundo

Nos cinco estudos de casos que se seguem, os impactos do encerramento das escolas e os riscos acrescidos de abuso, negligência e exploração que as crianças e jovens enfrentam são considerados no âmbito dos contextos nacionais específicos da Colômbia, RDC, Líbano, Ruanda e Seri Lanca.

4.1 ESTUDO DE CASO: COLÔMBIA



Colômbia © FTZ Studio, NRC

4.1.1 CONTEXTO NACIONAL

Antes da COVID-19, a Colômbia enfrentava significativos desafios humanitários. O principal desafio era o conflito interno e armado entre os guerrilheiros, os grupos paramilitares e as forças governamentais, a par com o fluxo de população deslocadas à força, pessoas refugiadas e migrantes, oriundas principalmente da Venezuela. A crise da COVID-19 surgiu logo após um momento de instabilidade sociopolítica, que incluiu protestos em massa contra o governo, em novembro e dezembro de 2019, que afetaram a vida familiar e na comunidade (Rodríguez Pinzón, 2020). A COVID-19 tem afetado

os setores mais vulneráveis da sociedade colombiana, especialmente as comunidades africanas e indígenas deslocadas internamente que carecem de comida, abrigo, e instalações adequadas de ASH (Vivanco, 2020). Na Colômbia, 70% dos 5,5 milhões de PDI passam por uma insegurança alimentar “severa e catastrófica” (ACAPS, 2020a, pág. 2), enquanto 82% dos refugiados/as e famílias migrantes venezuelanos a viver na Colômbia têm reduzido o número de refeições diárias. Os grupos mais vulneráveis da Colômbia – incluindo PDIs colombianas, refugiados/as e migrantes venezuelanos, colombianos que regressam da Venezuela, comunidades indígenas e outros agregados familiares de baixo rendimento – enfrentam uma sobreposição de crises e estão mais em risco de adotar medidas de sobrevivência negativas, como o trabalho infantil ou a adesão de crianças e jovens a grupos armados. O jornal *The Lancet* (Espinel et al., 2020) identificou migrantes e refugiados venezuelanos a viver na Colômbia como estando em maior risco de desenvolver depressão e ansiedade, PSPT perturbações relacionadas com o abuso de substâncias; as PDIs colombianas enfrentam riscos semelhantes.

As escolas têm desempenhado um importante papel no que toca a dar resposta a estas desigualdades; por exemplo, antes da pandemia, estima-se que 4 milhões de crianças e jovens dependiam das refeições da escola. Devido, em parte, às rápidas medidas tomadas pelo governo aquando do início da pandemia, o encerramento das escolas por causa da COVID-19 agravou vários problemas existentes, tais como a insegurança alimentar, desemprego, abuso e exploração, como seja o trabalho infantil (Quintero Rivera, 2020). O encerramento das escolas também teve um efeito imediato no modo como a educação é ministrada e quem tem acesso à mesma (UNOCHA, 2020). O encerramento das escolas e o aumento do stress económico, muito devido à subida da taxa de desemprego, causou uma subida acentuada do trabalho infantil na região (CEPAL & UNESCO, 2020).

4.1.2 EDUCAÇÃO DURANTE A COVID-19

Desde março de 2020, altura em que a Colômbia anunciou o primeiro caso de COVID-19, estiveram em vigor medidas de isolamento e confinamentos em todo o país. Isto significou encerrar todos os centros de educação e marcou o início da operacionalização da educação virtual. Embora o Ministério Nacional de Educação tenha respondido rapidamente à COVID-19, fornecendo um calendário escolar modificado, um programa de alimentação escolar adaptado, oportunidades de aprendizagem à distância, e mais (Banco Mundial, 2020a), começaram a aparecer dificuldades quando o ministério começou a desenvolver um plano de aprendizagem online. Tanto os professores/as como os alunos/as careciam de redes de apoio suficientes para atingirem os objetivos de aprendizagem, e o acesso à ligação à Internet, competências tecnológicas e recursos foi desigual (“Desbandada en los Colegios”, 2020; UNESCO, 2020b, 2020d). Como tal, havia uma lacuna digital significativa entre as áreas rurais e urbanas, e mesmo entre as diferentes áreas urbanas. Um informador-chave salientou que “esta lacuna digital é um dos maiores desafios em termos de educação”, uma vez que crianças e jovens de áreas rurais não tinham o mesmo acesso a materiais didáticos e materiais de apoio ou às ferramentas e recursos tecnológicos necessários como os que viviam em áreas urbanas (Suárez & Dario, 2020). Como observaram os informadores-chave, estes desafios aumentaram as desigualdades educativas que já afetavam os grupos mais vulneráveis, como sejam as pessoas migrantes, com dificuldades ou deficiências de aprendizagem pré-existentes e aquelas que viviam na pobreza (CEPAL & UNESCO, 2020; UNESCO 2020b).

O encerramento das escolas não interrompeu só a aprendizagem; também veio interromper o papel que as escolas desempenham na comunidade como espaços de proteção onde as crianças e jovens podem ter acesso a serviços sociais (UNESCO, 2020b). As evidências de informadores-chave e do Banco Mundial (2020a) mostram que o encerramento das escolas aumentou o risco de perda de aprendizagem e abandono escolar para as crianças e jovens. Isso terá consequências além da crise da pandemia (Universidad de los Andes, 2020) para aqueles que tiveram que deixar a escola para ganhar dinheiro, já que aumenta o risco de que abandonem a escola permanentemente (“El Cierre de Colegios”, 2020). Os informadores-chave relataram que, devido à COVID-19, cerca de 60 000 rapazes e raparigas não poderão regressar à escola; deste número, só 1252 foram comunicados pelo Ministério Nacional da Educação, indicando a lacuna entre a comunicação oficial e o relatório das partes interessadas.

O governo anunciou que as escolas iniciariam uma abordagem escalonada para reabertura em setembro de 2020, que deveria incluir uma abordagem de aprendizagem combinada. Para abrir em segurança, as escolas exigem turnos duplos de segurança e pessoal de limpeza, espaço adequado para distanciamento social, e instalações adequadas de ASH; os especialistas estavam preocupados com a possibilidade de estes recursos podem não estarem prontamente disponíveis (UNOCHA, 2020). Os informadores-chave também manifestaram preocupação com as oportunidades futuras das crianças e jovens que não puderam ter acesso à escolaridade, já que a pandemia poderia ter um impacto imprevisto na sua atual educação e na sua futura participação na educação superior.

4.1.3 PROTEÇÃO DA CRIANÇA: RISCOS E RESPOSTA

As medidas preventivas de saúde, incluindo o encerramento das escolas, apresentaram novos desafios aos e às profissionais de proteção da criança. À medida que as famílias são forçadas a um contacto mais próximo, o nível de stress aumentou tanto para os pais/mães como para os filhos/as (Universidad de los Andes, 2020), e os informadores-chave e a UNESCO (2020b) relataram que as crianças e jovens estão a sofrer com as rotinas alteradas, com medo da doença, com o stress dos pais e o isolamento pessoal. Também aumentaram as preocupações mais sérias dentro de casa, como o risco de violência física, emocional e até sexual entre as crianças e jovens, especialmente aqueles entre os 12 e 14 anos de idade (Fundación Renacer, 2020; OEAC-CIM, 2020; UNOCHA, 2020). Como indicaram os informadores-chave, nem todos os ambientes familiares ou da comunidade são seguros para as crianças e jovens; alguns estão em risco de passar por exploração sexual, tráfico, CIPF ou negligência. Além disso, enquanto as crianças e jovens não estão a frequentar fisicamente a escola, um número crescente está envolvido em trabalho remunerado e não remunerado; dentro de casa, o trabalho doméstico não remunerado está a afetar desproporcionalmente as raparigas e mulheres (ILO, 2020b; “El Cierre de Colegios,” 2020).

Existem outros riscos a considerar que têm a ver com o contexto específico da Colômbia. Historicamente, a Colômbia tem assistido ao envolvimento de um grande número de crianças e jovens em grupos armados, muitos dos quais são recrutados à força. Nos últimos anos, alguns destes jovens foram libertados e reintegrados na sociedade colombiana como parte de acordos de paz. Assim, o reavivar do recrutamento generalizado de crianças e jovens para grupos armados é um desenvolvimento preocupante que

ameaça o processo de paz de cinco anos (ONU, 2020). Há relatórios recentes que indicam que vários grupos armados e bandos criminosos expandiram as suas atividades, aproveitando a necessidade do exército colombiano de atender à atual emergência social e de saúde (Rodríguez Pinzón, 2020). Os informadores-chave relatam um aumento da violência, deslocações associadas às crescentes lutas territoriais e o aumento do recrutamento de crianças e jovens por parte de grupos armados. O risco é mais extremo para as crianças e jovens de grupos já marginalizados, como partilhou um informador-chave: “É uma grande preocupação para o país, e também para as comunidades indígenas e crianças migrantes venezuelanas, quando são recrutadas e os grupos armados se tornam uma oferta de trabalho para as crianças.”

Os atores do governo trabalharam em conjunto com ONGs para promover a sensibilização e melhorar a proteção de crianças e jovens e as formas de resposta. Estes estão a trabalhar para melhorar o sistema de denúncia e resposta à violência sexual, ao mesmo tempo que iniciam projetos de apoio destinados a apoiar a cuidadores/as e professores/as. Isto é especialmente importante para os professores/as, que desempenham um papel fundamental na deteção e denúncia de casos de violência contra crianças e jovens (Taylor, 2020). Outras medidas incluem um projeto de educação flexível que aborde a xenofobia, particularmente em relação às crianças e jovens migrantes venezuelanos e à população indígena, bem como a VBG. Também existem projetos de proteção que oferecem formação e materiais a várias organizações da sociedade civil preocupadas com a proteção de crianças e jovens (UNOCHA, 2020). Outra importante iniciativa do governo, destacada por informadores-chave, foi a estratégia de educação de rádio, lançada em estações de toda a Colômbia. O programas concentram-se na consciencialização das crianças e jovens para a assistência disponível caso se encontrem numa situação de violência.

4.1.4 AVANÇANDO: FOCO NA PREVENÇÃO

A crise da COVID-19 destacou os vários desafios que a Colômbia enfrenta em termos de proteção da criança e importante papel que as escolas desempenham na mitigação de alguns dos riscos enfrentados por crianças e jovens. Os informadores-chave falaram sobre a necessidade de priorizar uma reabertura cuidadosa das escolas, uma vez que oferecem muitas funções e serviços de proteção a nível da comunidade, como programas de alimentação escolar, serviços de saúde e vacinação, oportunidades recreativas e desenvolvimento na primeira infância (CEPAL & UNESCO, 2020; Universidad de los Andes, 2020). Os/as informadores/as observam ainda que é crucial que o regresso à escola apoie os alunos que estão a ter dificuldades e não têm acesso a materiais educativos de qualidade durante o confinamento. As escolas, portanto, devem evitar colocar demasiada pressão sobre os alunos/as, no seu esforço de compensar o tempo de aprendizagem perdido (UNESCO, 2020d). Isto exigirá uma maior coordenação e um repensar da educação para a tornar mais flexível, responsiva e inclusiva para todos os alunos/as, especialmente os mais vulneráveis (Banco Mundial, 2020a; UNESCO, 2020d; UNOCHA, 2020).

A par com a reabertura segura e inclusiva, há uma necessidade crescente de maior capacidade técnica nos territórios desfavorecidos (UNOCHA, 2020), especialmente para resolver os problemas a nível da ligação à Internet relatados pelos informadores-chave nas áreas rurais. O aumento do uso dos telemóveis pode servir como medida provisória para a prestação de certos serviços, tais como serviços de saúde sexual e reprodutiva

(OEAC-CIM, 2020); isto ajudará a proteger e apoiar as raparigas em risco de gravidez na adolescência, casamento infantil, violência sexual e intrafamiliar. As políticas e programas também devem atender ao crescente recrutamento forçado de crianças e jovens por parte de grupos armados (ILO, 2020b; “El Cierre de Colegios,” 2020). Finalmente, sendo o trabalho infantil uma grande preocupação durante e após a crise da COVID-19, há uma necessidade significativa de que as agendas políticas se concentrem no trabalho infantil; as partes interessadas devem trabalhar para fornecer estratégias de prevenção eficazes, mesmo enquanto se esforçam para revigorar a economia (ILO, 2020b).

4.2 ESTUDO DE CASO: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO



Elikya Primary School in Mbandaka, DRC © Jean-Claude Wenga, UNICEF

4.2.1 CONTEXTO DO PAÍS

A RDC, o país mais populoso da África Central, é caracterizada por um estado quase constante de crise política, conflito prolongado e ciclos agudos de violência concentrados no corredor oriental do país. Mais de 100 grupos armados, locais e estrangeiros operam na área, o que desencadeia padrões pendulares de deslocação em massa da população em várias províncias do leste da RDC. Estima-se que haja 1,5 milhões de IDPs a qualquer altura, só na província de Kivu do Norte (Comissão Europeia, 2019).

4.2.2 IMPACTO NA EDUCAÇÃO

O confinamento nacional instituído em 19 de março de 2020 precipitou o encerramento das escolas em toda a RDC. O habitual ano letivo de nove meses foi essencialmente reduzido para cinco meses e, de acordo com um/a informador-chave, muitas escolas concederam promoções para o ano seguinte “atribuindo notas como formalidades, e não

como resultado de uma avaliação ou teste rigoroso.” Embora as escolas tenham sido temporariamente reabertas para permitir que os alunos/as do último ano do ensino básico, secundário e universitário fizessem os exames nacionais em agosto, a reabertura completa para todos os anos não ocorreu até outubro (Ging, 2020).

Antes da pandemia, pelo menos sete milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos já estavam fora da escola, incluindo mais de metade de todas as raparigas em idade escolar (UNICEF, 2020c). As raparigas na RDC têm taxas de conclusão mais baixas do que os rapazes nos níveis básico e secundário, e estas disparidades de género continuam a aumentar com a idade (UNESCO, 2020e). Em setembro de 2019, uma nova iniciativa presidencial conhecida como a Operacionalização da Educação Gratuita aumentou enormemente as taxas de matrícula escolar, o que levou ao aumento da sobrelotação; cada sala tinha entre 80 e 150 alunos/as, com três ou mais alunos/as por mesa (USAID, 2020). Os professores/as protestaram contra o aumento da carga de trabalho e interrupção dos salários durante o período de confinamento (ACAPS, 2020b).

Poucos meses após o confinamento, foram postas em prática as medidas de aprendizagem à distância (Coordination du Cluster Education, 2020). Em abril, a Rádio Okapi começou a apresentar um programa de aprendizagem financiado pela UNICEF (UNICEF, 2020b), pelo que foram usados 237 programas diários de rádio e 25 canais de televisão para dar aulas (ACAPS, 2020b). Um informador-chave relatou que, logo a seguir, foram distribuídos materiais de aprendizagem em papel e rádios alimentados por energia solar pelas principais partes interessadas na educação. Quando as escolas foram reabertas, a UNICEF (2020g) já tinha imprimido e distribuído aproximadamente 450 000 livros de exercícios, principalmente em áreas remotas; isto ficou muito aquém da sua meta de 2,5 milhões. Outro informador relatou que a falta de energia elétrica de confiança, agravada pelo acesso limitado à Internet, dificultou a aprendizagem à distância no caso da grande maioria das crianças e jovens da RDC e, em última análise, favoreceu aqueles de famílias mais ricas, que tinham energia consistente e acesso online, bem como literacia de TI. Para muitos, isto significou que a aprendizagem que estava a ter lugar era pouca ou nenhuma. Em Oicha, a mãe de uma menina de 9 anos comentou que “a minha filha já não está a aprender nada, está só à espera da reabertura para continuar os estudos” (HRW, 2020b). De acordo com a investigação da Save the Children (2020b), só 15% das crianças e jovens na RDC tiveram acesso às modalidades de ensino à distância; este número chegava a ser 4% nas províncias do leste, como Kivu do Norte.

Os/as informadores/as relatam que, em ações contrárias à aprovação do governo à Declaração de Escolas Seguras em 2015 e à promulgação de Diretrizes complementares para Proteger as Escolas e Universidades de Ataques durante Conflitos Armados (GCPEA, 2014), a infraestrutura escolar foi danificada durante o confinamento, à medida que as escolas foram ocupadas por grupos armados e PDIs. Em agosto, um centro de exames foi atacado na noite anterior à realização dos exames e várias alunas foram violadas. Noutro local, um estudante do ensino básico foi morto enquanto fazia os exames (ACAPS, 2020b).

4.2.3 RISCOS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E RESPOSTA

Quando a COVID-19 eclodiu, os prestadores de serviços e a população em geral, especialmente em áreas anteriormente afetadas pelo Ébola, conseguiram capitalizar a sua experiência com a epidemia do Ébola de 2019-2020, que foi o décimo surto deste tipo

na RDC. As crianças, jovens e comunidades já foram sensibilizados para a necessidade do distanciamento social e da boa higiene, incluindo encontrar formas de manter a lavagem regular das mãos, “mesmo em locais com escassez de água”, como observou um informador. Estas medidas foram, portanto, mais fáceis de implementar no início da pandemia da COVID-19. As escolas localizadas nas províncias afetadas pelo Ébola conheciam bem a necessidade das verificações de temperatura e de ter estações para lavar as mãos, como relatou um informador, e os professores/as estavam habituados ao seu papel improvisado de agentes de saúde pública. Sendo conhecidos e já da confiança dos estudantes e comunidades, os professores/as estão singularmente bem posicionados para partilhar informações sobre o vírus e há mais probabilidade de que acreditem nos mesmos, especialmente em contextos onde a desinformação e a desconfiança de pessoas de fora são comuns (Kapur, 2020b).

Os informadores-chave relataram que as escolas geralmente permaneceram abertas durante os anteriores surtos de Ébola, em grande parte pelo reconhecimento da proteção que oferecem, embora aproximadamente 30% de todas as vítimas mortais da epidemia de Ébola de 2019-2020 tenham sido crianças e jovens (Kapur, 2020b). Apesar da taxa de mortalidade significativamente mais baixa entre crianças e jovens, o ministério da saúde apressou-se a encerrar as escolas no início da pandemia da COVID-19 (Banco Mundial, 2020b). De acordo com um informador-chave, isto pode ser devido à “influência das decisões europeias de encerrar as escolas, embora a experiência na RDC seja muito diferente daqueles países.” Como resultado, as crianças e jovens foram expostos a riscos elevados, que afetam de forma diferenciada as raparigas e rapazes de várias idades (Save the Children, 2020a).

Os esforços localizados da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo para transmitir o apelo global lançado pelo Representante Especial do Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados, com a finalidade de que os grupos armados libertassem as crianças e os jovens durante a pandemia, teve uma resposta surpreendente. Apesar do habitual recrutamento e utilização generalizada de crianças e jovens, vários grupos armados “optaram voluntariamente por libertar as crianças das suas fileiras, motivados principalmente por receios de infeções generalizadas e pressões económicas” (Kapur, 2020b, pág. 54). Não obstante, as crianças e jovens, que não estavam totalmente envolvidos na educação e que enfrentavam a precariedade financeira, continuavam a correr um risco mais elevado de recrutamento, tanto coercivo como o chamado recrutamento voluntário. Isto foi especialmente verdade à medida que a crise da COVID-19 piorou e as crianças e jovens procuravam “outra coisa para fazer”, como relatou um informador-chave. Um pai de dois alunos do ensino secundário na cidade de Beni declarou: “O meu medo... é que eles se desorientem e se juntem aos grupos armados da região” (HRW, 2020b). É difícil determinar o número exato de crianças e adolescentes recrutados durante a pandemia, devido ao impacto que a crise tem tido nos esforços de monitorização e verificação. Dito isto, é provável que os esforços de recrutamento tenham exercido um impacto mais significativo nos rapazes, considerando a forma desproporcional como são alvo de recrutamento e uso na RDC (Kapur, 2020b).

Tal como a violência sexual, que é endémica no leste da RDC, o enfraquecimento dos mecanismos de proteção durante o surto permitiu aos perpetradores agirem com impunidade (Kapur, 2020b). As raparigas em idade reprodutiva correm um risco particular de

perder a sua educação devido a gravidezes precoces e/ou indesejadas, responsabilidades adicionais a nível de cuidados com crianças e uma multiplicidade de outras consequências físicas e psicológicas da violência sexual (HRW, 2018). Os atores registaram casos em zonas de saúde em todo o país (p. ex., Street Child, 2020). As estudantes grávidas não estão normalmente autorizadas a assistir às aulas e são impedidas de fazer os exames, como relatou um informador-chave. As raparigas fora da escola, particularmente as adolescentes, também estão mais expostas ao risco de serem empurradas para o casamento infantil, embora ainda faltem dados empíricos a nível nacional.

O trabalho infantil sempre existiu na RDC, e é possível que a combinação do encerramento das escolas e a incerteza económica possam ter exacerbado excessivamente a sua prevalência (Fédération des entreprises du Congo, 2020; Governo da RDC, 2020). Uma informadora-chave ressaltou que é importante que se entenda a “complexidade do quadro”; por exemplo, os pais/mães podem ter de levar os filhos com eles para os trabalhos agrícolas no campo, para evitar que as crianças fiquem sozinhas em casa. Não obstante, continua aquela, trata-se de um contexto no qual estas são vistos como “geradores de rendimento, especialmente se estiverem fora da escola e sem qualquer ocupação.” Como resultado, “milhares de crianças viram-se encurraladas no trabalho infantil... [sujeitas] a um verdadeiro regime de escravidão ou a um salário insignificante, a maus tratos e a uma grande sobrecarga de trabalho.” Outro informador relatou que os recrutadores de gangues nas áreas urbanas podem estar a explorar o aumento da fome, negligência e pressões económicas (Save the Children, 2020c) para persuadir as crianças e os/as jovens a participar em atividades criminosas.

4.2.4 SEGUINDO ADIANTE: CAPITALIZAR AS OPORTUNIDADES CRIADAS PELA CRISE

Como observou um/a informador-chave, “a COVID-19 deu azo a que se fornecessem fundos adicionais [a programas que envolvem crianças e adolescentes], além de permitir uma maior concentração da atenção nas crianças.” Outro informador relatou que isto é particularmente verdade para as crianças e adolescentes que estejam na rua e para os que se encontram detidos – duas categorias que têm sido frequentemente marginalizadas devido às restrições orçamentais. Os decretos governamentais no início do surto permitiram que muitas crianças e adolescentes, que se encontravam na prisão ou em centros de detenção, fossem libertados, o que proporcionou uma porta de entrada para que a UNICEF e outros atores levassem a cabo ações de advocacy de medidas alternativas à detenção e que promovem a reunificação familiar.

A resposta à COVID-19 criou, paradoxalmente, uma oportunidade para assegurar que as crianças e adolescentes fora da escola, especialmente as raparigas, pudessem retomar a sua educação. As campanhas orientadas para o regresso às aulas e investimento sustentado no capital humano e infraestruturas escolares têm potencial para cumprir a ambição do país de alcançar uma matrícula universal (Save the Children, 2020b).

4.3 ESTUDO DE CASO: LÍBANO



4.3.1 CONTEXTO DO PAÍS

Antes da COVID-19, o Líbano já estava a passar por um tumulto contínuo. Devido a quase uma década de guerra na vizinha Síria, o Líbano acolhe mais pessoas refugiadas per capita do que qualquer outro país, incluindo 1,5 milhões de refugiados sírios desde 2011 e um número estimado de 175 000 refugiados palestinos de longa data. Em 2019, o Líbano foi abalado por uma crise financeira e pela grande instabilidade política que a acompanhou, havendo vários protestos focados na subida dos impostos, no elevado custo de vida, na corrupção, na estagnação económica e na incapacidade de o governo prover os serviços básicos, tais como o abastecimento de água e energia elétrica (Haddad et al., 2020). A COVID-19 acentuou a pobreza e ameaçou afetar qualquer tentativa de manutenção da estabilidade económica. A UNICEF (2020h) estima que 50% da população libanesa e 75% dos sírios que vivem atualmente no Líbano têm passado por uma extrema pobreza. Segundo o NRC (2020), 90% dos refugiados sírios, 80% dos palestinos que vivem no Líbano e 70% dos libaneses perderam o emprego ou sofreram cortes salariais desde o início do surto de COVID-19; 81% dos refugiados sírios declaram que não têm condições sequer de pagar a renda.

Em 4 de agosto de 2020, assim que as medidas de isolamento social foram relaxadas e as escolas retomaram as suas atividades, uma grande explosão no Porto de Beirute causou enormes danos em toda a cidade, provocando 190 mortos e mais de 6000 feridos (UNICEF, 2020h). Esta explosão exacerbou os problemas existentes relativos a nível da alimentação e abrigo: perdeu-se 85% do fornecimento de cereais (UN Women, 2020) e 300 000 casas foram danificadas ou destruídas, sendo estas responsáveis por ameaçar a segurança de 100 000 crianças e adolescentes.

4.3.2 A EDUCAÇÃO EM CONFINAMENTO

Segundo alguns/ algumas informadores-chave do Líbano, é difícil separar o impacto do encerramento das escolas das “sobreposição de crises” que assola o país. No início da pandemia, o sistema educativo do Líbano já tinha estado em profundo esforço. Para acomodar o afluxo de crianças e adolescentes refugiadas da Síria, o governo libanês implementou um sistema de turnos, de acordo com o qual os/as sírios/as frequentavam as escolas no período da tarde, das 14h às 18h. Os mesmos professores/as ficaram responsáveis por ambos os turnos, o que resultou em ficarem exaustos e com síndrome de burnout. A escassez de financiamento impossibilitou a matrícula integral, especialmente entre pessoas refugiadas; 48% dos alunos/as refugiados estiveram fora da escola no ano letivo de 2018-2019. Em 2019, as escolas foram encerradas devido aos protestos decorrentes das crises económicas e as posteriores greves de professores/as (Haddad et al., 2020).

Um informador-chave relatou que, mesmo antes do surto da COVID-19, um “enorme” número de crianças e adolescentes libaneses têm mudado das escolas privadas para as do setor público, uma vez que os pais estão se vendo cada vez mais impossibilitados de pagar as propinas das escolas privadas. Outras escolas parcialmente subsidiadas, que estavam associadas a grupos religiosos, mas eram apoiadas pelo financiamento do governo, também encerraram durante e após a crise económica inicial, quando o governo interrompeu ou abrandou o apoio financeiro.

Com a COVID-19 e a explosão do porto, tem-se dado aos estudantes libaneses cada vez mais prioridade na inscrição no segundo turno, o que resulta numa exclusão ainda maior das crianças e adolescentes refugiados sírios do que as taxas relativas a 2018-2019. Sem acesso às escolas, as crianças e adolescentes sírios têm-se matriculado em centros de educação informal, cujos programas representam uma ponte para o setor de educação formal. De acordo com uma parte interessada, estando estas instituições encerradas durante a COVID-19, a par com as escolas formais, foram necessárias intervenções centradas nas crianças e adolescentes sírios e libaneses mais vulneráveis, especificamente aqueles que assistiram a uma “perturbação das redes de pares e sociais e dos serviços de apoio social, e a quebras nas rotinas dos cuidadores/as”. As ONGs distribuíram tablets pelos estudantes sírios e também por alguns dos libaneses no setor da educação informal, que ofereceram aulas interativas adaptadas ao currículo nacional libanês. Ofereceram também algumas mensagens e atividades “recreativas” ou “leves” de AP, juntamente com conteúdos destinados a proteger as crianças e os adolescentes dos predadores online. Os cuidadores/as de crianças e adolescentes que usam estes programas foram organizados em grupos de WhatsApp para oferecerem apoio e orientação contínuo; estes grupos também monitorizaram os riscos online.

O confinamento nacional e o encerramento das escolas começou no Líbano no início de março, e os informadores-chave relataram que, em larga medida, as escolas não estavam preparadas para passar para aprendizagem online. A falta de conhecimento especializado ou de capacidade do sistema educativo do país significa que “algumas escolas estão só a encaminhar vídeos do YouTube”, segundo um informador-chave. Outras conseguiram distribuir alguns material impressos e operar modelos híbridos numa tentativa de prover às crianças e adolescentes algum envolvimento na aprendizagem. No entanto, estas opções não passam de medidas provisórias; como explicou um informador, é impossível atingir objetivos no contexto da aprendizagem à distância: “Podemos

falar sobre a assiduidade escolar como um objetivo simplificado, mas ninguém é capaz de atingir os objetivos. A aprendizagem à distância não é sobre tentar fazer à distância o que se costuma fazer na sala de aula.”

A aprendizagem à distância também carece de características de acessibilidade para incentivar as crianças e adolescentes portadores de deficiências a participarem; embora as escolas tivessem departamentos especializados para estes alunos/as, faltava-lhes conhecimento específico para migrar estes serviços para as modalidades remotas. Os informadores fizeram comentários sobre o extremo isolamento social que as crianças e adolescentes com deficiências sofreram após o encerramento das escolas; depois dos avanços feitos ao longo de várias décadas para os atrair de casa para a escola, estas crianças e jovens estavam novamente “escondidos” em casa. Segundo um informador, “com as escolas encerradas, estes perdem uma âncora nas suas vidas.”

Com o aumento da pobreza extrema no Líbano (UNICEF Líbano, 2020), muitas crianças e adolescentes não têm acesso consistente à aprendizagem online. Todas as 137 crianças que participaram do inquérito da Save the Children (2020) relataram ter dificuldades com a aprendizagem online; 22% dos refugiados inquiridos não tinham uma ligação à Internet de confiança e 11% relataram que os seus pais, devido à própria falta de educação, não podiam ajudá-los na educação em casa.

4.3.3 PROTEÇÃO DA CRIANÇA

Das crianças e jovens no Líbano que relataram ter dificuldades em continuar os estudos, 90% também relataram que as famílias não poderiam cobrir as necessidades básicas como alimentação e 50% não tinham condições de pagar medicamentos (Save the Children, 2020). De acordo com a Plan Internacional do Líbano (2020), a pobreza provocada pela crise económica e aumento da inflação pode impedir as famílias de ter acesso à educação; em vez disso, podem ter de recorrer ao trabalho infantil ou ao casamento infantil. Todo os informadores-chave concordaram com esta previsão, havendo um que afirmou que as taxas de trabalho infantil eram as mais altas entre os refugiados/as sírios e palestinos. Contudo, a UNICEF do Líbano (2020) está a relatar um aumento no trabalho infantil também entre os libaneses, algo que apresentaram como evidência do “aumento da vulnerabilidade sentida por todos”. Após uma aparente diminuição do trabalho infantil no início do confinamento, agora as crianças e jovens estão, visivelmente, a trabalhar mais nas ruas. Um informador comentou que “as famílias consideram que os seus meios de subsistência são mais importantes do que estar em casa e obedecer às restrições de confinamento impostas pelo governo”. Com evidências de que um grande número de crianças e jovens estão a ser enviados para o trabalho em áreas rurais, especialmente refugiados sírios, outro/a informador/a mostrou preocupação com a falta de medidas de segurança e distanciamento social no setor agrícola, que deixa as crianças e jovens trabalhadores expostos à transmissão da COVID-19, assim como ao abuso e exploração.

No seguimento da explosão de agosto no porto, as condições quer para as populações libanesas, quer para as populações refugiadas na região de Beirute pioraram ainda mais. A UNICEF do Líbano (2020) estima que, devido à explosão, 600 mil crianças e jovens vão precisar de SMAPS. Além disso, são necessários abrigos para assegurar a segurança e o acesso a instalações de ASH no contexto da presente pandemia, especialmente para mulheres, raparigas e adultos e jovens LGBTQI. A explosão também danificou 163 escolas

públicas e privadas e 20 centros de formação técnica e vocacional, o que afetou ainda mais as matrículas aquando da reabertura planeada das escolas; algumas só conseguiram reabrir em outubro. Um informador-chave indicou que, devido à explosão, quando reabriram as escolas que tinham planeado oferecer turnos aos refugiados/as sírios, só estavam a aceitar crianças e jovens libaneses.

Estas múltiplas crises trouxeram um aumento da violência baseada no género e doméstica. A BBC árabe (Mahtabi, 2020) relatou um aumento de 184% nas chamadas relacionadas com violência doméstica e chantagem sexual online; mais de 41% dos incidentes relatados envolveram raparigas e mulheres entre os 12 e 26 anos de idade. Ainda é comum a violência doméstica ser tratada como um assunto privado ou familiar nos países árabes, onde cerca de 88% das vítimas e sobreviventes não denunciaram os incidentes (AlAlayly, 2020). Um informador da UNICEF relatou uma queda na identificação segura e encaminhamentos de casos de vítimas infantis em particular. Outro informador comentou que, com o encerramento das escolas, as “crianças já não estão visíveis, e os trabalhadores da linha da frente não são conseguem trabalhar em atividades que poderiam facilitar a identificação” de casos de violência baseada no género ou doméstica.

4.3.4 AVANÇAR: ENCONTRAR UMA ESTRUTURA

À medida que 2020 se aproximou do fim, os desafios com que a sociedade libanesa se estava a debater pareciam imensos. Os informadores e a literatura manifestaram preocupação quanto ao impacto a longo prazo da crise de 2020. Na investigação realizada pela *Terres des Hommes Itália* (2020) após a explosão, 87% das famílias inquiridas relataram que as crianças e os adolescentes precisavam de AP individual e 41% solicitaram intervenção imediata; 78% das famílias refugiadas sírias necessitavam de AP, quase o dobro da necessidade relatada pelos agregados familiares libaneses. Os e as participantes disseram que a prestação assistência a esta tragédia específica parecia estar distante, com 73% à espera de que as crianças e jovens não voltassem à escolaridade em 2020; no momento da redação deste documento, ainda não se sabia quantos conseguiram regressar à escola.

Os/as informadores/as avisaram que os educadores/as e administradores/as das escolas que conseguiram reabrir que precisavam de estar cientes da significativa sobrecarga por que as crianças e jovens têm passado, e que é necessário que uma provisão em larga escala de SMAPS acompanhe o regresso à aprendizagem a tempo inteiro. De acordo com um informador, as “escolas devem estar cientes de que os estudantes não terão o desempenho que tinham antes do encerramento.” No caso das escolas que não podem abrir, ou das crianças e jovens (maioritariamente refugiados/as) que não conseguem matricular-se, a qualidade da sua educação ainda depende dos pais/mães ou cuidadores/as. Os informadores sugerem que as escolas e organizações educativas encarem os pais/mães como “parceiros” que e lhes forneçam o apoio e formação de que precisam para assumir o papel de professores/as em casa. Isto tem sido mais fácil de se implementar no setor não-formal, especialmente entre os pais/mães refugiados/as sírios. Entretanto, o Ministério da Educação do Líbano precisa de implementar um acúmulo de melhorias e programas educativos, incluindo os que abordam a proteção das crianças e mensagens de AP.

São necessárias muitas melhoras no setor da proteção da criança, mas, de acordo com um informador, a pobreza é uma barreira no que toca a lidar com estas questões: “Quando as necessidades financeiras são tão grandes, torna-se difícil... cuidar de outras neces-

sidades que são mais invisíveis.” O aumento das denúncias ajudou a tornar a questão da violência doméstica mais visível; a Alalyly (2020) escreve que a violência doméstica, incluindo a que envolve crianças e jovens, está a deixar de ser um assunto privado da família para passar a ser um assunto da esfera pública. Tem sido impulsionado por campanhas públicas em massa que aumentam a consciencialização relativa à VBG e a várias formas de exploração sexual online, como chantagem (Mahthabi, 2020). Outras campanhas nacionais estão a trabalhar para consciencializar relativamente a como denunciar violência e exploração de crianças e jovens. De acordo com um informador, uma barreira significativa à recolha de dados abrangentes sobre as chamadas para a linha direta de proteção das criança no início do confinamento foi o facto de não existir uma linha direta nacional central. A UNICEF tem trabalhado com as organizações da sociedade civil para assegurar que há uma linha direta para cada uma das províncias, que fornecem serviços de triagem no âmbito das vias de gestão de casos existentes.

4.4 ESTUDO DE CASO: RUANDA



Rwanda © Habib Kanobana, UNICEF

4.4.1 CONTEXTO DO PAÍS

Nas duas últimas décadas, na sequência do genocídio de 1994, a Ruanda fez avanços significativos no que toca a abordar as questões da pobreza e da desigualdade de género. As políticas recentes expandiram o acesso educativo, tornando gratuita inicialmente a educação básica de 9 anos e, subsequentemente, a educação básica de 12 anos de educação básica, a par com as políticas específicas que priorizam a educação das raparigas. Entretanto, o aumento de matrículas significa que os professores/as têm até 70 alunos/as numa sala de aula, e algumas escolas ainda dependem dos turnos duplos (Cameron, 2020).

Ruanda continua a ser um país em transição, com elevados índices de pobreza, especialmente nas áreas rurais, e persistentes desafios sociais, tais como gravidez na ado-

lescência, VSBG e violência por parceiro íntimo. Ruanda acolhe cerca de 150 mil pessoas refugiadas e requerentes de asilo, incluindo refugiados/as de longa data da RDC e alguns recém-chegados do Burundi. As crianças e jovens (com menos de 18 anos) representam metade do total da população de refugiados/as e requerentes de asilo (UNICEF, 2019). Os acampamentos densamente povoados que estas pessoas ocupam carecem de infraestrutura e, muitas vezes, debatem-se com falta de energia e água (ACNUR, Ruanda, 2017). Além disso, houve um corte nas rações alimentares em 2018, uma indicação da contínua vulnerabilidade que estas populações de refugiados enfrentam (PAM, 2018).

4.4.2 IMPACTO NA EDUCAÇÃO

Como parte da sua resposta à saúde, o Governo de Ruanda agiu rapidamente, encerrando todas as escolas no dia 14 de março de 2020. Com aproximadamente 3,6 milhões de crianças e adolescentes repentinamente fora da escola - aproximadamente 30% na população nacional - o Ministério da Educação implementou rapidamente um plano de resposta educativa no âmbito da COVID-19 chamado “Manter as Portas Abertas para a Aprendizagem” (Ministério da Educação, 2020), para assegurar que a aprendizagem continuaria à distância. O evidente objetivo do plano era “proteger e prover as populações vulneráveis, incluindo as crianças com deficiências, raparigas e crianças dos quintis de riqueza mais baixos” (pág. 5). Como resultado, as principais partes interessadas na educação mudaram rapidamente as suas abordagens padrão e começaram a oferecer opções de aprendizagem remota, incluindo através de aulas na rádio e televisão, portais de e-learning oficiais do Conselho de Educação de Ruanda e plataformas das redes sociais, assim como linhas diretas de telefone e serviços de mensagem de texto.

Dado que 98% da população de Ruanda usa a rádio como uma fonte segura de informação, deu-se a máxima prioridade às transmissões de rádio enquanto meio “inclusivo e acessível” de disseminação de aulas, especialmente para alunos/as das turmas do ensino básico. De acordo com a UNICEF (2020f), em agosto de 2020, aproximadamente 55% das e dos estudantes estavam envolvidos nas aulas de rádio e 17% em aulas via televisão, enquanto 55 mil estudantes acediam todos os dias ao portal de e-learning do Conselho de Educação de Ruanda. Contudo, uma avaliação do impacto da desigualdade de estudantes nos primeiros anos do ensino básico de alguns dos agregados familiares mais vulneráveis e marginalizados mostrou que só 42% tinham seguido as aulas de rádio - muito menos do que a média nacional (Kapur, 2020a). Embora se pensasse que ter um rádio era algo generalizado, só 30% dos pais/mães inquiridos tinham rádio e só 6% tinham acesso à Internet.

Além da disponibilidade e a acessibilidade a infraestrutura TI, o envolvimento parental no apoio à aprendizagem contínua dos filhos/as não foi assegurado: a investigação indica que a proporção de pais/mães que apoia os filhos na aprendizagem em casa atualmente caiu de forma significativa durante o encerramento das escolas, possivelmente indicando vários desafios que os pais/mães de agregados familiares vulneráveis e marginalizados enfrentaram durante uma pandemia desta natureza (Kapur, 2020a). Um/a informador-chave de outro estudo de pequena escala indicou que a aprendizagem contínua foi “potencialmente apoiada pelo pré-posicionamento de manuais escolares e pela preparação pedagógica dos professores/as para apoiar a aprendizagem em ‘campos de leitura’ fora de um ambiente típico de sala de aula.”

Apesar das diversas modalidades de aprendizagem à distância disponíveis e da rápida resposta do governo à crise, o encerramento prolongado das escolas afetou a educação das crianças e jovens tanto de forma imediata como a longo prazo. As escolas encerraram em março de 2020, quando o ano letivo tinha acabado de começar; de acordo com um informador-chave, quando as aulas presenciais começaram novamente, muitos alunos/as tinham perdido quase um ano letivo inteiro. Estão a ser feitos planos de ação corretiva, incluindo currículos adaptados e aulas extras no fim de semana. Outro informador relatou que os exames nacionais foram mudados de novembro de 2020 para maio de 2021. De acordo com um informador, enquanto os alunos/as dos primeiros anos do ensino básico matriculados em escolas públicas tiveram de esperar pelo menos até janeiro de 2021 para recomeçar a aprendizagem presencial, aqueles que frequentavam instituições privadas foram autorizados a começar as aulas vários meses antes, ampliando a divisão público-privada existente. Devido à sobrelotação das salas de aula, provou-se difícil seguir o distanciamento social; mais escolas voltaram a trabalhar em turnos duplos, o que resulta em menos horas de aulas para os estudantes.

4.4.3 IMPACTO NA PROTEÇÃO DA CRIANÇA

Ficar em casa durante longos períodos pode ter sido pior para as crianças e jovens de famílias mais pobres, que geralmente vivem em bairros mais confinados. A restrição de movimentos significou que os membros da família foram cada vez mais forçados a passar tempo juntos. Conforme relatado por um informador-chave, algumas crianças e jovens podem ter sido expostos a conflitos parentais ou podem ter sofrido abusos. Embora faltem dados empíricos, os voluntários/as da comunidade oficiais do governo, conhecidos localmente como Amigos da Família, relataram casos crescentes de conflito familiar desde o início da pandemia. As linhas de ajuda receberam mais chamadas do que nunca, outra indicação de um problema crescente (UNICEF, 2020f).

Devido às normas sociais dominantes relativas ao género e idade, as raparigas adolescentes têm maior probabilidade de arcar com o fardo de encargos domésticos adicionais. De acordo com uma rapariga de 16 anos entrevistada pela Save the Children, “Estou a trabalhar como uma empregada doméstica, não tenho tempo para rever os meus estudos. Eu limpo a casa, cozinho, vou buscar água, etc.; se cometer um erro, a minha tia bate-me e dirige-me palavras agressivas, faz-me sentir que não valho nada” (Children’s Voice Today / Save the Children, 2020, pág. 8).

Embora a generalização da gravidez na adolescência em Ruanda seja anterior à COVID-19 (Nações Unidas em Ruanda, 2020b), existe a preocupação de que a violência sexual contra crianças e jovens esteja a aumentar. As autoridades nacionais relatam que as linhas de apoio contra a VBG têm recebido “centenas” de chamadas por dia, incluindo de mães adolescentes que se estão a passar pelo confinamento com os perpetradores responsáveis pelas suas gravidezes (Iliza, 2020). Embora a Política Educativa das Raparigas de Ruanda (MINEDUC, 2008) preveja a reentrada obrigatória das raparigas que abandonam a escola devido à gravidez, não é claro até que ponto isto será colocado em prática.

Algumas áreas do país, incluindo distritos fronteiriços e campos de refugiados, experimentaram confinamentos mais longos ou repetidos devido a surtos localizados de COVID-19. Isto poderia exacerbar os problemas de proteção da criança lá enfrentados pelas crianças e jovens, como relata um informador-chave. Por outro lado, nos locais onde

os confinamentos foram relaxados, muitos pais/mães voltaram ao trabalho enquanto as crianças e jovens permaneceram em casa, devido ao encerramento das escolas, ainda em curso. Além disso, os informadores-chave indicam que muitos irmãos/ãs mais velhos voltaram à escola e deixaram as crianças mais novas em casa sem cuidados nem supervisão adequados. A negligência infantil pode, portanto, ter-se tornado mais grave durante este período. As autoridades locais já relataram um maior número de crianças e jovens nas ruas, incluindo alguns a pedir dinheiro ou comida (Kapur, 2020a).

Com a suspensão dos programas de alimentação escolar que forneciam, todos os dias, refeições nutritivas a 83 500 alunos/as nos quatro distritos mais pobres do país, a fome e a precariedade nutricional são preocupações crescentes (PAM, 2020a). Mesmo antes da pandemia, cerca de 38% das crianças ruandesas com menos de cinco anos de idade tinham um atraso no crescimento, em particular os meninos em áreas rurais e crianças de estatuto socioeconómico mais baixo (Nações Unidas de Ruanda, 2020a). A ONU prevê que 66,2% das crianças de 5 a 14 anos serão gravemente afetadas pela deficiência nutricional. Quanto mais as escolas permanecerem encerradas, mais os resultados nutricionais das crianças serão afetados - um facto que o Governo de Ruanda reconheceu, à luz do seu recente compromisso com um aumento maciço do fornecimento das refeições escolares para até 2,9 milhões de crianças do ensino pré-primário, básico e secundário desde setembro de 2020 (PAM, 2020c).

As crianças e jovens em cuidados alternativos podem estar entre os mais afetados. Muitos destes são crianças e jovens com deficiências que viviam em instituições de acolhimento domiciliar ou que foram forçados a entrar em instituições (os chamados centros de trânsito) depois de serem encontrados a viver nas ruas (HRW, 2020a). Quando a COVID-19 foi detetada pela primeira vez em Ruanda, estas instituições foram esvaziadas em cima da hora, apressando um processo deliberado de desinstitucionalização que já estava em curso. Como resultado, pelo menos 369 crianças e jovens foram enviados para casa com pouca preparação (UNICEF, 2020f). Os riscos que enfrentaram em casa ainda são desconhecidos, embora os atores locais estejam agora a começar a fazer esforços retroativos no âmbito da gestão de casos.

4.4.4 SEGUINDO EM FRENTE: A COVID-19 COMO CATALISADOR PARA A MUDANÇA EM RUANDA

Apesar dos desafios, a pandemia pode ter tido algum impacto positivo. De acordo com um informador-chave, os atores da educação defendem, há muito, um currículo básico simplificado para melhorar a educação básica de qualidade para todos, e isto parece cada vez mais possível no ambiente político atual. Além disso, as melhorias de infraestrutura planeadas foram aceleradas como parte da resposta à pandemia, incluindo a rápida construção de 22 500 salas de aula numa questão de meses (Byishimo & Mutanganshuro, 2020) - um processo que, de outro modo, teria sido gradualmente concluído ao longo de vários anos, relata um informador-chave. Embora se pudesse ter feito ainda mais para apoiar as crianças e jovens com diferentes tipos de deficiência, Ruanda levou o seu compromisso para com a educação inclusiva a sério, incluindo a oferta de aulas via televisão com interpretação de língua gestual durante o encerramento das escolas.

Em termos de proteção da criança, a COVID-19 também tem sido um catalisador para a ação, como evidenciado pelo lançamento de uma campanha nacional contra a cons-

purcação de crianças e um esforço nacional para abordar a exploração e abuso sexual online de forma mais profunda. Os informantes-chave relatam que ambas as ameaças se tornaram cada vez mais prevalentes durante a pandemia. A COVID-19 também mostrou que os anteriores investimentos no fortalecimento dos sistemas, particularmente na expansão e formação dos trabalhadores/as e na melhoria da coordenação entre as instituições, aumentaram a resiliência e possibilitaram uma resposta rápida ao surto. Dada a recente crise na vizinha DRC, algumas destas medidas já estavam em curso para abordar a preparação para o Ébola. Embora a COVID-19 tenha sido inicialmente tratada como uma crise de saúde pública, o governo apressou-se a conceder o mesmo nível de prioridade de acesso e movimentação autorizada quer a assistentes sociais, quer a trabalhadores de saúde, pois reconheceu a necessidade de um esforço multisetorial para conter a propagação do vírus e mitigar o seu impacto nas crianças e respetivas famílias. Isto ajudou a reduzir os efeitos da COVID-19 em crianças e jovens afetados pelo encerramento das escolas.

4.5 ESTUDO DE CASO: SERI LANCA



4.5.1 CONTEXTO DO PAÍS

No Seri Lanca, o conflito aberto chegou ao fim há uma década, e o país é agora classificado como sendo um país de rendimento médio, mas ainda se trata de um contexto pós-crise, no qual tanto a situação política como a situação económica continuam frágeis. Ainda ocorrem incidentes violentos ocasionais, como sucedeu com os atentados terroristas islâmicos de 2019 em Colombo, que tiveram como alvo igrejas cristãs e hotéis de luxo populares entre os turistas; 269 foram mortos nos atentados bombistas e mais de 500 ficaram feridos. A indústria do turismo sofreu um retrocesso após os ataques, levando a uma séria crise económica. Após os atentados, os críticos argumentaram que, mesmo

com o fim da guerra civil de 30 anos, o Seri Lanca é um país no um pós-guerra, mas não uma sociedade pós-conflito (Ananthavinayagan, 2019), e mantêm-se as tensões entre grupos étnicos e religiosos. A COVID-19 foi um choque adicional: o encerramento das escolas e estabelecimentos comerciais e a implementação de um recolhimento obrigatório nacional restringiram o progresso económico intensificaram a privação de grupos já marginalizados e aumentaram a pobreza em todos os grupos, apresentando graves riscos para a estabilidade social e para a paz em curso.

4.5.2 A EDUCAÇÃO DURANTE A COVID-19

Todas as escolas do Seri Lanca foram repentinamente encerradas em 12 de março de 2020, com uma reabertura escalonada, de acordo com o nível escolar, em junho. Quando os casos de COVID-19 aumentaram em julho e outubro, o governo ordenou mais encerramentos a curto prazo; foram instituídos outros confinamentos locais e encerramentos de escolas em regiões onde os casos aumentaram novamente. Um/a informador-chave comparou o surto de COVID-19 no Seri Lanca aos atentados de 2019, já que as escolas em áreas afetadas pelos atentados também foram encerradas durante duas semanas ou mais. De acordo com o informador, ambas as crises provocaram um sentimento de pânico e uma “suspensão da normalidade”, que foram agravados pelo encerramento de escolas (UNESCO, 2020i), mensagens contraditórias de figuras públicas e uma resposta que não contou de forma adequada com a sociedade civil nem com os atores da ONU.

No início do atual encerramento das escolas, os informadores relataram que o ministério da educação priorizou oportunidades de aprendizagem remota para os alunos que teriam de fazer os exames nacionais, incluindo os exames do 5.º ano e os exames de nível O, e ainda os exames de nível avançado que os alunos/as fazem para se tornarem elegíveis para as candidaturas à universidade. À medida que a pandemia foi progredindo, foram disponibilizadas aulas para anos isentos de exames, tendo algumas delas sido difundidas através do site do Instituto Nacional de Educação, e transmitidas pela televisão ou pela rádio. Alguns professores/as disponibilizaram pacotes de materiais de estudo em formato digital via WhatsApp e Viber (Ministério da Educação do Seri Lanca & UNICEF, 2020). Os/as informadores/as também mencionaram que foram distribuídos alguns materiais impressos pelos alunos mais novos, do 1.º e 2.º ano. Não foram recolhidos dados que pudessem determinar a eficácia ou a aceitação destes materiais. Por exemplo, para as crianças dos coletores de chá das plantações de Tamil, um dos grupos mais pobres do Seri Lanca, a questão do acesso foi claramente um problema. A Amnistia Internacional (2020) informou que apenas 21% das crianças e jovens a viver nas plantações tinham acesso à Internet, e que a instabilidade da rede de eletricidade dificultou ainda mais o seu acesso aos materiais de educação.

No Seri Lanca, a estratégia de resposta educativa face à Covid-19 negligenciou duas áreas cruciais: os estudantes com necessidades especiais e estudantes do ensino pré-escolar. Numa breve avaliação realizada pelo ministério da educação e a UNICEF (2020), 76% dos cuidadores/as de crianças e jovens com necessidades especiais afirmaram que não tinham capacidade de prestar apoio às necessidades dos filhos/as. No Seri Lanca, o ensino pré-escolar, que constitui um período fundamental para a estimulação e o desenvolvimento da aprendizagem, trata-se de um setor sobretudo informal e gerido de forma privada. As pré-escolas foram encerradas durante os períodos de

confinamento, e aqueles que trabalhavam nas mesmas tiveram de encontrar outros empregos devido a necessidades económicas; isto gerou potenciais problemas de disponibilidade de pré-escolas para o próximo ano. Além disso, os pais de crianças e bebés receberam pouco apoio ou orientação durante os períodos de confinamento, salvo recomendações sobre higiene básica.

Os exames decorreram conforme programado, em outubro e novembro de 2020, mesmo durante os surtos e períodos de confinamento local. Algumas datas de exames foram suspensas quando os examinandos/as testaram positivo para a Covid-19, e grupos inteiros de estudantes entraram em quarentena (Associated Press, 2020); as agências de notícias (EconomyNext, 2020) relataram que a pressão de fazer exames durante a pandemia aumentou o nível de stress vivenciado pelos alunos/as.

4.5.3 IMPACTO SOBRE A PROTEÇÃO DA CRIANÇA

As with other contexts worldwide, Sri Lankan child protection authorities and organizaÀ semelhança de outros contextos por todo o mundo, as autoridades e organizações de proteção da criança do Seri Lanca não possuem dados concretos para falar dos riscos que estão a ser exacerbados durante a Covid-19, mas, de acordo com um informador, “com base em relatórios de campo e relatos de outros parceiros, sabemos que os incidentes existem.” Múltiplas informadores citaram a pobreza crescente, a insegurança alimentar, o stress parental e estratégias de sobrevivência negativas (como o consumo de álcool) como potenciais fatores propulsores de incidentes relacionados com a proteção da criança. Além disso, a situação económica está a agravar-se rapidamente; num inquérito realizado pela World Vision Internacional - Lanca (2020), que envolveu 2190 famílias, 44% das pessoas inquiridas afirmaram que perderam o emprego e 88% mencionaram um decréscimo significativo no seu rendimento.

Uma fonte de informação falou sobre as mudanças ocorridas na dinâmica familiar, à medida que os pais/mães - em especial a figura paterna - se esforçavam para se ajustar ao desafio de supervisão e apoio infantil, 24 horas por dia, a que obrigaram o confinamento em casa e o recolher obrigatório. Os hospitais e os profissionais de saúde relataram um aumento significativo da VBG e da violência por parceiro íntimo (Tegal & Galappatti, 2020). O número de queixas recebidas pela Autoridade Nacional para a Proteção Infantil relativas a casos de crueldade infantil aumentou, tendo uma parte interessada relatado um aumento de 40% nas chamadas feitas para a linha direta nacional de denúncia da punição corporal. Uma importante fonte de informação relatou que os casos de violência doméstica recebem uma resposta limitada: o governo nacional não considera que dar uma resposta à violência contra as mulheres e as crianças seja um serviço “essencial”, por isso as medidas de confinamento impedem que os profissionais da linha da frente realizem visitas no local da ocorrência e/ou que forneçam serviços confidenciais e eficazes à distância. Nos casos de abuso identificados, as crianças e jovens tiveram de voltar para casa, muitas vezes para junto dos seus agressores, devido às limitadas alternativas em termos de cuidados disponíveis. Também houve relatos de que a polícia ficou relutante em responder a queixas de violência doméstica devido à pandemia, uma vez que tais casos não foram considerados como parte da resposta oficial face à pandemia e, portanto, foram ignorados (Tegal & Galappatti, 2020).

Uma importante fonte de informação relatou que, além de exporem as crianças e jovens à violência, as dificuldades económicas que advieram da COVID-19 estão a contribuir para um aumento dos níveis do trabalho infantil e do tráfico de crianças, apesar de ainda não haver dados explícitos que o comprovem. O trabalho infantil concentra-se, normalmente, no setor do turismo internacional mas, segundo relatou um/a informador/a, à medida que o turismo local recupera, tem aumentado as relatos de que puseram crianças e jovens a trabalhar neste setor, para que as empresas possam reduzir as suas despesas e oferecer tarifas baixas e competitivas aos turistas internos. Anteriormente, o Seri Lanca já fez avanços significativos na redução do trabalho infantil, sobretudo no que toca às PFTI, que baixaram de mais de 900 000 crianças e jovens a trabalhar, em 1999, para 103 704, em 2016; este número mais baixo representou ainda 2,3% da população infantil do país (ILO, 2016). As crianças e jovens provenientes de famílias que trabalham nas plantações de chá encontram-se, particularmente, em risco de abandono escolar e de ingressar no mercado de trabalho (Amnistia Internacional, 2020). Torna-se claro que, se o país visa atingir a meta de 0% de trabalho infantil até 2022, será necessário haver uma resposta mais forte por parte do governo (“40,000 children working”, 2019).

4.5.4. OLHANDO EM FRENTE: A NECESSIDADE DE LIDERANÇA E EVIDÊNCIAS

No final de 2020, com a continuação do confinamento localizado e o encerramento das escolas, ainda havia muita incerteza no Seri Lanca. Os informadores fizeram notar que os setores da educação e da proteção da criança poderiam beneficiar da existência de estratégias nacionais. Um/a dos/as informadores/as apelou a um “mapeamento” claro das escolas de cada distrito, para compreender as suas características e os desafios distintos, assim como as formas de tecnologia de que dispõem: “É necessário existir mapeamento escolar para perceber quem tem acesso e como é este acesso”. Com este tipo de dados, o governo estaria em melhores condições de se concentrar nas áreas de necessidade, e de se focar na distribuição de recursos pelos grupos mais marginalizados, tais como as famílias de Tamil que fazem a colheita de chá. Os informadores e informadoras também alertaram para a necessidade de existir uma melhor interação entre os ministérios e o governo, revelando que, muitas vezes, as OING estavam melhor posicionadas e tinham redes melhores para fornecer aconselhamento e perícia.

5. Passos em Direção ao Futuro

5.1 OBSERVAÇÕES FINAIS: REGRESSAR - OU NÃO - À ESCOLA

Tal como demonstram a literatura e os casos de estudo, **o encerramento das escolas acarreta sérias consequências para as crianças e jovens.** A combinação das perdas em termos de aprendizagem académica e serviços formais de nutrição, saúde e de SMAPS, e dos aspetos informais de proteção e envolvimento social, afetou seriamente a proteção e o bem-estar de crianças e jovens. Isto já se tem evidenciado durante a pandemia, e existem fortes indicadores de que estes efeitos continuarão por muito tempo após o fim da mesma. Isto é particularmente válido no caso de crianças e jovens em contextos afetados por crises ou outros contextos vulneráveis, e/ou que possuem outras formas de vulnerabilidade entre as quais, muitas vezes, há interseção. A investigação relativa a pandemias anteriores revelou não apenas os efeitos psicológicos negativos advindos da quarentena (Brooks et al., 2020), mas também o impacto negativo que o stress e o trauma associados ao confinamento pode exercer na capacidade de aprendizagem das crianças e jovens quando as aulas presenciais recomeçarem (Lee, 2020).

As lições do passado mostram que, quando as escolas encerram e a aprendizagem é interrompida durante crises de longa duração, as crianças e jovens têm menos probabilidade de retomar a escolaridade após o fim da crise (UNESCO, 2020b). As raparigas, em especial, têm menos probabilidade de regressar à escola após a interrupção dos estudos, muitas vezes devido ao casamento precoce, à gravidez, ou à necessidade de trabalhar (Save the Children, 2020d). De uma forma geral, estima-se que cerca de dez milhões de crianças e jovens não voltarão para a escola, à medida que os países regressarem às operações normais (Save the Children, 2020g). Tal como indicam as evidências emergentes, alguns pais/mães e cuidadores/as podem não ter vontade ou a possibilidade de mandar as suas crianças e jovens de volta à escola à medida que estas reabrem, devido ao aumento da pobreza e à necessidade de apoio financeiro; isto foi revelado durante o encerramento das escolas devido ao surto da DVE, na África Ocidental. As taxas de abandono mais elevadas pertenceram a crianças provenientes das famílias mais pobres da Guiné e Serra Leoa; dois anos após a reabertura das escolas, um acréscimo de mais 22 000 crianças e jovens do que seria de esperar antes do surto permaneceram sem ir à escola (Smith, 2020). Em 2020, 73% das pessoas refugiadas e PDIs que responderam ao inquérito do NRC (2020) relataram que a situação económica atual os impediria de enviar os filhos/as de volta à escola.

5.2 OS PRÓXIMOS PASSOS RECOMENDADOS: NO FUTURO PRÓXIMO E A LONGO PRAZO

Uma revisão da literatura disponível e os estudos de caso dos países acima apresentados fornecem ampla evidência das consequências do encerramento das escolas durante a pandemia de COVID-19. Esta reforça o argumento de que é necessário que a reabertura das escolas e os futuros encerramentos tenham em igual consideração os riscos para a saúde pública e o bem-estar das crianças e jovens (INEE & ACPHA, 2020).

Adiante, de forma a apoiar a **resposta e a recuperação face** à pandemia atual, e para ajudar a construir a **resiliência e preparação** para futuros surtos de doença infecciosa, apresentamos as seguintes recomendações pormenorizadas às e aos legisladores e profissionais dos setores do governo e da educação: resultam diretamente das evidências existentes e emergentes.

5.2.1. RECOMENDAÇÕES DE RESPOSTA E RECUPERAÇÃO

Oferecer assistência a grupos marginalizados e menos visíveis.

À medida que as escolas reabrem, tanto os atores da educação com os da proteção da criança devem fazer um esforço concertado no sentido de **identificar e reinscrever crianças e jovens que enfrentam os riscos mais graves**, incluindo aqueles que já se encontravam fora da escola quando a pandemia começou.

Ao nível do governo:

- Levar a cabo investigação no sentido de **identificar grupos de risco e formular programas** direcionados para estes grupos em particular.
- Dar resposta às **disparidades de género pré-existentes na legislação e normativas** que têm a probabilidade de inibir o regresso à escola. Por exemplo, a gravidez não deve resultar na exclusão social das raparigas; a prestação de serviços de acolhimento de crianças a mães adolescentes encorajá-las-á a continuar a escolaridade.
- **Fornecer financiamento adicional para serviços e comodidades** que incentivarão a reinscrição. Por exemplo, o governo ruandês investiu no fornecimento de refeições escolares a toda a população estudantil e de kits menstruais às raparigas.
- **Implementar campanhas públicas** que promovam o regresso à escola e que se concentrem especificamente em grupos de risco, incluindo raparigas, crianças e jovens com deficiência.

A nível setorial:

- **Colaborar entre setores**, de modo a garantir que os grupos de risco, incluindo crianças e jovens que abandonaram a escola antes da pandemia, são identificados e matriculados na escola, e que podem ter acesso a serviços de apoio para assegurar que continuam a frequentá-la.

A nível da escola:

- **Construir parcerias escola-comunidade** para divulgar informação acerca da reabertura das escolas e da disponibilidade de serviços baseados na escola.
- **Colaborar com atores estabelecidos na comunidade e as próprias crianças e jovens** para identificar e apoiar conjuntamente a matrícula e retenção de crianças e jovens em situação de risco na zona local.

À medida que as escolas reabrem, assegurar o acesso a todos e todas e priorizar o bem-estar.

Dadas as extensas preocupações sobre a perda de aprendizagem, o Banco Mundial (2020c), a OIT e a UNICEF (2020) enfatizaram que a aprendizagem deve ser priorizada à medida que as crianças e os/as jovens regressam à escola. Apela à existência de aulas de “remediação”, “recuperação” e educação acelerada, de modo a ajudar as crianças e os/as jovens a realinharem-se com os seus objetivos curriculares. Os sistemas têm, assim, dado prioridade ao regresso presencial de certos grupos de estudantes, tais como os/as que se estão a preparar para os exames nacionais. **Todavia, dada a extensão das preocupações de proteção sobrepostas durante a pandemia, há uma necessidade urgente tanto de assegurar o acesso a todas as pessoas, como de dar prioridade ao bem-estar em relação ao sucesso académico.**

Ao nível do governo:

- **Assegurar o financiamento adequado** dos e das profissionais escolares, para que os professores/as e administradores/as recebam, de forma atempada e proporcional, a compensação pelo seu trabalho.
- Dar ênfase a **aulas de “remediação” e de recuperação**, que ajudarão as crianças e jovens a recuperar a aprendizagem perdida durante o encerramento das escolas, em vez de promover um rápido realinhamento com o currículo existente.

A nível da escola:

- **Priorizar o acesso a todos e todas**, mesmo que o cumprimento das medidas de distanciamento social e de outras medidas de segurança exija que haja dias escolares mais curtos ou turnos duplos.
- **Estar atento/a às medidas de prevenção e de controlo de infeções, especialmente no que toca a crianças e jovens com deficiência.** Como alguns alunos e alunas com deficiências podem precisar de mais contacto físico com o seu ambiente - como seja tocar na parede, como sucede com as pessoas que têm problemas de mobilidade, ou tocar em objetos, como sucede com as pessoas que têm uma deficiência visual - ou com os seus cuidadores/as e assistentes/as, devem ser tomadas providências para a desinfeção frequente, lavagem das mãos e equipamento de proteção individual adequado (Humanity and Inclusion, 2020a).
- Para todos os alunos/as, **priorizar o regresso gradual à “aprendizagem habitual”** em reconhecimento dos muitos constrangimentos físicos, emocionais, psicológicos e

sociais que as crianças e jovens enfrentaram durante a pandemia. E fornecer também apoio às necessidades psicossociais e ao reajustamento social e emocional ao ambiente de sala de aula.

5.2.2. RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA

Rever a relevância do currículo e dos materiais de aprendizagem.

Dado que crianças e jovens encontraram dificuldades na utilização dos materiais escolares existentes para a aprendizagem em casa (Chabbott & Sinclair, 2020; Gordon et al., 2020; Kapur, 2020a), especialmente quando careceram de apoio parental, a pandemia proporcionou uma oportunidade para **repensar seriamente a relevância dos conteúdos curriculares, materiais e modalidades existentes no século XXI.**

Ao nível do governo:

- Utilizar a **investigação** para identificar opções de aprendizagem à distância adequadas à respetiva finalidade.
- Elaborar e adotar **requisitos mínimos para a aprendizagem mista e online.**
- De modo a garantir que as novas plataformas online e as já existentes são de alta qualidade, fáceis de usar e acessíveis às crianças e aos/as jovens com uma variedade de incapacidades, continuar a **investir e a desenvolver a aprendizagem online**, incluindo o investimento em dispositivos tecnológicos e o desenvolvimento de plataformas e materiais online.
- Prestar melhor **apoio para ofertas equitativas de aprendizagem à distância** e melhorar os materiais existentes para distribuição através da televisão, rádio e SMS.
- Rever **os manuais escolares existentes e outros materiais de aprendizagem impressos** para assegurar que o conteúdo, a forma e a linguagem são acessíveis a todos os alunos/as, especialmente em situações de aprendizagem onde não se conta com a presença de nenhum professor/a ou educador/a.
- Integrar mensagens em torno da **proteção da criança** (incluindo a **segurança online**) nos currículos existentes, programas de formação de professores/as e materiais sobre as plataformas de aprendizagem à distância novas e já existentes.
- **Envolver os professores/as** no processo de revisão e análise dos manuais e currículos e trabalhar com grupos de professores/as, de modo a assegurar que é fornecida a formação e apoio contínuo adequados para a implementação de aprendizagem mista ou virtual e de quaisquer materiais revistos.

A nível setorial:

- Dar **formação contínua e reforçar a capacidade dos professores/as e administradores/as escolares**, dos pais/mães e de cuidadores/as, para apoiar a aprendizagem em casa das crianças e jovens e as suas necessidades a nível de SMAPS.

A nível da escola:

- Integrar mensagens relativas à **proteção da criança e à segurança online** no programa escolar e nas aulas presenciais.
- Fornecer **opções de aprendizagem à distância** a crianças e jovens com deficiência que estão incapacitados/as de voltar à escola presencialmente devido a preocupações com a saúde, **bem como apoio aos seus cuidadores/as**. Isto permitirá que estas crianças e estes/as jovens continuem a envolver-se com a aprendizagem e com o ambiente de sala de aula.

Reconstruir melhor.

As conclusões deste relatório fornecem um modelo para os governos “reconstruírem melhor” e reforçarem os sistemas existentes para mitigar o impacto de crises futuras e assegurar que os setores de proteção da criança e da educação estão a trabalhar em sintonia.

Ao nível do governo:

- Designar serviços de proteção da criança e de resposta a denúncias de abuso, violência, negligência e exploração como **aspectos essenciais** da resposta às doenças infecciosas.
- Facilitar a **integração em curso** dos setores da proteção da criança e da educação.
- Conceber **programas intencionais e orientados** que utilizem as conclusões da nossa investigação para assegurar a proteção e o bem-estar das crianças e jovens, tanto em casa como nas suas comunidades.
- **Investir em instalações e decretar políticas que viabilizem uma escolaridade segura durante os surtos de doenças infecciosas**, incluindo a melhoria das instalações ASH, fornecendo equipamento de proteção individual para professores/as e estudantes e impondo turmas menores.

A nível do setor, da comunidade e da escola:

- Através da colaboração entre setores, comunidades e escolas, **sensibilizar e prestar apoio de forma contínua aos pais/mães**, de modo a:
 - compreender os **tipos de riscos** que as crianças e jovens podem encontrar fora da escola e dar ênfase à importância de frequentar a escola para mitigar os riscos potenciais;
 - concentrar-se nas **formas de assistência e apoio** que as crianças e jovens necessitam no ensino à distância; e
 - ajudar a fornecer **apoio explícito para as necessidades sociais, emocionais e de SMAPS das crianças e jovens**, e providenciar estratégias de sobrevivência, tanto para os pais/mães como para os filhos/as.

Dados Desagregados e Investigação Adicional

É necessária investigação contínua: este relatório indica numerosas áreas em que os dados sobre grupos específicos não estão disponíveis ou não foram desagregados. Para a resposta e recuperação e o desenvolvimento contínuo de sistemas de educação resilientes e de proteção da criança, há uma forte necessidade de **aumentar a investigação em torno de grupos de risco e de fatores de interseção que agravam os riscos**. Os dados devem ser desagregados para ter em conta não só o sexo e a idade, mas também a orientação sexual e a identidade de género, deficiência, nacionalidade, estatuto legal no país em que se encontram, composição do agregado familiar e educação e estatuto socioeconómico dos pais/mães.

Além disso, em reconhecimento da relação de reforço mútuo entre a educação e a proteção da criança, existe uma necessidade contínua **de colaboração entre os setores da proteção da criança e da educação**. Integrar os requisitos mínimos, as políticas e os programas da proteção da criança e da educação **pode ajudar a aproveitar ao máximo** os recursos existentes, que são frequentemente utilizados até ao limite nos contextos afetados pela crise (ACPHA, 2018), em reconhecimento dos objetivos partilhados.

Referências

- 3EA. (2017). IRC Healing Classrooms retention support programming improves Syrian refugee children's learning in Lebanon. Education in Emergencies: Evidence for Action. <https://www.edu-links.org/resources/healing-classrooms-retention-support-programming-improves-syrian-refugee-childrens>
- 40,000 children working as child labourers. (2019, June 15). Daily FT. <http://www.ft.lk/news/40-000-children-working-as-child-labourers/56-680064>
- Able Child Africa. (2020). The effects of COVID-19 on children and youth with disabilities in Africa: A statement from the Able Child Africa Partnership Network. Able Child Africa. <https://ablechildafrica.org/wp-content/uploads/2020/05/The-Effects-of-Covid-19-on-Children-and-Youth-with-Disabilities-in-Africa-1.pdf>
- ACAPS. (2016). Beyond a public health emergency: Potential secondary humanitarian impacts of a large-scale Ebola outbreak. ACAPS. https://www.acaps.org/sites/acaps/files/products/files/t_beyond_a_public_health_emergency_feb_2016.pdf
- ACAPS. (2020a). Colombia: COVID-19 impact of government measures. ACAPS. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20200416-sitrep-87-covid-19_0.pdf
- ACAPS. (2020b). Education & child protection challenges in eastern DRC: Impact of COVID-19, conflict and policy reform. ACAPS. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20201019_acaps_covid-19_thematic_series_on_education_drc_eastern_provinces.pdf
- ACPHA. (2018). Integrating child protection and education in humanitarian action. ACPHA. https://alliancecpa.org/en/system/tdf/library/attachments/advocacy_brief_integration.pdf?file=1&type=node&id=31371
- ACPHA. (2020a). COVID-19: Protecting children from violence, abuse, and neglect in the home (Vol. 1). ACPHA. <https://www.alliancecpa.org/en/child-protection-online-library/covid-19-protecting-children-violence-abuse-and-neglect-home>
- ACPHA. (2020b). COVID-19 synthesis #2: Child labour. ACPHA. https://www.alliancecpa.org/sites/default/files/library/attachments/2_evidence_synthesis_child_labour_covid-19_final.pdf
- ACPHA. (2020c). Key messages and considerations for programming for children associated with armed forces or armed groups during the COVID-19 pandemic (Vol. 1). ACPHA. https://alliancecpa.org/en/system/tdf/library/attachments/key_considerations_-_caafag-covid19.pdf?file=1&type=node&id=38468
- AlAlayly, A. (2020, June 1). انوروك "نمز ي ف ةفئال ا ةب رعل ا ةأرمل ا تاراي ت خ او ي لزن الم ا فن ع ل ا [Domestic violence and the illusional choices of the Arab woman at the time of Corona]. Daraj. <https://daraj.com/47251/>

- Amnesty International. (2020, June 18). *Children belonging to plantation communities should not be left behind*. Amnesty International. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/06/sri-lanka-it-is-time-to-change-the-narrative/>
- AMREF Health Africa. (2020). *Evidence on the effects of COVID-19 pandemic on female genital mutilation/cutting (FGM/C) and child, early, and forced marriages (CEFM) in Kenya*. Amref Health Africa. <https://amref.org/kenya/download/evidence-on-the-effects-of-covid-19-pandemic-on-female-genital-mutilation-cutting-fgm-c-and-child-early-and-forced-marriages-cefm-in-kenya/>
- Ananthavinayagan, T. V. (2019, April 21). *Attacks evidence Sri Lanka as post-war but not post-conflict country*. *The Irish Times*. <https://www.irishtimes.com/news/world/asia-pacific/attacks-evidence-sri-lanka-as-post-war-but-not-post-conflict-country-1.3867685>
- Anthem, P. (2020, April 16). *Risk of hunger pandemic as coronavirus set to almost double acute hunger by end of 2020*. WFP. <https://insight.wfp.org/covid-19-will-almost-double-people-in-acute-hunger-by-end-of-2020-59df0c4a8072>
- Associated Press. (2020, October 22). *The latest: Sri Lanka orders more curfews over virus cluster*. ABC News. <https://abcnews.go.com/Health/wireStory/latest-australia-reports-rare-case-reinfection-73729657>
- Atlantis Group. (2020, November 17). *Act now to protect education, governments asked*. Varkey Foundation. <https://www.varkeyfoundation.org/opinion/act-now-to-protect-education-governments-asked/>
- Azevedo, J. P., Hasan, A., Goldemberg, D., Iqbal, S. A., & Geven, K. (2020). *Simulating the potential impacts of COVID-19 school closures on schooling and learning outcomes: A set of global estimates*. World Bank. <https://doi.org/https://doi.org/10.1596/1813-9450-9284>
- Bakrania, S., Chavez, C., Ipince, A., Rocca, M., Oliver, S., Stansfield, C., & Subrahmanian, R. (2020). *Impacts of pandemics and epidemics on child protection: Lessons learned from a rapid review in the context of COVID-19*. UNICEF Office of Research. <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/WP-2020-05-Working-Paper-Impacts-Pandemics-Child-Protection.pdf>
- Bandiera, O., Buehren, N., Burgess, R., Goldstein, M., Gulesci, S., Rasul, I., & Sulaiman, M. (2018). *Women's empowerment in action: Evidence from a randomized control trial in Africa*. *American Economic Journal: Applied Economics*, 12(1), 210-259. <https://doi:10.1257/app.20170416>
- Barriga, S. R., Buchanan, J., Ćerimović, E., & Sharma, K. (2017). *Children with disabilities: Deprivation of liberty in the name of care and treatment*. In *Protecting children against torture in detention: Global solutions for a global problem* (pp. 285-301). American University Center for Human Rights and Humanitarian Law.
- Berman, G. (2020, April 24). *Ethical collection of data from children during the COVID-19 pandemic*. UNICEF: Evidence for Action. <https://blogs.unicef.org/evidence-for-action/ethical-collection-of-data-from-children-during-the-covid-19-pandemic/>

- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)
- Brown, W. (2020, May 19). Female genital mutilation surges in Somalia with girls stuck at home during lockdown. *The Telegraph*. <https://www.telegraph.co.uk/news/2020/05/19/female-genital-mutilation-surges-somalia-girls-stuck-home-lockdown/>
- Busso, M., & Munoz, J. C. (2020, April 13). *Pandemic and inequality: How much human capital is lost when schools close?* IDB Blog: Ideas Matter. <https://blogs.iadb.org/ideas-matter/en/pandemic-and-inequality-how-much-human-capital-is-lost-when-schools-close/>
- Byishimo, B., & Mutanganshuro, L. (2020, June 6). Over 22,500 classrooms to be completed by September, says Mineduc. *The New Times*. <https://www.newtimes.co.rw/news/over-22500-classrooms-be-completed-september-says-mineduc>
- Cameron, L. M. (2020). "Looking out": *Neoliberal discourses and English language teacher professionalism in Rwanda* [Unpublished doctoral dissertation]. University of Bristol.
- CARE. (2020). *Gender implication of COVID-19 outbreaks in development and humanitarian settings*. CARE International. <https://insights.careinternational.org.uk/publications/gender-implications-of-covid-19-outbreaks-in-development-and-humanitarian-settings>
- CEPAL & UNESCO. (2020). *La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19*. UNESCO. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45904-la-educacion-tiempos-la-pandemia-covid-19>
- Chabbott, C., & Sinclair, M. (2020). SDG 4 and the COVID-19 emergency: Textbooks, tutoring, and teachers. *PROSPECTS*, 49, 51-57. <https://doi.org/10.1007/s11125-020-09485-y>
- Children's Voice Today/Save the Children. (2020). *Views of children on Child Rights situation on COVID-19 lockdown in Rwanda*. Children's Voice Today/Save the Children. [https://rwanda.savethechildren.net/sites/rwanda.savethechildren.net/files/library/childrens voices in COVID CVT report.pdf](https://rwanda.savethechildren.net/sites/rwanda.savethechildren.net/files/library/childrens%20voices%20in%20COVID%20CVT%20report.pdf)
- Conto, C. A., Akseer, S., Dreesen, T., Kamei, A., Mizunoya, S., & Rigole, A. (2020). *COVID-19: Effects of school closures on foundational skills and promising practices for monitoring and mitigating learning loss* (Innocenti working paper No. WP 2020-13). UNESCO: Office of Research. https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/COVID-19_Effects_of_School_Closures_on_Foundational_Skills_and_Promising_Practices_for_Monitoring_and_Mitigating_Learning_Loss.pdf
- Coordination du Cluster Education. (2020, June 25). *Rapport d'enquête: Impact de la COVID-19 sur l'éducation- Réponses collectées auprès des membres du Cluster Education entre avril et mai 2020*. Cluster Education Burkina Faso. <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/la-r-ponse-au-covid-19-cluster-education-rdc>

- Denney, L., Gordon, R., & Ibrahim, A. (2015). *Teenage pregnancy after Ebola in Sierra Leone: Mapping responses, gaps and ongoing challenges* (Working paper 39). Overseas Development Institute. http://securelivelihoods.org/wp-content/uploads/Teenage-Pregnancies-after-Ebola-in-SierraLeone_-Mapping-responses-gaps-and-ongoing-challenges.pdf
- Desbandada en los colegios: ¿Cuántos estudiantes han abandonado sus estudios por la pandemia? (2020, October 27). *Semana*. <https://www.semana.com/educacion/articulo/desbandada-en-los-colegios-cuantos-estudiantes-han-abandonado-sus-estudios-por-la-pandemia/202009/>
- Dreesen, T., Akseer, S., Brossard, M., Dewan, P., Giraldo, J.-P., Kamei, A., Mizunoya, S., & Santiago Ortiz, J. (2020). *Promising practices for equitable remote learning Emerging lessons from COVID-19 education responses in 127 countries*. UNICEF Office of Research. <https://www.unicef-irc.org/publications/1090-promising-practices-for-equitable-remote-learning-emerging-lessons-from-covid.html>
- EconomyNext. (2020, October 4). *Sri Lanka closes schools after Covid-19 patient found from the community*. EconomyNext. <https://economynext.com/sri-lanka-closes-schools-after-covid-19-patient-found-from-the-community-74370/>
- Edmonds, E. V. (2010). Selection into worst forms of child labor. *Research in Labor Economics*, 31, 1-31. [https://doi.org/10.1108/S0147-9121\(2010\)0000031004](https://doi.org/10.1108/S0147-9121(2010)0000031004)
- El cierre de colegios es un caldo de cultivo para el trabajo infantil. (2020, October 7). *Semana*. <https://www.semana.com/educacion/articulo/el-cierre-de-colegios-es-un-caldo-de-cultivo-para-el-trabajo-infantil/202024/>
- Espinel, Z., Chaskel, R., Berg, R. C., Jose Florez, H., Gaviria, S. L., Bernal, O., Berg, K., Muña, C., Larkin, M. G., & Shultz, J. M. (2020). Venezuelan migrants in Colombia: COVID-19 and mental health. *The Lancet*, 7(August), 653-655. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30399-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30399-2)
- European Commission. (2019). *DRC facts and figures*. European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations. <http://ec.europa.eu/echo>
- Fédération des entreprises du Congo. (2020). *Effets de la pandémie de Coronavirus sur les activités économiques en République Démocratique du Congo*. Fédération des entreprises du Congo.
- Fischer, H.-T., Elliott, L., & Bertrand, S. L. (2018). *Guidance note: Protection of children during infectious disease outbreaks*. ACPHA. <https://alliancecpha.org/en/child-protection-online-library/guidance-note-protection-children-during-infectious-disease>
- Fore, H. H., Dongyu, Q., Beasley, D. M., & Ghebreyesus, T. A. (2020). Child malnutrition and COVID-19: The time to act is now. *The Lancet*, 396(10250), 517-518. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31648-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31648-2)
- Fundación Renacer. (2020). *Contribucion de Fundación Renacer a cuestionario conjunto de los procedimientos especial*. Fundación Renacer. https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Children/Submissions/COVID19/NGOs_Aca/Fundacion_Renacer_Colombia.doc+&cd=2&hl=es-419&ct=clnk&gl=co

- GCPEA. (2014). *Guidelines for protecting schools and universities from military use during armed conflict*. GCPEA. https://protectingeducation.org/wp-content/uploads/documents/documents_guidelines_en.pdf
- Ging, J. P. (2020, October 8). Back to school in Democratic Republic of Congo after COVID-19 state of emergency ends. *Africanews*. [https://www.africanews.com/2020/08/10/back-to-school-in-democratic-republic-of-congo-after-covid-19-state-of-emergency-ends//](https://www.africanews.com/2020/08/10/back-to-school-in-democratic-republic-of-congo-after-covid-19-state-of-emergency-ends/)
- Global Protection Cluster. (2020). *Aftershock: Abuse, exploitation & human trafficking in the wake of COVID-19*. Global Protection Cluster. <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/83365>
- Gordon, M., Burgess, M., Sulaiman, M., Mila Arlini, S., Ritz, D., & O'Hare, G. (2020). *The hidden impact of COVID-19 on children's education*. Save the Children. <https://resourcecentre.savethechildren.net/library/hidden-impact-covid-19-children-global-research-series#:~:text=November%202015-,The%20Hidden%20Impact%20of%20Covid%2D19,Children%3A%20A%20Global%20Research%20Series&text=Globally%2C%20more%20than%208%20in,teachers%20since%20their%20schools%20closed>
- Gouvernement RDC. (2020). *Impact sanitaire et socioéconomique de la Covid-19 en République Démocratique du Congo. Analyse prospective et orientation de la riposte multisectorielle*. Gouvernement RDC.
- Grierson, J. (2020, April 2). Coronavirus lockdown raises risk of online child abuse, charity says. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2020/apr/02/coronavirus-lockdown-raises-risk-of-online-child-abuse-charity-says>
- Haddad, G., Al Assi, Y., & Moodley, S. (Eds.). (2020). *Taking on the triple crisis: Civil society perspectives on supporting Lebanon in its response to the concurrent Syria, economic and health crises* [Joint Civil Society Report for Brussels IV Conference on the Future of Syria and the Region]. <http://www.lhif.org/>
- Hallgarten, J. (2020). *Evidence on efforts to mitigate the negative educational impact of past disease outbreaks*. Education Development Trust & UK DfID/K4D. <https://www.gov.uk/research-for-development-outputs/evidence-on-efforts-to-mitigate-the-negative-educational-impact-of-past-disease-outbreaks>
- Hikmah, N. (2020). *Rapid behavioural and sentiment assessment*. UNICEF-ROSA. <https://www.unicef.org/rosa/media/9236/file>
- HRW. (2018). *Leave no girl behind in Africa: Discrimination in education against pregnant girls and adolescent mothers*. HRW. <https://www.hrw.org/report/2018/06/14/leave-no-girl-behind-africa/discrimination-education-against-pregnant-girls-and>
- HRW. (2020a, January 27). "As long as we live on the streets, they will beat us": Rwanda's abusive detention of children. HRW. <https://www.hrw.org/report/2020/01/27/long-we-live-streets-they-will-beat-us/rwandas-abusive-detention-children>
- HRW. (2020b, July 26). *Impact of Covid-19 on children's education in Africa*. HRW. https://www.hrw.org/news/2020/08/26/impact-covid-19-childrens-education-africa#_edn2

- HRW. (2020c, September 8). *Les attaques contre les élèves, les enseignants et les écoles se multiplient dans le Sahel africain*. ReliefWeb. <https://reliefweb.int/report/burkina-faso/les-attaques-contre-les-l-ves-les-enseignants-et-les-coles-se-multiplient-dans>
- Hughes, K., Bellis, M. A., Jones, L., Wood, S., Bates, G., Eckley, L., McCoy, E., Mickton, C., Shakespeare, T., & Officer, A. (2012). Prevalence and risk of violence against adults with disabilities: A systematic review and meta-analysis of observational studies. *The Lancet*, 379(9826), 1621-1629. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)61851-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)61851-5)
- Humanity & Inclusion. (2020a, December 4). *Les personnes handicapées, les laissés-pour-compte de l'épidémie de Covid-19*. ReliefWeb. <https://reliefweb.int/report/world/les-personnes-handicap-es-les-laiss-s-pour-compte-de-l-pid-mie-de-covid-19>
- Humanity & Inclusion. (2020b). *Protecting children with disabilities during the Ebola crisis*. Humanity & Inclusion. https://www.hi-us.org/protecting_children_with_disabilities_during_the_ebola_crisis
- International Bar Association's Human Rights Institute. (2020). *LGBTQI+ rights. Covid-19 Human Rights Monitor, 2*. International Bar Association's Human Rights Institute. https://www.ibanet.org/Human_Rights_Institute/Bulletins/2.aspx
- ICI Foundation. (2020, July 1). *Hazardous child labour in Côte d'Ivoire's cocoa communities during COVID-19*. ICI Foundation. <https://cocoainitiative.org/news-media-post/hazardous-child-labour-in-cote-divoires-cocoa-communities-during-covid-19/>
- ILGA Europe. (2020). *COVID-19 and specific impact on LGBTI people and what authorities should do to mitigate impact*. ILGA Europe. https://www.ilga-europe.org/sites/default/files/COVID19_Impact LGBTI people.pdf
- Iliza, A. (2020, April 18). *Domestic violence rises during COVID-19 lockdown*. *The New Times*. <https://www.newtimes.co.rw/news/domestic-violence-rises-during-covid-19-lockdown>
- ILO. (n.d.). *What is child labour?* International Programme on the Elimination of Child Labour. <https://www.ilo.org/ipec/facts/lang--en/index.htm>
- ILO. (2016). *Child labour in Sri Lanka—At a glance*. ILO Country Office for Sri Lanka and the Maldives. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---ilo-colombo/documents/publication/wcms_616216.pdf
- ILO. (2020a). *COVID-19 crisis and the informal economy: Immediate responses and policy challenges*. ILO. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/briefingnote/wcms_743623.pdf
- ILO. (2020b). *El impacto del COVID-19 en el trabajo infantil y el trabajo forzoso: La respuesta del Programa de referencia IPEC+*. ILO. www.globalprotectioncluster.org/wp-content/uploads/GPC-Task-Team-on-Anti-Trafficking_COVID-guidance_final_SM.pdf
- ILO. (2020c, April 29). *ILO monitor: COVID-19 and the world of work (3rd ed.)*. ILO. <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>

- ILO & UNICEF. (2020). COVID-19 and child labour: A time of crisis, a time to act. UNICEF & ILO. https://www.ilo.org/ipecc/informationresources/WCMS_747421/lang--en/index.htm
- INEE. (2010). *Minimum standards for education: Preparedness, response, recovery*. INEE. https://inee.org/system/files/resources/INEE_Minimum_Standards_Handbook_2010%28HSP%29_EN.pdf
- INEE. (2016). *INEE background paper on psychosocial support and social and emotional learning for children and youth in emergency settings*. INEE. https://inee.org/system/files/resources/INEE_PSS-SEL_Background_Paper_ENG_v5.3.pdf
- INEE. (2020a). *20 years of INEE: Achievements and challenges in education in emergencies*. INEE. <https://inee.org/resources/20-years-of-inee>
- INEE. (2020b, April). *Technical note: Education during the COVID-19 pandemic (Version 1, April 2020)*. INEE. https://inee.org/system/files/resources/INEE_Technical_Note_on_COVID-19_EN_2020-04-23.pdf
- INEE & ACPHA. (2020). *Weighing up the risks: School closure and reopening under COVID—When, why, and what impact*. INEE & ACPHA. <https://inee.org/resources/weighing-risks-school-closure-and-reopening-under-covid-19>
- IRC. (2020a, May 7). *New data shows a decrease in women being able to report incidents of domestic violence in fragile and conflict-affected countries*. IRC. <https://www.rescue.org/press-release/new-data-shows-decrease-women-being-able-report-incident-domestic-violence-fragile>
- IRC. (2020b, August 24). *New IRC report: More than 300,000 Rohingya refugee children need internet access for remote learning during COVID-19 pandemic*. IRC. <https://www.rescue.org/press-release/new-irc-report-more-300000-rohingya-refugee-children-need-internet-access-remote>
- Kamali, M., Munyuzangabo, M., Siddiqui, F. J., Gaffey, M. F., Meteke, S., Als, D., Jain, R. P., Radhakrishnan, A., Shah, S., Atallah, A., & Bhutta, A. (2020). *Delivering mental health and psychosocial support interventions to women and children in conflict settings: a systematic review*. *BMJ Global Health*, 5(e002014). <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2019-002014>
- Kapur, N. (2020a). *School closures in the context of COVID-19: An inequity impact assessment of Primary 2 and 3 pupils in Rwanda*. Building Learning Foundations Rwanda.
- Kapur, N. (2020b). *The gendered dimensions of armed conflict on children in Sub-Saharan Africa*. Save the Children.
- Karasapan, O. (2020, Nov. 11). *Yemen's children: A crisis within a crisis*. Future Development. <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2020/11/19/yemens-children-a-crisis-within-a-crisis/>
- Kelly, A. (2018, October 8). *British paedophiles target children in poor countries for online abuse*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/global-development/2018/oct/08/british-paedophiles-target-children-poor-countries-online-abuse-national-crime-agency>

- Lee, J. (2020). Mental health effects of school closures during COVID-19. *The Lancet Child and Adolescent Health*, 4(6), e16. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(20\)30109-7](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S2352-4642(20)30109-7)
- Loperfido, L., & Burgess, M. (2020). *The hidden impact of COVID-19 on child poverty*. Save the Children. <https://resourcecentre.savethechildren.net/library/hidden-impact-covid-19-children-global-research-series>
- Mac-Seing, V. M., & Boggs, D. (2014). Triple discrimination against women and girls with disability. *MMS Bulletin*, 130(October). <https://plone.medicusmundi.ch/en/bulletin/mms-bulletin/addressing-sexual-violence-and-hiv/addressing-gender-based-violence/triple-discrimination-against-women-and-girls-with-disability>
- Mahthabi, A. (2020, May 17). في نورتك ل فنع "نم ك سفن يمحت فيك : انوروك سوريفي" [CoronaVirus: How do you protect yourself from online violence, sexual blackmail in the context of lockdown and self-isolation]. BBC News عربي. <https://www.bbc.com/arabic/trending-52691248>
- Malala Fund. (2020). *Girls' education and COVID-19: What past shocks can teach us about mitigating the impact of pandemics*. Malala Fund. https://downloads.ctfassets.net/0oan5gk9rgbh/6TMYLYAcUpjhQpXLDgmdla/3e1c12d8d827985ef2b4e815a3a6da1f/COVID19_GirlsEducation_corrected_071420.pdf
- Masheka, P. C. (2020, June 12). *Il faut s'attaquer aux causes des mariages précoces : L'inégalité des sexes, la pauvreté, les coutumes et les grossesses précoces*. Banque Mondiale Blogs. <https://blogs.worldbank.org/fr/youth-transforming-africa/il-faut-sattaquer-aux-causes-des-mariages-precoces-linegalite-des-sexes>
- Matrins, V. J. B., Toledo Florêncio, T. M. M., Grillo, L. P., Franco, M. do C. P., Martins, P. A., Clemente, A. P. G., Santos, C. D. L., Viera, M. F. A., & Sawaya, A. L. (2011). Long-lasting effects of undernutrition. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 8(6), 1817-1846. <https://doi.org/10.3390/ijerph8061817>
- Mattingly, J. (2017). *Approaches to providing psycho-social support for children, teachers and other school staff, and social and emotional learning for children in protracted conflict situations*. UK DfID/K4D Helpdesk. <https://reliefweb.int/report/syrian-arab-republic/approaches-providing-psycho-social-support-children-teachers-and-other>
- McClain-Nhlapo, C. (2020, May 11). *An inclusive response to COVID-19: Education for children with disabilities*. Global Partnership for Education Blog. <https://www.globalpartnership.org/blog/inclusive-response-covid-19-education-children-disabilities>
- McVeigh, K. (2019, September 5). Bangladesh imposes mobile phone blackout in Rohingya refugee camps. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/global-development/2019/sep/05/bangladesh-imposes-mobile-phone-blackout-in-rohingya-refugee-camps>
- MINEDUC. (2008). *Girls' education policy*. Ministry of Education, Republic of Rwanda.
- Ministry of Education. (2020). *Keeping the doors open for learning: Response plan of Ministry of Education to the COVID-19 outbreak*. Ministry of Education, Republic of Rwanda. https://www.mineduc.gov.rw/fileadmin/user_upload/Mineduc/Publications/REPORTS/Education_Sector_COVID_Plan_Rwanda.pdf

- Ministry of Education Sri Lanka & UNICEF. (2020). COVID-19 education fact-finding rapid assessment. Ministry of Education Sri Lanka & UNICEF.
- Mishra, S., Brossard, M., Reuge, N., & Mizunoya, S. (2020, April 20). *How involved are parents in their children's learning? MICS6 data reveal critical insights*. UNICEF: Evidence for action. <https://blogs.unicef.org/evidence-for-action/parental-involvement-childrens-learning/>
- Mitra, A., & Rao, N. (2017). *Gender differences in adolescent nutrition: Evidence from two Indian districts* (Working papers, Vol. 2017, No. 13). Lansa. www.lansasouthasia.org
- Mokwetsi, J. (2020, September 3). *Radio lessons provide much needed continuity in learning amid the Covid-19 pandemic*. UNICEF Zimbabwe. <https://www.unicef.org/zimbabwe/stories/radio-lessons-provide-needed-continuity-learning-amid-covid-19-pandemic>
- Notimérica. (2020, June 1). *Coronavirus: La Defensoría del Pueblo de Colombia alerta del riesgo de reclutamiento de menores durante la pandemia*. Notimérica. <https://www.notimerica.com/politica/noticia-coronavirus-defensoria-pueblo-colombia-alerta-riesgo-reclutamiento-menores-pandemia-20200601183336.html>
- NRC. (2020). *Downward Spiral: The economic impact of COVID-19 on refugees and displaced people*. NRC. <https://www.nrc.no/resources/reports/downward-spiral-the-economic-impact-of-covid-19-on-refugees-and-displaced-people/>
- OEAC-CIM. (2020). *COVID-19 en la vida de las mujeres*. Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos (SG/OEA). <http://www.oas.org/cim>
- OECD. (2020, August 11). *Combating COVID-19's effect on children*. OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19). <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/combating-covid-19-s-effect-on-children-2e1f3b2f/>
- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2020). *COVID-19 and the human rights of LGBTI people*. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/LGBT/LGBTIpeople.pdf>
- Peterman, A., & O'Donnell, M. (2020). *COVID-19 and violence against women and children: A second research round up*. Center for Global Development. <https://www.cgdev.org/sites/default/files/covid-19-and-violence-against-women-and-children-second-research-round-up.pdf>
- Phakathi, M. (2020, August 19). *Report shows Sri Lanka has escalation of violence during COVID-19 lockdown*. Inter Press Service. <http://www.ipsnews.net/2020/08/report-shows-sri-lanka-escalation-violence-covid-19-lockdown/>
- Plan International. (2017). *Reintegrating girls and boys formerly associated with armed forces and armed groups: A case study from Central African Republic (CAR)*. Plan International. https://resourcecentre.savethechildren.net/node/13869/pdf/reintegrating_children_from_armed_forces_and_groups_in_car.pdf
- Plan International Lebanon. (2020). *COVID-19 and child labour in Lebanon*. Plan International Lebanon. <https://plan-international.org/publications/covid-19-and-child-labour-lebanon>

- ¿Quién es el responsable del aumento de reclutamiento de menores en 2020? (2020, November 22). *Semana*. <https://www.semana.com/nacion/articulo/quien-es-el-responsable-del-aumento-de-reclutamiento-de-menores-en-2020/202025/>
- Quintero Rivera, J. J. (2020). El efecto del COVID-19 en la economía y la educación: Estrategias para la educación virtual de Colombia. *Revista Scientific*, 5(17), 280-291. <https://doi.org/10.29394/scientific.issn.2542-2987.2020.5.17.15.280-291>
- ReliefWeb. (2020, September 15). Burkina Faso: Conflit armé, COVID-19, inondations, une triple crise frappe les habitants. ReliefWeb. <https://reliefweb.int/report/burkina-faso/burkina-faso-conflit-arm-covid-19-inondations-une-triple-crise-frappe-les>
- Risso-Gill, I., & Finnegan, L. (2015). *Children's Ebola recovery assessment: Sierra Leone*. Save the Children. <https://resourcecentre.savethechildren.net/library/childrens-ebola-recovery-assessment-sierra-leone>
- Ritz, D., O'Hare, G., Burgess, M., Sulaiman, M., & Mila Arlini, S. (2020). *The hidden impact of COVID-19 on child protection and well-being*. Save the Children. <https://resourcecentre.savethechildren.net/library/hidden-impact-covid-19-children-global-research-series#:~:text=November%202015-,The%20Hidden%20Impact%20of%20Covid%2D19,Children%3A%20A%20Global%20Research%20Series&text=Globally%2C%20more%20than%208%20in,teachers%20since%20their%20schools%20closed>
- Rodríguez Pinzón, E. (2020). *Colombia impacto económico, social, y político de la COVID-19*. Fundación Carolina. <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/04/AC-24.-2020.pdf>
- Rothe, D. (2014, Dec. 12). *Young lives on lockdown: The impact of Ebola on children and communities in Liberia* (Interim report, 12 December 2014). Plan International. https://resourcecentre.savethechildren.net/node/8708/pdf/ih-liberia_ebola_interim_report-final-io-eng-dec14_1.pdf
- Santos, R., & Novelli, M. (2017). *The effect of the Ebola crisis on the education system's Contribution to post-conflict sustainable peacebuilding in Liberia*. UNICEF/Research Consortium on Education and Peacebuilding. <http://education4resilience.iiep.unesco.org/en/node/1218>
- Save the Children. (2008). *Child protection training manual: Facilitator's guide for teacher training*. Save the Children UK. <https://resourcecentre.savethechildren.net/library/child-protection-training-manual-facilitators-guide-teacher-training>
- Save the Children. (2018). *Psychosocial well-being and socio-emotional learning in the Syrian refugee response: Challenges and opportunities*. Save the Children. https://resourcecentre.savethechildren.net/node/15500/pdf/psychosocial_well-being_pr4.pdf
- Save the Children. (2020a). *Beyond the shadow pandemic: Protecting a generation of girls from gender-based violence through COVID-19 to recovery*. Save the Children. [https://resourcecentre.savethechildren.net/library/beyond-shadow-pandemic-protecting-generation-girls-gender-based-violence-through-covid-19#:~:text=November%202015-,Beyond%20the%20Shadow%20Pandemic%3A%20Protecting%20a%20generation%20of%20girls%20from,through%20COVID%2D19%20to%20recovery&text=COVID%2D19%20is%20exposing%20and,%2Dbased%20violence-%20\(GBV\)](https://resourcecentre.savethechildren.net/library/beyond-shadow-pandemic-protecting-generation-girls-gender-based-violence-through-covid-19#:~:text=November%202015-,Beyond%20the%20Shadow%20Pandemic%3A%20Protecting%20a%20generation%20of%20girls%20from,through%20COVID%2D19%20to%20recovery&text=COVID%2D19%20is%20exposing%20and,%2Dbased%20violence-%20(GBV))

- Save the Children. (2020b). *L'impact de la COVID-19 & Ebola chez les enfants en RD. Congo: Rapport d'enquete*. Save the Children International. <https://resourcecentre.savethechildren.net/library/limpact-de-la-covid-19-et-ebola-chez-les-enfants-en-republique-democratique-du-congo>
- Save the Children. (2020c). *Les impacts de la COVID-19 sur les enfants Africains: Comment proteger une generation en danger, Rapport Pan-Africain*. Save the Children. https://resourcecentre.savethechildren.net/node/17694/pdf/rapport_panafricain_juin_2020_-_finale.pdf
- Save the Children. (2020d). *The global girlhood report: How COVID-19 is putting progress in peril*. Save the Children. https://resourcecentre.savethechildren.net/node/18201/pdf/global_girlhood_report_2020_africa_version_2.pdf
- Save the Children. (2020e). *View from the lockdown: Children and youth's experience of COVID-19 in Lebanon*. Save the Children International. <https://resourcecentre.savethechildren.net/library/view-lockdown-children-and-youths-experience-covid-19-lebanon>
- Save the Children. (2020f, June 23). *Spike in violence against Venezuelan children during COVID-19*. Save the Children. <https://www.savethechildren.org.uk/news/media-centre/press-releases/violence-against-venezuelan-children-during-covid-19>
- Save the Children. (2020g, July 13). *Almost 10 million children may not return to school following COVID-19*. Save the Children. <https://www.savethechildren.org.uk/news/media-centre/press-releases/Savethechildrenreportgloaleducationemergency>
- Sidebotham, E., Moffatt, J., & Jones, K. (2016). *Sexual violence in conflict: a global epidemic*. *The Obstetrician & Gynaecologist*, 18(4), 247-250. <https://doi.org/10.1111/tog.12314>
- Smith, W. C. (2020). *Potential long-term consequences of school closures: Lessons from the 2013-2016 Ebola pandemic* [Unpublished manuscript]. Research Square. <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-51400/v1>
- Sprang, G., & Silman, M. (2020). *Posttraumatic stress disorder in parents and youth after health-related disasters*. *Public Health Preparedness*, 7, 105-110. <https://doi.org/10.1017/dmp.2013.22>
- Street Child. (2020). *Diagnostic préliminaire de l'impact de la pandémie Covid-19 sur les enfants: ZS Santé Uvira et Ruzizi*. Street Child.
- Suárez, A., & Dario, R. (2020). *La educación digital en Colombia en tiempos de Covid 19 y su impacto en las organizaciones educativas*. Universidad Militar Nueva Granada. <https://repository.unimilitar.edu.co/handle/10654/36658>
- Taylor, L. (2020, September 10). *How Colombia's armed groups are exploiting COVID-19 to recruit children*. *The New Humanitarian*. <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/09/10/Colombia-conflict-armed-groups-child-recruitment>
- Tegal, E., & Galappatti, A. (2020, April 15). *Unsafe homes: Sri Lanka's COVID-19 response must address violence towards women and children*. Medium. <https://medium.com/@agalappatti/unsafe-homes-sri-lankas-covid-19-response-must-address-violence-towards-women-and-children-af721a3391a>

- Terres des Hommes Italy. (2020). *Beirut City: Child protection and psychosocial needs assessment report*. Terres des Hommes.
- The Lancet Infectious Diseases. (2020). The intersection of COVID-19 and mental health. *The Lancet Infectious Diseases*, 20(11), 1217. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(20\)30797-0](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30797-0)
- UN. (2020, July 14). *Increased attacks against community leaders, human rights defenders pose gravest threat to Colombia peace process, special representative warns Security Council*. United Nations: Meetings Coverage. <https://www.un.org/press/en/2020/sc14252.doc.htm>
- UN News. (2020, July 21). *COVID-19 scapegoating triggers fresh displacement in Yemen, warns migration agency*. UN News. <https://news.un.org/en/story/2020/07/1068731>
- UN Women. (2020). *2020 Beirut Port explosion response plan*. UN Women. <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/8/news-un-women-and-partners-provide-relief-after-beirut-blasts>
- UNDP. (2015). *Sustainable development goals*. UNDP.
- UNESCO. (2009). *Stopping violence in schools: A guide for teachers*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184162>
- UNESCO. (2017). *Global education monitoring report 2017/18*. UNESCO. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- UNESCO. (2020a). *Adverse consequences of school closures*. UNESCO. <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences#:~:text=Increased%20exposure%20to%20violence%20and,common%2C%20and%20child%20labour%20grows>
- UNESCO. (2020b). *Aportes para una respuesta educativa frente al COVID-19 en América Latina: análisis desde la evidencia del Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE)* [UNESCO Digital Library]. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373761?posInSet=1&queryId=98535caa-b102-43af-9e8b-241f90d6a1cd>
- UNESCO. (2020c). *Global education monitoring report: Inclusion and education*. UNESCO. <http://bit.ly/2020gemreport>
- UNESCO. (2020d). *Sistemas educativos de América Latina en respuesta a la Covid-19: Continuidad educativa y evaluación*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374018>
- UNESCO. (2020e, February 28). *The Congo literacy project* [The Democratic Republic of Congo]. UNESCO. <https://uil.unesco.org/case-study/effective-practices-database-litbase-0/congo-literacy-project-democratic-republic-congo>
- UNESCO. (2020f). *Global Education Coalition for COVID-19 response: #LearningNeverStops*. UNESCO. <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>
- UNESCO. (2020g, May 23). *The right to education of Venezuelan migrant and refugee children and adolescents: Multidimensional risks and exacerbation of vulnerabilities during the pandemic*. UNESCO. <https://en.unesco.org/news/right-education-venezuelan-migrant-and-refugee-children-and-adolescents-multidimensional-risks>

- UNESCO. (2020h, May 25). Significant efforts by Colombia ensure that nearly 200,000 Venezuelan children and youth have access to the educational system. UNESCO. <https://en.unesco.org/news/significant-efforts-colombia-ensure-nearly-200000-venezuelan-children-and-youth-have-access>
- UNESCO. (2020i, August 13). Schools reopen with safety measures in Sri Lanka. UNESCO. <https://en.unesco.org/news/schools-reopen-safety-measures-sri-lanka>
- UNESCO. (2020j, September 6). COVID-19 and youth: A virtual South Asian Youth Summit organized in Nepal. UNESCO. <https://en.unesco.org/news/covid-19-and-youth-virtual-south-asian-youth-summit-organized-nepal>
- UNESCO, UNICEF, & World Bank. (2020). *What have we learnt? Overview of findings from a survey of ministries of education on national responses to COVID-19.* UNESCO, UNICEF, & World Bank. <http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>
- UNHCR. (2020, December 1). Augmentation du trafic d'enfants au Mali en raison du conflit et de la pandémie de Covid-19–Mali. ReliefWeb. <https://reliefweb.int/report/mali/augmentation-du-traffic-d-enfants-au-mali-en-raison-du-conflit-et-de-la-pand-mie-de-covid>
- UNHCR Rwanda. (2017). *UNHCR Rwanda: Participatory assessment 2017.* UNHCR Rwanda.
- UNICEF. (2008). *UNICEF programme for the reintegration of children associated with armed forces and armed groups in Nepal: Evaluation report May 2008.* UNICEF. https://www.unicef.org/evaldatabase/files/Nepal_2008-008_-_CAAFAG_Evaluation_report__2008.pdf
- UNICEF. (2019). *Rwanda: Humanitarian situation report, January-December 2019.* UNICEF Situation Report. <https://www.unicef.org/media/75306/file/Rwanda-SitRep-Ebola-Refugee-Response-Dec-2019.pdf>
- UNICEF. (2020a). *A generation to protect: Monitoring violence, exploitation and abuse of children within the SDG framework.* UNICEF. <https://reliefweb.int/report/world/generation-protect-monitoring-violence-exploitation-and-abuse-children-within-sdg>
- UNICEF. (2020b). *DRC's ministry of primary, secondary and technical education launches distance education via radio, with the support of UNICEF.* UNICEF. <https://www.unicef.org/drcongo/en/press-releases/drcs-ministry-primary-secondary-and-technical-education-launches-distance-education>
- UNICEF. (2020c). *Education: Every child has the right to go to school and learn.* UNICEF. <https://www.unicef.org/drcongo/en/what-we-do/education>
- UNICEF. (2020d). *Lives upended: How COVID-19 threatens the futures of 600 million South Asian children.* UNICEF. https://www.unicef.org/srilanka/sites/unicef.org.srilanka/files/2020-06/UNICEF_Upended_Lives_Report.pdf
- UNICEF. (2020e). *Protecting children from violence in the time of COVID-19: Disruptions in prevention and response services.* UNICEF. <https://www.unicef.org/reports/protecting-children-from-violence-covid-19-disruptions-in-prevention-and-response-services-2020>

- UNICEF. (2020f). Rwanda: COVID-19 situation overview No. 5 (1 August to 30 September 2020). UNICEF. <https://reliefweb.int/report/rwanda/unicef-rwanda-covid-19-situation-report-no-5-1-august-30-september-2020>
- UNICEF. (2020g, April 30). UNICEF prints first children workbooks for distance learning in DR Congo. UNICEF. <https://www.unicef.org/drcongo/en/press-releases/unicef-prints-first-children-workbooks-distance-learning-dr-congo>
- UNICEF. (2020h, September 17). Lebanon: Situation overview & humanitarian needs (17 September 2020). UNICEF. <https://www.unicef.org/documents/lebanon-humanitarian-situation-report-17-september-2020>
- UNICEF Lebanon. (2020). "Everything around me is in ruins." Impact of August 4 explosions on children and families in Beirut, one month on. UNICEF Lebanon. <https://reliefweb.int/report/lebanon/everything-around-me-ruins-impact-august-4-explosions-children-and-families-beirut>
- United Nations Rwanda. (2020a). The socio-economic impact of COVID-19 in Rwanda. United Nations Rwanda. <https://www.undp.org/content/dam/rba/docs/COVID-19-CO-Response/UNDP-rba-COVID-assessment-Rwanda.pdf>
- United Nations Rwanda. (2020b, January 10). Tackling teenage pregnancy in Rwanda with youth-led innovation. UN Rwanda Stories. <https://rwanda.un.org/en/31433-tackling-teenage-pregnancy-rwanda-youth-led-innovation>
- Universidad de los Andes. (2020, August 31). Cierre de colegios: Rezago escolar y riesgo de deserción. Universidad de los Andes. <https://uniandes.edu.co/es/noticias/economia-y-negocios/efectos-cierre-de-colegios-por-pandemia>
- UNOCHA. (2020). Colombia: Impacto humanitario por el COVID-19. Informe de Situación No. 15 (28/10/2020). UNOCHA. <https://reliefweb.int/report/colombia/colombia-impacto-humanitario-por-el-covid-19-informe-de-situacion-no-15-28102020>
- USAID. (2020). USAID/DRC COVID-specific gender analysis. USAID. <https://banyanglobal.com/resource/usaid-drc-covid-specific-gender-analysis/>
- Viamo. (2020). Measure des impacts de COVID-19 sur les perturbations scolaires. Viamo. <https://viamo.io/fr/newsletter-archives-fr/covid19-survey-school-disruption/>
- Vivanco, J. M. (2020, May 11). Colombia should protect displaced people during Covid-19. Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/news/2020/05/11/colombia-should-protect-displaced-people-during-covid-19>
- Wang, G., Zhang, Y., Zhao, J., Zhang, J., & Jiang, F. (2020, March 21). Mitigate the effects of home confinement on children during the COVID-19 outbreak. *The Lancet*, 395(10228), 945-947. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30547-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30547-X)
- WFP. (2018, January 11). Food rations for refugees in Rwanda are reduced amidst funding shortfalls. WFP. <https://www.wfp.org/news/food-rations-refugees-rwanda-are-reduced-amidst-funding-shortfalls>
- WFP. (2020a). Rwanda. WFP. <https://www.wfp.org/countries/rwanda>

- WFP. (2020b). WFP school feeding strategy 2020-2030: A chance for every schoolchild. WFP. <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000112101/download/?ga=2.41270950.54929861.1606125924-363404941.1606125924>
- WFP. (2020c, June). WFP Rwanda country brief: June 2020. WFP. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WFP-0000118219.pdf>
- WFP. (2020d, November 23). Global monitoring of school meals during COVID-19 school closures. WFP. <https://cdn.wfp.org/2020/school-feeding-map/index.html>
- WHO/UNICEF. (2020). Progress on drinking water, sanitation and hygiene in schools: Special focus on COVID-19. WHO/UNICEF. <https://data.unicef.org/resources/progress-on-drinking-water-sanitation-and-hygiene-in-schools-special-focus-on-covid-19/>
- World Bank. (2020a). Impactos de la crisis del COVID-19. World Bank. <http://pubdocs.worldbank.org/en/641601599665038137/Colombia-COVID-education-final.pdf>
- World Bank. (2020b). Note d'orientation sur la riposte des systems educatifs au COVID19. World Bank. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/862901586546293432/Guidance-Note-on-Education-Systems-Response-to-COVID19.pdf>
- World Bank. (2020c). Pivoting to inclusion: Leveraging lessons from the COVID-19 crisis for learners with disabilities. World Bank. <https://www.worldbank.org/en/topic/disability/publication/pivoting-to-inclusion-leveraging-lessons-from-the-c-ovid-19-crisis-for-learners-with-disabilities>
- World Vision. (2020a, August 14). Children at an increased risk of exploitation in the DRC's complex context during the pandemic. World Vision. <https://www.wvi.org/stories/congo/children-increased-risk-exploitation-drcs-complex-context-during-pandemic>
- World Vision. (2020b). COVID-19 aftershocks: Access denied. Teenage pregnancy threatens to block a million girls across sub-Saharan African from returning to school. World Vision International. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2020-08-21-Aftershocks Education final2_3.pdf
- World Vision. (2020c, July 13). COVID-19 aftershocks: Teenage pregnancy on the rise in refugee settlements. World Vision. <https://www.wvi.org/stories/uganda/covid-19-aftershocks-teenage-pregnancy-rise-refugee-settlements>
- World Vision Lanka. (2020). Impact of COVID-19 health emergency: Rapid assessment. World Vision International.
- Zubairi, A., & Rose, P. (2017) *Bright and early: How financing pre-primary education gives every child a fair start in life Moving towards quality early childhood development for all*. Theirworld. <https://s3.amazonaws.com/theirworld-site-resources/Reports/Theirworld-Report-Bright-and-Early-June-2017>.



THE ALLIANCE

FOR CHILD PROTECTION
IN HUMANITARIAN ACTION



**Rede Interinstitucional
para a Educação em
Situações de Emergência**